

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCAS GUALBERTO DO NASCIMENTO

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ACUMULAÇÃO MATERIAL
E OS CICLOS HEGEMÔNICOS:
A ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL
E A GEOPOLÍTICA DA EURÁSIA

MARÍLIA – SP

2021

LUCAS GUALBERTO DO NASCIMENTO

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ACUMULAÇÃO MATERIAL
E OS CICLOS HEGEMÔNICOS:
A ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL
E A GEOPOLÍTICA DA EURÁSIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Linha 4 – Relações Internacionais e Desenvolvimento, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Política internacional;
Economia política internacional

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

MARÍLIA – SP

2021

N244i Nascimento, Lucas Gualberto do
Inovação Tecnológica, Acumulação Material e os Ciclos Hegemônicos : A Ascensão Chinesa no Sistema Internacional e a Geopolítica da Eurásia / Lucas Gualberto do Nascimento. -- Marília, 2021
100 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Cordeiro Pires

1. Economia Política. 2. Relações Internacionais. 3. Geopolítica. 4. Ciclos Econômicos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUCAS GUALBERTO DO NASCIMENTO

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ACUMULAÇÃO MATERIAL
E OS CICLOS HEGEMÔNICOS:
A ASCENSÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL
E A GEOPOLÍTICA DA EURÁSIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Linha 4 – Relações Internacionais e Desenvolvimento, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Política internacional;
Economia política internacional

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Prof. Dr. Luis Antonio Paulino

Prof^a Dr^a Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é produto de não somente os pouco mais de dois anos de pesquisa de mestrado; mas de um aprofundamento nos estudos geopolíticos e do desenvolvimento econômico-tecnológico datados desde a graduação. Diferentes núcleos de pesquisa e espaços de reflexão contribuíram para este projeto, que no momento culmina com a apresentação desta dissertação.

Portanto, agradeço a diversos núcleos, grupos e pessoas que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), pelo acolhimento deste projeto de pesquisa resultante nesta dissertação;

Ao meu orientador, Dr. Marcos Cordeiro Pires, pelo acolhimento junto ao programa de pós-graduação, conselhos e mensagens de motivação ao longo do árduo processo de pesquisa;

À Dr^a Ruth Achenbach, pelas aulas, espaço de reflexão e debate, e pelo apoio no início desta caminhada em Frankfurt;

Ao Prof. Dr. Agnaldo dos Santos, pelas importantes tardes de debate e apoio em suas recomendações;

À Prof^a Dr^a Monica Bruckmann, que junto ao Núcleo de Pesquisa de Geopolítica, Integração Regional e Sistema Mundial (GIS-UFRJ), trouxe essenciais momentos de reunião, reflexão e acolhimento nestes momentos pandêmicos;

A todos os amigos e companheiros de pesquisa que compartilharam desta jornada conjunta em Frankfurt, Marília e Vladivostok;

À Vania e Odair, por todo apoio e carinho, distantes ou próximos, no convívio familiar e com orgulho de chamá-los de mãe e pai;

A todos estes agradeço profundamente; tanto pelo apoio e contribuições acadêmicas e profissionais, como pela amizade e generosidade resultantes nesta pesquisa.

不管黑猫白猫，捉到老鼠就是好猫。

Bùguǎn hēi māo bái māo, zhuō dào lǎoshǔ jiùshì hǎo māo.

“Não importa se é um gato branco ou um gato preto, desde que cace ratos é um bom gato.”

Deng Xiaoping (1904-1997), provérbio da província de Sichuan, sobre a Reforma e Abertura

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a ascensão chinesa no sistema internacional e suas origens e causas a partir da perspectiva dos fenômenos históricos da longa duração e dos ciclos de hegemonia. A partir dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi, do paradigma da Era Asiática de Gunder Frank e os ciclos longos de Kondratiev, será exposto como o processo capitalista de acumulação chinês, em uma visão histórica de longa duração, o impulsiona em termos de projeção de poder em um quinto ciclo de acumulação, com bases tecnológicas em um quinto ciclo Kondratiev, o da Quarta Revolução Industrial – também conhecida como Indústria 4.0. Não obstante, a ascensão chinesa será analisada em conjunto com o papel do Estado na inovação tecnológica, conforme proposto por Mazzucato, e a trajetória do desenvolvimento histórico de Chang. Ademais, defende-se que tal estratégia de acumulação chinesa é estabelecida a partir de um paradigma de Estado-civilização; e portanto, de estabelecimento de novos padrões na ordem internacional, baseados no surgimento do ciclo hegemônico chinês e em seu domínio dos novos padrões tecnológicos de acumulação material. Finalmente, em aliança multilateral com potências emergentes regionais, com parcerias moldadas no âmbito do projeto *Belt and Road Initiative* (BRI), sustenta-se que o processo chinês de acumulação busca reunir e projetar capacidades suficientes para moldar o sistema de acordo com os seus interesses, como o estabelecimento de uma configuração multipolar da ordem internacional e melhores condições político-econômicas para o seu desenvolvimento sustentado e de seus parceiros na Eurásia. Em tais alianças multilaterais, se dará ênfase às relações sino-russas contemporâneas, sobretudo a partir de acordos de cooperação com a União Econômica Eurasiática (EAEU) e a crescente disputa deste eixo com os Estados Unidos no supercontinente, assim como as suas motivações e desdobramentos.

Palavras-chave: China; Hegemonia; Longa Duração; Belt and Road Initiative (BRI); Eurásia

ABSTRACT

This study aims analyzing the Chinese rise in the international system and its origins and causes from the perspective of the historical phenomena of long duration and cycles of hegemony. From Giovanni Arrighi's Systemic Accumulation Cycles, Gunder Frank's Asian Era paradigm and Kondratiev's long cycles, it will be exposed how the Chinese capitalist accumulation process, in a long-term historical perspective, is propelled in terms of power projection in a fifth accumulation cycle, with technological bases in a fifth Kondratiev cycle, that of the Fourth Industrial Revolution - also known as Industry 4.0. Nevertheless, the Chinese rise will be analyzed together with the role of the State in technological innovation, proposed by Mazzucato, and the trajectory of Chang's historical development. Furthermore, it is argued that such a strategy of Chinese accumulation is based on a paradigm of State-civilization; and therefore, the establishment of new standards in the international order, based on the emergence of a Chinese hegemonic cycle and its dominance of new technological standards of material accumulation. Finally, in a multilateral alliance with emerging regional powers, with partnerships shaped under the Belt and Road Initiative (BRI) project, it is argued that the Chinese accumulation process seeks to gather and design sufficient resources to shape the system according to its needs and interests, such as the establishment of a multipolar configuration of the international order and better political-benefit conditions for its sustained development and its partners in Eurasia. In such multilateral alliances, emphasis will be placed on contemporary Sino-Russian relations, based on cooperation agreements with the Eurasian Economic Union (EAEU) and the growing dispute of this grouping with the United States in the supercontinent, as well as their motivations and developments.

Keywords: China; Hegemony; Long duration; Belt and Road Initiative (BRI); Eurasia

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el ascenso chino en el sistema internacional y sus orígenes y causas desde la perspectiva de los fenómenos históricos de larga duración y ciclos de hegemonía. A partir de los ciclos de Acumulación Sistémica de Giovanni Arrighi, el paradigma de la Era Asiática de Gunder Frank y los ciclos largos de Kondratiev, se expondrá cómo el proceso de acumulación capitalista chino, en una visión histórica de largo plazo, lo impulsa en términos de proyección de poder en un quinto ciclo de acumulación, con bases tecnológicas en un quinto ciclo Kondratiev, el de la Cuarta Revolución Industrial, también conocida como Industria 4.0. Sin embargo, el ascenso chino será analizado junto con el papel del Estado en la innovación tecnológica, propuesto por Mazzucato, y la trayectoria del desarrollo histórico de Chang. Además, se argumenta que tal estrategia de acumulación china se basa en un paradigma de Estado-civilización; y por tanto, el establecimiento de nuevos estándares en el orden internacional, basados en el surgimiento del ciclo hegemónico chino y su predominio de nuevos estándares tecnológicos para la acumulación material. Finalmente, en una alianza multilateral con potencias regionales emergentes, con alianzas conformadas bajo el proyecto *Belt and Road Initiative* (BRI), se argumenta que el proceso de acumulación chino busca reunir y diseñar recursos suficientes para dar forma al sistema de acuerdo a sus necesidades e intereses, como el establecimiento de una configuración multipolar del orden internacional y las mejores condiciones de beneficio político para su desarrollo sostenido y sus socios en Eurasia. En tales alianzas multilaterales, se enfatizarán las relaciones chino-rusas contemporáneas, basadas principalmente en los acuerdos de cooperación con la Unión Económica Euroasiática (EAEU) y la creciente disputa de este eje con Estados Unidos en el supercontinente, así como sus motivaciones y desarrollos.

Palabras-clave: China; Hegemonía; Larga duración; Belt and Road Initiative (BRI); Eurasia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	O conceito braudeliano de séculos longos aplicado aos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).....	27
Figura 2.	Mapa que descreve o sistema-mundo do século XIII.....	43
Figura 3.	Os cinco Kondratievs existentes até os dias atuais, junto às suas principais inovações desencadeantes.....	47
Figura 4.	Gastos nacionais brutos em P&D, em bilhões de dólares, de 2000 a 2018.....	48
Figura 5.	Os dez maiores pedidos de registro de patentes por país, de 2005 a 2018.....	49
Figura 6.	Projeção do percentual dos graduados no grupo STEM entre os países da OECD e do G20 em 2030.....	50
Figura 7.	Linha do tempo das revoluções industriais, de acordo com as suas principais GPTs.....	55
Figura 8.	Esquema informativo, apresentando as principais GPTs associadas à Quarta Revolução Industrial.....	55
Figura 9.	Organograma dos níveis de coordenação gerentes da estratégia <i>Made in China 2025</i>	62
Figura 10.	Destinos das exportações chinesas, separados em parceiros chineses na BRI (em verde) e integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) não-membros da BRI (em cinza).....	65
Figura 11.	Participação (%), em ordem decrescente, de países-membro da BRI como destino das exportações chinesas, em média, 1993-2017.....	66
Figura 12.	O corredor econômico BCIM.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Lista dos vinte países por maior Produto Interno Bruto (PIB ou GDP em inglês) por Paridade do Poder de Compra (PPC ou PPP em inglês), em dólares americanos, em comparação de 2014 com as previsões de crescimento para 2030 e 2050.....	37
Tabela 2.	Indicadores de metas estabelecidas para o progresso do plano estratégico <i>Made in China 2025</i>	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIIB – *Asian Infrastructure Investment Bank*
- APEC – *Asia-Pacific Economic Cooperation*
- ASEAN – *Association of Southeast Asian Nations*
- BCIM – *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor*
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BRI – *Belt and Road Initiative*
- BRICS – Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
- CEI – Comunidade de Estados Independentes
- CELAC – Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos
- CPEC – *China-Pakistan Economic Corridor*
- CPS – *Cyber-Physical Systems*
- CSA – Ciclos Sistêmicos de Acumulação
- DARPA – *Defense Advanced Research Projects Agency*
- EAEU – *Eurasian Economic Union*
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GPT – *General Purpose Technologies*
- IoT – *Internet of Things*
- NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
- NIH – *National Institutes of Health*
- NNI – *National Nanotechnology Initiative*
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OCX – Organização para Cooperação de Xangai
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCCh – Partido Comunista da China
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Paridade do Poder de Compra

RCEP – *Regional Comprehensive Economic Partnership*

RCT – Revolução Científico-Técnica

RPC – República Popular da China

SBIR – *Small Business Innovation Research*

SREB – *Silk Road Economic Belt*

STEM – *Science, Technology, Engineering, and Mathematics*

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Econômica Especial

ZDET – Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
2	OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO (CSA) E A ASCENSÃO CHINESA	24
2.1	SERIA A ASCENSÃO CHINESA NO SÉCULO XXI UM NOVO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO?.....	33
2.2	GUNDER FRANK E A ERA ASIÁTICA.....	41
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	44
3	OS CICLOS LONGOS DE KONDRATIEV, O ESTADO CHINÊS E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE DESENVOLVIMENTO	45
3.1	O ESTADO EMPREENDEDOR CHINÊS.....	52
3.2	ESCALANDO A ESCADA: CHANG E O DESENVOLVIMENTO CHINÊS.....	58
4	O MADE IN CHINA 2025 E A BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI) COMO ESTRATÉGIAS CHINESAS NO SÉCULO XXI	60
4.1	O PROGRAMA MADE IN CHINA 2025.....	60
4.2	A BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI).....	67
4.3	O EIXO SINO-RUSSO DA BRI E A EAEU.....	70
4.4	O EIXO ÍNDICO DA BRI.....	74
5	A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA	78
5.1	PRINCIPAIS ASPECTOS DA UNIÃO ECONÔMICA EURASIÁTICA (EAEU).....	81
5.2	AS DISPUTAS CHINA-EUA NA EURÁSIA.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO – MAPA DOS CORREDORES ECONÔMICOS DA BRI	100

1 INTRODUÇÃO

Em recentes mudanças da conjuntura internacional pós Guerra Fria, há um processo em andamento no sistema internacional rumo a uma ordem multipolar. Tal câmbio, advindo da década de 1990 e das incertezas presentes após o fim da ordem bipolar EUA-União Soviética, se mostra presente sobretudo com a ascensão político-econômica chinesa. As bordas da Ásia-Pacífico estão gradativamente tornando-se a região mais dinâmica do sistema capitalista, com destaque para a China, em desenvolvimento acelerado sobretudo a partir da década de 1980. Geograficamente, em um continente eurasiático expandido, as iniciativas de expansão chinesas, tanto políticas como econômicas, intensificam-se e tornam-se mais evidentes.

A civilização chinesa é a única existente ininterruptamente, em organização política autônoma, desde a Idade Antiga, além de ter obtido vasta influência já na Idade Média, com o domínio da tecnologia náutica na dinastia Song (960-1279), épocas nas quais o continente europeu ainda estava distante da concepção de Estado moderno (KISSINGER, 2011). Em seu ápice, a influência chinesa estava presente em uma área similar à do continente europeu; o que demonstra que, por milênios, inclusive na maior parte da história humana, poucas civilizações foram comparáveis em sofisticação tecnológica e influência geopolítica. Esta desenvolveu-se a partir dos vales do Rio Amarelo, território original da maior etnia chinesa, a Han. A partir da bacia hidrográfica circundante, aglutinadas outras sociedades adjacentes, culminaram na supremacia Han, sobretudo no respeito à unidade político-territorial do Império Chinês e suas dinastias.

A continuidade histórica chinesa, não obstante os conflitos, divisões e dinastias distintas, resulta no ideal de Estado-civilização, no qual a entidade política do Estado-nação é tão somente uma conjuntura recente da sociedade chinesa. Os relatos históricos de maior antiguidade datam a formação da civilização chinesa há 5 milênios (JACQUES, 2009). Com base em valores de autossuficiência, a civilização chinesa, ao contrário da europeia, não teve como característica intrínseca a expansão colonial ultramarina, apesar das trocas com civilizações vizinhas e estabelecimento de rotas marítimas – principalmente com a Coreia, Vietnã e Mianmar; tais trocas eram baseadas em tributos, e não em reivindicação territorial (KISSINGER, 2011). Sua região imediata de influência é predominantemente terrestre, e suas relações com civilizações vizinhas possuíam maiores evidências na influência cultural, representada sobretudo por tributos. Assim,

comparativamente com o continente europeu, sua expansão não obteve lastro sobretudo na guerra por territórios e colonização. Ao não haver encontrado civilização que pudesse equiparar-se tecnicamente ou territorialmente, a civilização chinesa não desenvolveu em seus primórdios ideais similares ao respeito pela soberania estatal, base da tradição europeia nas relações internacionais. Ademais, sua relação com os povos estrangeiros, cunhados como “bárbaros” – fossem os vizinhos coreanos ou longínquos europeus - era distante, pois a China não possuía em suas elites um paradigma imperial de prática expansionista e colonizadora; contatos com outras sociedades se davam por trocas comerciais ao invés de ocupação territorial. Vizinhos mais imediatos, como a Coreia e o Vietnã, além de já possuírem fortes identidades civilizacionais próprias, não sofreram tentativas contumazes de invasão pelos chineses. Como demonstra Kissinger,

O objetivo não era conquistar e subjugar os bárbaros, mas ‘governá-los com rédea solta’ (*ji mi*). Para quem não se dispunha a obedecer, a China se aproveitaria de divisões entre eles, no famoso ‘uso de bárbaros para conter bárbaros’, e quando necessário, ‘uso de bárbaros para atacar bárbaros’. (KISSINGER, 2011, p. 28-29).

Porém, tal estratégia não deve ser subestimada, visto que esta não impediu o desenvolvimento milenar de sua civilização. É destaque, como exemplo do pensamento chinês sobre seu passado histórico e sua representação atual, os escritos de Xi Jinping sobre a governança da China. O atual líder chinês descreve o projeto da “materialização da grande revitalização da nação chinesa” (XI, 2012, p. 43) - o “socialismo com peculiaridades chinesas” - como um retorno à importância estratégica do Império do Meio, anterior às Guerras do Ópio (1839-1860), no qual a China foi a principal economia mundial em dezoito dos últimos vinte séculos (KISSINGER, 2011).

A partir de heranças do seu passado imperial e milenar, o Estado chinês contemporâneo busca um novo fortalecimento em seu processo de desenvolvimento, à busca de uma projeção de liderança como foi durante a maior parte dos últimos dois milênios. Tal estratégia baseia-se em uma reorganização interna, na intensa acumulação material e na inovação tecnológica, que projeta a China externamente. A dita reorganização interna baseia-se em mudanças no pensamento contemporâneo chinês e as suas interpretações de modernização. De acordo com Wang (1998, p. 11),

Para os intelectuais, a modernização foi, por um lado, a busca por riqueza e poder ao longo do caminho para o estabelecimento de um Estado-nação moderno; por outro lado, foi o processo de reavaliar a sociedade e a tradição contra o critério da sociedade ocidental e suas culturas e valores. Portanto, os paradigmas mais aceitos do discurso contemporâneo chinês estão localizados dentro dos binarismos ‘China/Ocidente’ e ‘tradição/modernidade’ (tradução própria).

No pensamento contemporâneo chinês, a prosperidade da acumulação material, de moldes híbridos entre práticas capitalistas e socialistas, é vista a partir da ideia de modernização do Estado chinês. Assim, o processo de modernização é capitaneado pelo movimento socialista, o que o faz diferir das teorias da modernização ocidentais. Ainda nas palavras de Wang,

[...] não somente foi o objetivo do movimento socialista chinês a modernização, mas o movimento em si constitui-se como a principal característica da modernidade chinesa.

[...] Portanto, a modernização no discurso chinês e a modernização na teoria da modernização são diferentes. Isto porque inerentes ao conceito chinês de modernização são as tendências ao conteúdo ideológico socialista e seus valores (WANG, 1998, p. 13, tradução própria).

Portanto, a partir do exposto, é possível afirmar que o pensamento contemporâneo chinês busca uma identidade própria nacional, frente aos seus valores tradicionais e às mudanças provocadas pelas reformas socialistas modernizantes. Tal construção de identidade baseia-se na comparação entre os valores tradicionais chineses e os valores ocidentais, como por meio de denominadas práticas capitalistas de mercado. Porém, tais práticas são subordinadas aos ideais nacionalistas, pois são aplicadas de modo a favorecer o desenvolvimento do Estado chinês. Wang conclui que

[...] as mais importantes características que as reformas socialistas estão implementando na China são o mercado na arena econômica e a convergência da economia, sociedade e cultura chinesas com o sistema capitalista contemporâneo. [...] Os reformistas estão convencidos de que, através do desenvolvimento econômico, as reformas socialistas chinesas moveram o país um passo além a completar o inacabado projeto nacionalista do período moderno; ao mesmo tempo, junto com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a transição para uma economia capitalista de mercado representa um grande progresso histórico (WANG, 1998, p. 16, tradução própria).

Portanto, a modernização chinesa é vista a partir de um projeto nacionalista de desenvolvimento, enquanto o crescimento econômico e a maior inserção chinesa na economia

mundial fortalecem o Estado chinês como principal organizador da vida social. As discussões sobre o método de modernização giram em torno da melhor proposta de fortalecimento do Estado chinês, o que subordina as suas técnicas aos ideais socialistas da política interna.

Tal estratégia, de acordo com Xi (2012, p. 45), visa neste século

[...] alcançar o objetivo de que no centenário de fundação do Partido Comunista da China culminaremos na construção integral de uma sociedade modestamente acomodada e de que no centenário de fundação da Nova China chegaremos a transformar nosso país em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso, fazendo assim realidade o sonho da grande revitalização da nação chinesa (tradução própria).

O rápido desenvolvimento chinês, a partir do fim da década de 1970, coincide com o período conhecido como “Reforma e Abertura”, após a morte de Mao Zedong, líder do Partido Comunista Chinês até 1976. Após um período de transição liderado por Hua Guofeng (1976-1981), assume o poder uma outra geração de dirigentes, liderada por Deng Xiaoping. A partir de 1978, a implantação de reformas econômicas, primeiramente propostas por Zhou Enlai e seguidas por Deng, tinha como objetivo elevar o Produto Interno Bruto (PIB) chinês, de modo a projetar o país como uma grande potência econômica em uma perspectiva de longa duração. De tal modo, os grandes objetivos de modernização da China consistiam em, com base no PIB de 1980, duplicá-lo em 1990 e quadruplicá-lo em 2000, assim como a modernização em curso do país (PIRES, MATTOS, 2016, p. 76).

De modo a garantir o rápido crescimento econômico e a modernização dos padrões industriais, foi promovida na década de 1980 adiante a implantação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), lideradas por Hong Kong e posteriormente expandidas para outras regiões da costa chinesa. Tais zonas dedicam-se à produção e exportação de bens de consumo, e foram estabelecidas primeiramente com capital chinês expatriado, o que posteriormente atraiu investimentos estrangeiros. Tal investimento, que atingiu mais de US\$450 bilhões no início da década de 2000, de acordo com Arrighi (2008),

[...] aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele [o capital estrangeiro] que iniciou nem liderou. [...] De qualquer modo, mesmo então o capital estrangeiro (principalmente o dos Estados Unidos) precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro. As empresas norte-americanas, da Intel à General Motors, ‘estão diante de uma exigência simples: investir na China para aproveitar a mão de obra barata e o crescimento rápido da

economia do país ou perder a corrida para os seus rivais'. A China, que antes era apenas um centro fabril, tornou-se o lugar certo para fabricar e vender produtos de alta tecnologia (ARRIGHI, 2008, p. 359).

O que atraiu o investimento estrangeiro, portanto, foi uma conjuntura de fatores já presentes no país, e com intensa participação do Estado chinês. Junto às ZEEs, o estabelecimento de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) criou espaços de aprendizado de novas técnicas e métodos de produção, tecnologias e modelos de administração (PIRES, MATTOS, *op.cit.*, p. 77), como as *joint-ventures* com empresas estrangeiras.

Como destacado anteriormente, não somente a entrada de capital estrangeiro na economia chinesa foi a responsável pelo grande crescimento econômico sustentado nas últimas décadas. Arrighi destaca

A característica mais atraente, como argumentaremos, foi a elevada qualidade dessa reserva [de mão de obra] em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas direções, porém minando-o em outras (ARRIGHI, *op.cit.*, p. 357).

Com o advento da década de 2000 e a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), o desenvolvimento chinês destaca-se ao ser a principal potência produtora e exportadora mundial de manufaturados, sendo a principal origem das importações da União Europeia e dos Estados Unidos (WTO, 2018). Não obstante, o país é o maior credor de títulos do Tesouro dos EUA, com US\$3 trilhões acumulados em reservas internacionais em 2019 (PBC, 2019), o que põe a China em posição de destaque em liquidez e lastro do seu desenvolvimento econômico. Da mesma forma, há o fortalecimento do Renminbi como opção de moeda internacional em ascensão, atualmente o quinto maior estoque registrado pelo Fundo Monetário Internacional (IMF, 2019). Tais resultados demonstram um processo bem-sucedido de quatro décadas de ascensão, em um sistema internacional de acirrada competição por recursos e inserção de alto valor agregado na economia mundial.

O pensamento modernizante chinês acompanha uma concepção de política externa, com uma lógica de ordem internacional multipolar, e o estabelecimento de relações privilegiadas com potências regionais, a “parceria estratégica”.

O conceito de multipolaridade, podendo ser definido como “uma estrutura de pelo menos três polos ou atores predominantes” (EVANS, NEWNHAM, 1998), demonstra-se compatível com a interpretação chinesa das relações internacionais a partir da valorização da vantagem relativa. Ainda de acordo com Kissinger (2011, p. 30-31):

Os chineses têm sido astutos praticantes da *realpolitik* e estudantes de uma doutrina estratégica distintamente diferente da estratégia e diplomacia que foi favorecida no Ocidente. [...] Enquanto a tradição ocidental prezava o choque decisivo de forças com ênfase em feitos heroicos, o ideal chinês enfatizava a sutileza, as vias indiretas e o paciente acúmulo de vantagem relativa.

Portanto, diferentemente de processos históricos nos quais as mudanças de ordem internacional provocaram conflitos diretos entre as potências-líderes em decadência e as emergentes, a iniciativa multipolar chinesa baseia-se na vantagem relativa, expressa no seu conceito de parceria estratégica. Assim como na formação do Estado chinês este associou-se a civilizações vizinhas em relações não-belicosas, o mesmo é buscado atualmente.

Portanto, é a partir da visão de parceria estratégica que é possível compreender a recente intensificação das relações chinesas com algumas potências emergentes. Em busca de mudanças na ordem internacional que os favoreça como potências emergentes, China e demais buscam beneficiar-se mutuamente em ações coordenadas; o que se torna mais evidente com a análise das novas tendências chinesas para a economia mundial, com foco em infraestrutura e comércio – como a *Belt and Road Initiative* (BRI), a ser analisada posteriormente -, e também na coordenação de novos blocos multilaterais, como o BRICS e fóruns regionais como o Foro China-CELAC.

1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

De modo a atingir os objetivos propostos nesta dissertação, esta é organizada em quatro capítulos, mais a introdução e as considerações finais. Portanto, a introdução apresenta uma análise histórica do processo de ascensão chinês, com importantes aspectos da visão de mundo político-econômica chinesa, o denominado “Socialismo com Características Chinesas”. Tanto em sua política interna como nas suas propostas de política externa, há a necessidade de uma abordagem sistêmica em relação ao processo chinês de desenvolvimento.

No capítulo 2, esta seção constitui-se da revisão de literatura, na qual se apresenta o Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA), de Giovanni Arrighi, como referencial teórico sobre o processo histórico de longa duração da acumulação capitalista no sistema internacional, e a sua gradual transferência de hegemonia para a Ásia-Pacífico, com preponderância chinesa. Será abordado como cada ciclo possui a sua fase de desenvolvimento, com a hegemonia de uma potência por um determinado período histórico; uma crise de hegemonia, como sinalização para uma fase transitória; e a ascensão de um novo ciclo hegemônico, restaurando o processo sistêmico de acumulação (RIBEIRO, 2009). Ademais, é utilizada a análise de Gunder Frank sobre a reorganização do sistema interestatal em torno da Ásia-Pacífico, uma configuração presente em uma época histórica anterior à analisada por Arrighi. Assim, é demonstrado como o efeito cíclico da transferência de hegemonia Ocidente-Oriente está em curso – a “reorientalização”, e como o discurso da centralidade europeia dificulta uma análise holística dos sistemas-mundo historicamente.

A seguir, no capítulo 3, esta seção, ainda compondo a revisão de literatura, e em corroboração aos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, adota o ciclo de ondas longas de Nikolai Kondratiev como referencial teórico sobre a dinâmica cíclica capitalista, devido à inovação tecnológica como constante disputa entre potências no processo de acumulação. Por características estruturais do processo de acumulação, essencialmente ligado aos avanços tecnológicos e aos padrões de acumulação material, tais ciclos longos possuem a duração aproximada de sessenta anos, formados por padrões sucessivos de acumulação. Com a constante disputa interestatal por novos territórios econômicos e padrões tecnológicos, tais ciclos sucedem-se, com patamares superiores de acumulação, o que gera consequências no sistema internacional como área de disputa entre potências. Assim, tais oscilações demonstram padrões da economia capitalista, que, em um sistema de disputa interestatal, influem nas posições relativas das potências emergentes e nos exercícios de hegemonia. Tais ondas longas, em uma conjuntura de ascensão chinesa, demonstram que o domínio tecnológico, aliado a altos padrões de acumulação, influem na sua projeção de poder, e, portanto, no exercício da reorientação para o Oriente na política internacional. Em corroboração com a análise de Kondratiev, também será abordado nesta seção o papel do Estado chinês na promoção do desenvolvimento, de acordo com a perspectiva de investimento tecnológico de Mazzucato; assim como as estratégias de proteção à

indústria nascente nos países de trajetória bem-sucedida em seu processo de desenvolvimento, como demonstrado por Chang.

No capítulo 4, a seção aborda as estratégias industriais chinesas, a partir da *Made in China 2025* e dos planos de atingir o patamar de Superpotência Manufatureira (*Manufacturing Superpower*) com o estabelecimento de áreas estratégicas; articulando com a sua projeção externa, sobretudo a sua inserção no comércio mundial a partir da *Belt and Road Initiative* (BRI). A partir das necessidades provenientes do desenvolvimento econômico, sobretudo a de infraestrutura, o Estado chinês promove a BRI, o maior investimento planejado de infraestrutura do século XXI. Popularmente conhecido como “Nova Rota da Seda”, tal projeto, como será abordado, integra o continente eurasiático expandido ao sistema econômico chinês, tanto em comércio como geograficamente.

Em seguida, o capítulo 5 busca analisar as relações contemporâneas China-Eurásia, sobretudo a partir das propostas chinesas de novas configurações para as relações político-econômicas no supercontinente, definidas como de alta importância estratégica. Em uma conjuntura global de novas configurações geopolíticas e geoestratégicas, o desenvolvimento das relações sino-russas, principalmente no âmbito da cooperação entre a *Belt and Road Initiative* (BRI) e a União Econômica Eurasiática (EAEU), propõe aprofundar os intercâmbios econômicos e redirecionar o pivô geopolítico da região para a Ásia-Pacífico. Por último, serão discutidos os possíveis câmbios estratégicos em curso em relação às mudanças na correlação de forças da geopolítica mundial, principalmente na disputa hegemônica China-EUA, frente a diferentes oportunidades de associações interestatais para o desenvolvimento.

Finalmente, as considerações finais afirmam a iniciativa chinesa de reorganização da ordem internacional, a partir de processos internos de acumulação material e capacidades tecnológicas, que transformam-se em poder de capacidade de moldar as relações interestatais. A estratégia chinesa de desenvolvimento é centrada na vantagem relativa como princípio, e não na vantagem absoluta ou na abertura belicosa de novos territórios econômicos, que criam tensões e instabilidade no processo de transição de hegemonia. Por fim, será reafirmado que, como reflexo da sua reorganização interna e ascensão internacional, é de importância estratégica na trajetória chinesa de desenvolvimento a sua posição geopolítica na Eurásia, assim como é condição necessária para o contínuo desenvolvimento chinês a sua maior presença geopolítica no continente.

2 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO (CSA) E A ASCENSÃO CHINESA

De modo a interpretar historicamente as etapas formativas da economia mundial capitalista, autores como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi utilizam a moldura temporal de longos séculos, de Fernand Braudel. Em tal orientação, tais formas temporais são vistas a partir da importância histórica dos seus acontecimentos, e não meramente de acordo com as divisões temporais seculares. Assim, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) organizam-se historicamente em “séculos expandidos”, ao não obedecerem estritamente às divisões temporais seculares. Ao conceituar a longa duração do tempo histórico, as estruturas – resistentes ao tempo e aos acontecimentos e fenômenos efêmeros – são uma realidade na qual o tempo histórico duradouro se apoia, e na qual os CSA se inserem como estrutura de longa duração dos ciclos econômicos mundiais, influenciando padrões de produção e ciclos de hegemonia. Como identifica Braudel,

[...] Boa ou má, é ela [a estrutura] que domina os problemas da longa duração. [...] uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura: mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na, e portanto, determinam o seu decorrer (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Da mesma forma, tais ciclos baseiam-se na visão econômica braudeliana, na qual se divide a atividade econômica em três etapas subsequentes: civilização material, mercado e antimercado (capitalismo). Igualmente, é adotada a percepção do capital como elemento financeiro, que se confunde com o mercado – e com o Estado. O Estado, nesta concepção, não é um agente afastado das trocas econômicas; pelo contrário, confunde-se com o capital, que conforme as condições de acumulação transita entre a produção para o consumo no mercado e os aportes financeiros. Braudel destaca

[...] Estado e Capital, [...] o das grandes firmas e dos monopólios, formam um bom casal e este último, sob nossos olhos, sai-se muito bem. Ao Estado deixou, como outrora, as tarefas pouco remuneradoras ou demasiado dispendiosas. [...] Finalmente graças às suas boas relações, à sua simbiose com o Estado, distribuidor de vantagens fiscais (para ativar o sacrossanto investimento), de

encomendas suntuosas, de medidas que lhe abrem os mercados externos, é que o ‘capitalismo monopolista’ prospera (BRAUDEL, 1998, p. 579).

Consequentemente, a expansão financeira, característica antimercado e monopolista da última etapa de grandes ciclos de acumulação, não é vista com a clareza devida do fim de um processo capitalista para a acomodação de um novo ciclo (WANDERLEY, 2009; ARRIGHI, 1996).

A economia mundial capitalista desenvolveu-se a partir de quatro ciclos de acumulação, liderados respectivamente por uma potência hegemônica, com características político-econômicas e desenvolvimento tecnológico próprios: os ciclos genovês; holandês; britânico; e estadunidense, no qual a economia mundial atualmente se encontra. Em referências a disputas hegemônicas, é utilizado o conceito gramsciano de hegemonia nas relações internacionais, no qual se estabelece que as normas e princípios regentes na política internacional são agentes de convencimento e/ou coerção (AGNEW, 2005, p. 57). Assim, o exercício do poder não é exclusivo aos meios econômicos, políticos e militares, mas também parte de uma ideia geopolítica de ordem internacional, na qual estratégias rivais podem concorrer entre si - o que ocorre atualmente entre China e EUA.

Strange (1994, p. 24), em suas concepções sobre poder estrutural, o define também como a capacidade de moldar consensos e regras na ordem internacional, assim definindo as normas das relações interestatais – o que é reflexo de capacidades de poder, em constante disputa. Determinar as estruturas e normas na economia política internacional é uma fonte de poder definidora das capacidades de um Estado dentro das configurações do sistema, visto que estes irão influenciar uns aos outros a favor de termos mais benéficos. Segundo a autora, as quatro dimensões de destaque para a aquisição de poder estrutural – e portanto capacidades de liderança hegemônica – são: segurança; produção; crédito; e conhecimento, complementares entre si e formadores da capacidade do Estado frente à estrutura na qual este está inserido – isto é, uma ordem no sistema internacional.

O poder estrutural [...] é o poder de moldar e determinar as estruturas da economia política mundial na qual outros Estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos e (não por último) seus cientistas e outros profissionais têm de operar. [...] O poder estrutural confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de moldar estruturas nas quais os Estados relacionam-se, as pessoas, e as corporações. [...] As quatro fontes [de poder estrutural], correspondentes aos quatro lados de uma pirâmide, são: controle sobre segurança; controle sobre a produção; controle sobre o crédito; e controle sobre

conhecimento, crenças e ideias (STRANGE, *op. cit.*, pp. 24-27, tradução própria).

Portanto, o processo de aquisição de capacidades de liderança hegemônica compreende o domínio destas quatro esferas do poder estrutural, constantemente em disputa. Os CSA destacam principalmente a esfera produtiva do poder estrutural; entretanto, compreende-se que, a partir do domínio produtivo, este requer domínio do conhecimento tecnológico para a devida ascensão industrial de uma potência; o crédito necessário para a devida expansão da produção e dos investimentos; e a segurança como dimensão geoestratégica na qual é assegurado o acesso aos mercados necessários para a contínua expansão da produção e do poder estrutural de determinada potência – acarretando nas disputas hegemônicas por lideranças de capacidades e determinação de normas de ordem internacional. Desta forma, os CSA estão inseridos como ciclos determinantes do poder estrutural e das capacidades das potências frente ao sistema interestatal; estas capacidades são relacionais a partir do momento que a ordem do ciclo é disputada – como a atualmente em andamento entre China e EUA.

A partir do poder hegemônico, os CSA são identificados por Arrighi da seguinte forma:

Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. (ARRIGHI, 1996, p. 6).

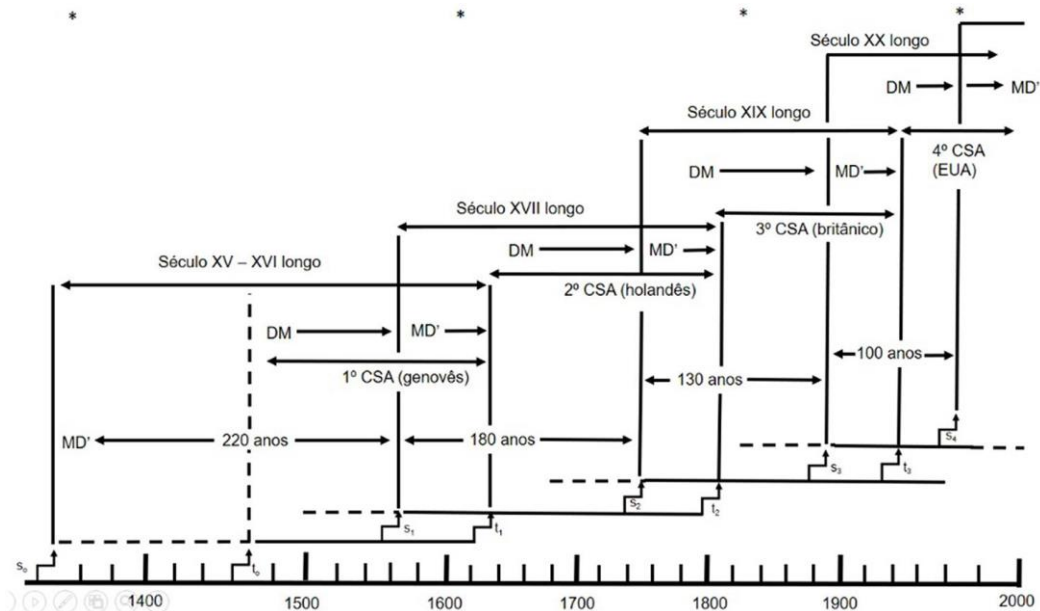


Figura 1 - O conceito braudeliano de séculos longos aplicado aos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Observa-se como a fase de expansão financeira MD' do ciclo anterior confunde-se com a ascensão da nova potência dominante no processo de acumulação de capital. Concomitantemente, os ciclos tornam-se cada vez menores, devido a constante disputa entre potências pelo domínio tecnológico resultante no processo hegemônico de expansão material.

Fonte: Arrighi (1996, p. 219).

Os CSA detêm a mesma dinâmica; são constituídos por uma fase de expansão material, declínio, crise sinalizadora e o caos sistêmico que proporciona o início de um novo ciclo. Tal dinâmica baseia-se no esquema de acumulação D-M-D'¹ de Marx, devido ao uso da produção para caracterizar a expansão financeira subsequente, e assim concluir o Ciclo Sistêmico de Acumulação (RIBEIRO, 2009). Portanto, Arrighi destaca o aspecto central deste padrão, a alternância entre expansão material (fase DM) e expansão financeira (fase MD').

Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação*. (ARRIGHI, 1996, p. 6).

¹ Esquema D-M-D' de acumulação, no qual D = dinheiro inicial; M = mercadoria; D' = dinheiro incrementado, sendo D' > D ao fim do processo.

Assim, cada ciclo de acumulação corresponde a duas fases subsequentes, de expansão material seguida de uma expansão financeira. Tais ciclos são liderados por uma potência hegemônica, detentora dos meios de acumulação e reprodução acelerada do capital; estes são sistêmicos devido a incessante disputa entre potências pela hegemonia do poder no sistema internacional. Tais ganhos estão primeiramente relacionados à evolução tecnológico-industrial, seguidos de uma expansão da acumulação por meios financeiros. Desta forma, as expansões financeiras são sintomas de uma conjuntura de pouco favorecimento do investimento no comércio e na produção. O financismo torna-se mais eficiente em aumentar o fluxo monetário destinado às camadas capitalistas (ARRIGHI, 1996, p. 8).

Portanto, os CSA estabelecem uma esquematização cíclica da evolução do capitalismo como sistema econômico mundial, a partir do seu perfil como elemento histórico e político, associado às grandes potências e às suas relações de poder no sistema internacional. Arrighi afirma os séculos longos e os CSA como um perfil temporal do capitalismo histórico, uma estrutura formadora dos séculos longos. Tais constructos possuem, para o autor, três segmentos, ou períodos, distintos:

(1) um primeiro período de expansão financeira [...], no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação [...], no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira [...], no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar [...] o novo regime dominante. (ARRIGHI, 1996, p. 219-220)

Como foi exposto anteriormente, a expansão material da potência hegemônica (momento DM) possui um limite, geralmente relacionado ao esgotamento do seu modelo de acumulação material e da inovação tecnológica no qual este se baseia. Por conseguinte, de modo a manter o controle da ordem criada e sustentada para a sua devida acumulação de capital, a potência hegemônica inicia um processo de expansão financeira, ou seja, de modelo MD' ou mesmo diretamente DD'. Tal crise de hegemonia é descrita por Arrighi como a *crise sinalizadora* do regime dominante de acumulação. Neste momento, o agente dominante do ciclo sistêmico de acumulação desloca seu capital do comércio e da produção rumo à intermediação e especulação

financeiras. Esta passagem sinaliza um declínio de reinvestimento de capital excedente na expansão material, assim como uma avaliação positiva da potência hegemônica na tentativa de prolongar sua liderança a partir de uma especialização nas altas finanças. Porém, a crise sistêmica somente é coberta temporariamente por esta passagem para as altas finanças.

Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode transformar o fim da expansão material num ‘momento maravilhoso’ de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclos sistêmicos de acumulação. (ARRIGHI, 1996, p. 220).

Entretanto, apesar da renovação da acumulação baseada na expansão financeira, esta é um preâmbulo de uma crise terminal; seguida de um caos sistêmico como consequência do vácuo de poder, e grandes guerras entre potências para que se estabeleça a nova hegemonia; e assim o estabelecimento de um novo ciclo, de padrões semelhantes, porém, de espaço temporal cada vez mais curto. O autor descreve tal conjuntura como um aprofundamento e eventual superação subsequente de diferentes regimes de acumulação. A chamada *crise terminal* do regime dominante assinala o fim dos séculos longos caracterizantes da ascensão, expansão e queda de tais regimes. Simultaneamente, o desenvolvimento capitalista encurta cada vez mais a duração dos regimes sistêmicos, levando “cada vez menos tempo para que os regimes sistêmicos de acumulação ascendam, desenvolvam-se plenamente e sejam superados” (ARRIGHI, 1996, p. 220-221).

De modo a contextualizar historicamente e teoricamente os CSA desde o seu surgimento, cada um deles será abordado brevemente a seguir. Deste modo, cada um dos ciclos será exemplificado de forma mais evidente e sistêmica, até a contemporaneidade.

O primeiro CSA descrito por Arrighi, baseado no “longo Século XVI” de Braudel, é visto como o ciclo genovês. Este situa-se no período histórico do fim da Idade Média e durante a expansão territorial europeia para a América, África e Ásia. Os principais desenvolvimentos tecnológicos identificados como cruciais para o ciclo foram a prensa móvel e instrumentos de navegação como o telescópio. Tais invenções foram responsáveis pela base técnico-científica que permitiu a expansão do comércio marítimo.

Desta forma, a florescente cultura renascentista teve como base as Cidades-Estado italianas, como Milão, Florença, Veneza, e principalmente Gênova. As oligarquias dominantes do comércio de cada Estado promoviam a expansão dos seus negócios por meio do controle

territorial, obedecendo a lógica da acumulação capitalista. Assim, estas dominavam o aparato estatal e o deslocava para a manutenção do comércio e a supressão da concorrência, o que criou um dos primeiros sistemas de equilíbrio de poder da Idade Moderna (WANDERLEY, 2009).

A expansão material das cidades italianas, junto à lógica da competição entre elas, gerou o primeiro ciclo de acumulação; porém, a estagnação do nível de comércio e o acirramento entre os atores envolvidos pelo acesso aos mercados desencadeou grandes conflitos, o que, conseqüentemente, afetou o processo contínuo de acumulação. A grande liquidez gerada pela anterior expansão material permitiu a alocação de tais recursos na fase de expansão financeira, a chamada *crise sinalizadora*. Tal fase foi caracterizada pelo financiamento dos projetos de expansão territorial da Península Ibérica, no século XVI, pela banca mercantil conhecida como *Nobili Vecchi*. Porém, com a formação do Estado espanhol e português ainda em andamento, os conflitos recorrentes procederam ao caos sistêmico que permitiu a ascensão do ciclo seguinte, o CSA holandês.

Da segunda metade do século XVI até o fim do século XVIII, o ciclo holandês tornou-se o modelo de acumulação estratégico na expansão europeia. Os anteriores fluxos de capital acumulados na expansão anterior deslocaram-se para a expansão material em curso no território holandês, e tal excedente foi utilizado na compra de terras e no desenvolvimento agrícola, junto ao processo de consolidação do Estado soberano holandês. Deste modo, a partir de alianças com a Inglaterra contra as incursões espanholas, as oligarquias comerciais holandesas estabeleceram seu território soberano e econômico, o que permitiu a expansão material que transformou Amsterdã como o símbolo do Iluminismo, assim como as Cidades-Estado italianas foram o símbolo do Renascentismo (ARRIGHI, 1996).

Entretanto, com a expansão do sistema internacional a partir da Paz de Vestfália e a consolidação de vários Estados soberanos na Europa, o mercantilismo ganhou força como padrão econômico. A partir do implemento de superávits comerciais como modelo de trocas internacionais, tal competição minou gradativamente a vantagem holandesa na disputa sistêmica por acumulação. Ademais, o caos sistêmico gerado pela independência dos EUA, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas decretou o fim do ciclo holandês, que, a partir da sua fase de expansão financeira, permitiu a ascensão do Império Britânico como o terceiro CSA e Londres como o novo centro da dinâmica de acumulação capitalista (WANDERLEY, 2009).

O terceiro CSA, liderado pelo Império Britânico, teve como elemento impulsionador tecnológico a Revolução Industrial, principalmente ao longo do século XIX. Tais novos padrões tecnológicos, como o uso massivo da eletricidade e da mecânica, permitiram um padrão superior de expansão material. Juntamente ao fator do domínio tecnológico, a prática do liberalismo econômico nas trocas comerciais, com ênfase às vantagens comparativas, demonstrou a supremacia britânica na concorrência com outros Estados. A pioneira mecanização da indústria britânica permitiu, em um primeiro momento, um aumento nos bens de consumo, principalmente de baixo valor agregado. Porém, com o advento dos motores a vapor e o uso massivo do carvão, a partir de vias marítimas e férreas, foi permitida a integração dinâmica dos mercados, o que demonstrou a grande competitividade britânica na difusão do comércio internacional. Assim, o período da 1ª Revolução Industrial foi caracterizado pelo comércio e da acumulação por meio da expansão material advinda dos ganhos da produtividade e competitividade da potência hegemônica.

Em um segundo momento, a 2ª Revolução Industrial - como elemento tecnológico produtor dos motores a combustão e o uso da eletricidade - proporcionou a acumulação a partir do capitalismo monopolista, visto que o alto valor agregado de tais tecnologias proporcionou ao Império Britânico o domínio da exportação de tal padrão tecnológico a nível mundial, além da produção em massa de bens de capital, como a indústria siderúrgica e a têxtil totalmente mecanizada. Tal modelo de expansão capitalista tornou-se vigoroso devido ao seu caráter concentrado na acumulação a partir de uma expansão material britânica de alto valor agregado (ARRIGHI, 1996).

A crise sinalizadora de tal ciclo deu-se no fim do século XIX e início do século XX, devido às abruptas quedas dos preços internacionais e o aumento da concorrência na economia mundial. A queda nas taxas de lucro industriais encorajou uma nova expansão das altas finanças, o que, juntamente ao acirramento das disputas de poder entre os impérios europeus, desencadeou no caos sistêmico da Primeira Guerra Mundial, que somente foi superado após a Grande Depressão de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial.

O quarto CSA, liderado pelos Estados Unidos, baseou-se na expansão material a partir do domínio tecnológico da 3ª Revolução Industrial. Tal padrão, baseado na microeletrônica e na automação industrial como inovação tecnológica, trouxe a máquina como sujeito do processo de produção. Junto a tais fatores, a rápida transição para o ciclo estadunidense também foi baseada

na parceria financeira com os britânicos, no vasto investimento estrangeiro dos EUA no Pós-Guerra e no potencial econômico do seu vasto território.

A Grande Depressão de 1929 sinalizou o fim de uma das últimas representações do poder hegemônico britânico: o padrão internacional ouro-libra. Assim, após o caos sistêmico das Grandes Guerras, os EUA puderam assumir o papel hegemônico da expansão material e da acumulação de capital, além de fundar uma nova ordem internacional correspondente ao seu poder no sistema. A partir da lógica bipolar da Guerra Fria, para manter o controle da economia mundial, as instituições de Bretton-Woods e da nova ordem são fundadas: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, anteriormente conhecido como BIRD.

Com o desenvolvimento da acumulação baseado em uma estratégia de contenção da zona de influência soviética, a Europa Ocidental e o Japão rapidamente integram-se ao processo de acumulação estadunidense, configurando o processo de globalização a partir das cada vez mais intensas trocas comerciais e da interdependência econômica (RIBEIRO, 2009). O início do ciclo de expansão financeira estadunidense, a partir da década de 1980, é sistematizado pelo *Consenso de Washington*, e difundido para as regiões em desenvolvimento, dependentes das potências centrais dentro da hierarquia de poder interestatal capitalista. Estas, principalmente a América Latina, o Sudeste Asiático e a Europa do Leste, seguem até o século XXI as seguintes premissas, que em muito permitiram a renovação do poder estadunidense por meios financeiros: a) abertura econômica comercial e financeira; b) política do Estado Mínimo, o que garantia o poder das finanças sobre os Estados; c) reestruturação dos sistemas previdenciários e pensionários; d) processos de privatizações e desregulamentações; e) políticas de câmbio flutuante; f) investimentos básicos em infraestrutura e em políticas sociais; e g) austeridade fiscal (PINTO, 2011). Assim, enquanto a liberalização e desregulamentação eram promovidas pela potência hegemônica a nível mundial, tal crescente expansão financeira trazia novo vigor ao projeto de poder dos EUA, junto ao uso de novas tecnologias de informação e rápida comunicação, principalmente a Internet (PIRES, MATTOS, 2016). Como afirma Arrighi, a expansão financeira estadunidense nos anos 1990 configurou-se como uma *belle époque*, em um círculo virtuoso resultante em potencialmente vicioso, baseado nas seguintes condições:

[...] a capacidade dos Estados Unidos de se apresentar como responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e como potência político-militar

indispensável; e a capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que estes precisavam para continuar exercendo essas duas funções em escala cada vez maior. A derrocada do bloco soviético, as ‘vitórias’ espetaculares na primeira Guerra do Golfo e na Guerra da Iugoslávia e o surgimento da bolha na nova economia deram impulso tremendo à sinergia entre a riqueza e o poder norte-americanos, de um lado, e o fluxo de capital estrangeiro, de outro. Mas se qualquer uma dessas condições mudasse, a sinergia poderia se inverter e transformar o círculo virtuoso em vicioso. (ARRIGHI, 2008, p. 204).

Entretanto, principalmente devido à crise do *subprime* de 2008, é discutido se esta é a crise terminal da hegemonia estadunidense, visto que ela não foi periférica, e sim originada no centro do poder da expansão financeira mundial. A particularidade de tal possível crise sinalizadora do ciclo de acumulação estadunidense é a alta desregulamentação financeira em um contexto de globalização. Há um altíssimo e inédito grau de dinamismo e desagregação do capital financeiro a nível mundial, visto que a sua mobilidade é praticamente instantânea. Tal fator gera grande instabilidade e migração do capital produtivo para o financeiro (PEREIRA, GRISI, 1999; RATTNER, 1995). Portanto, a questão em surgimento é da possível ascensão chinesa no sistema internacional como sinalização do início do quinto ciclo de acumulação, proveniente da atual crise financeira estadunidense.

2.1 SERIA A ASCENSÃO CHINESA NO SÉCULO XXI UM NOVO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO?

Como exposto anteriormente, dentro dos processos político-econômicos do sistema internacional, os atores estatais encontram-se em uma constante competição por poder e hegemonia, por capacidades superiores nas esferas militar, econômica, política, assim como cultural e ideológica. As ascensões e quedas de grandes potências ocorrem como fenômenos de longa duração, pois necessitam de elementos acumulados e superpostos ao longo do tempo histórico para que resultem em um processo hegemônico (PIRES, MATTOS, 2016).

De acordo com os pressupostos da longa duração do tempo histórico, cabe a reflexão sobre a atual expansão financeira estadunidense como uma possível crise sinalizadora, visto que estes abandonaram grande parte da produção de bens de capital - delegando a expansão material sobretudo para a China - e concentrando-se no mercado financeiro, como configura-se a globalização econômica a partir da década de 1980. Como indicam Silver e Arrighi, estamos experimentando o ‘outono’ da hegemonia mundial dos EUA, tendo a crise financeira de 2008

como a principal referência. Da mesma forma que os antecessores genoveses, holandeses e britânicos, o capital estadunidense deslocou-se maciçamente para o setor financeiro, e afastou-se do reinvestimento no comércio e na produção – seu auge, promovido pelo ‘fordismo-keynesianismo’, foi na década de 1980. O sucesso financeiro dos EUA foi usado de forma a financiar a expansão do mercado acionário e das forças armadas (SILVER, ARRIGHI, 2012, p. 80). Em contrapartida, a estruturação da China como maior economia mundial nas próximas décadas seria o indicativo de uma expansão material dentro de uma conjuntura de expansão financeira da potência hegemônica, exatamente como Arrighi estrutura os CSA.

Desde então, a meta de acumulação chinesa baseou-se na reforma de abertura econômica do planejamento central; a princípio, na década de 1980, a partir das Zonas Econômicas Especiais (ZEE); depois expandidas para Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), que são zonas de rápida modernização industrial voltadas para a produção e exportação de bens de consumo, em *joint-ventures* que expandiram em todo o seu território a produção material.

Em sua análise sobre os fundamentos da ascensão chinesa no século XXI, Arrighi destaca como o processo chinês de abertura não se deu sob os preceitos do Consenso de Washington², em um embate no qual o autor destaca *Smith contra Friedman*: ao ser um processo liderado pelo Estado, este possui características próprias e alheias à liberalização das economias do Ocidente. De modo a garantir sua inserção e presença junto à maior classe média do mundo (BAI, 2018), empresas transnacionais transferem tecnologia a *joint-ventures* com companhias chinesas, de acordo com requisitos regulados pelo Estado. O processo de abertura foi regulado para que gerasse competitividade internacional na indústria chinesa, e não perdas tecnológicas e dependência de capital estrangeiro. Como o autor destaca,

Em termos mais gerais, a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. [...] o papel do governo chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Ao contrário, o governo

² Entende-se como Consenso de Washington as medidas econômicas liberalizantes defendidas pelos Estados Unidos a partir da década de 1980, tais como: reformas fiscais e tributárias, desregulamentação e privatização generalizadas, além da defesa intransigente de direitos de propriedade (Williamson, 1990). Tais medidas são onipresentes nas atuais “medidas de austeridade” em diversas reformas fiscais em curso a nível mundial.

investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável (ARRIGHI, *op. cit.*, p. 362).

Portanto, em contraposição ao receituário neoliberal de “terapias de choque” – nas quais o Estado é reduzido ao mínimo possível e as políticas macroeconômicas são relegadas a agentes privados e seus interesses -, o processo chinês de desenvolvimento destaca-se pelo seu processo gradual de abertura econômica, guardadas certas diretrizes de estratégias nacionais de desenvolvimento e de inserção internacional. Quando a competição é estimulada entre agentes da produção capitalista - e não somente entre trabalhadores, que recebem incentivos à qualificação tecnológica e emprego -, níveis superiores de produtividade, escala e grau tecnológico são obtidos, o que gera uma atividade econômica com capacidade de competição hegemônica a nível interestatal. Atualmente, a crescente qualificação e crescimento da renda do trabalho na China torna os salários industriais comparáveis aos de Portugal (YAN, 2017), ao passo que, desde 2016, os salários chineses em todos os setores são superiores aos brasileiros e representam cerca de 70% dos salários de países de menor renda da União Europeia. Ao mesmo tempo, apesar da tendência de realocação manufatureira para países com menores custos do trabalho, como Sri Lanka e Vietnã (DUFFIN, 2019), o tamanho do mercado doméstico chinês contrabalança tal conjuntura, visto que em muitos setores o país representará cerca de 20% do mercado global – similar aos mercados da América do Norte e Europa Ocidental -, em muito devido à capacidade de consumo gerada pela mesma valorização do mercado interno (FT, 2017).

As implicações internacionais da ascensão chinesa se destacam em uma disputa hegemônica³ em curso com os Estados Unidos, que apresentam uma trajetória de declínio relativo em sua influência. Os elementos motivadores internos que originam tal disputa são baseados no “Sonho Chinês”, a conclusão do processo de desenvolvimento registrado nas últimas décadas. O país busca os objetivos de moderada prosperidade até 2021, o centenário do Partido Comunista Chinês (PCCCh); e de total desenvolvimento até 2049, o centenário da República Popular da China (RPC). De acordo com Xi Jinping, a China busca

³ Em referências a disputas hegemônicas, é utilizado o conceito gramsciano de hegemonia nas relações internacionais, no qual se estabelece que as normas e princípios regentes na política internacional são agentes de convencimento e/ou coerção (AGNEW, 2005, p. 57).

[...] alcançar o objetivo de que no centenário de fundação do Partido Comunista da China culminaremos a construção integral de uma sociedade modestamente acomodada e de que no centenário de fundação da Nova China chegaremos a transformar nosso país em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso, fazendo assim realidade o sonho da grande revitalização da nação chinesa (XI, 2014, p. 38, tradução própria).

Na busca pelo desenvolvimento, como um ideário de revitalização da nação chinesa, são utilizados instrumentos econômicos como meios para atingir novos patamares de acumulação material e posição relativa no sistema internacional. Segundo Losurdo (2017), o desenvolvimento do socialismo chinês caracteriza-se pelo exercício do poder político a partir do Partido Comunista Chinês, apesar das diferentes formas de propriedade existentes na economia chinesa, e portanto, no poder econômico. No caso, o poder econômico sustenta-se como instrumento para a causa política do fortalecimento do socialismo chinês. O autor destaca que

Este é um modelo caracterizado, no nível econômico, pela coexistência de diferentes formas de propriedade; [...] ao contrário do ‘capital político’, o capital econômico da burguesia [chinesa] não deve ser objeto de total expropriação, ao menos enquanto sirva ao desenvolvimento da economia nacional, e portanto, indiretamente, à causa socialista. [...] O fato permanece que a coexistência de diferentes formas de propriedade é contrabalanceada pelo estrito controle estatal gerenciado pelo Partido Comunista Chinês (LOSURDO, 2017, pp. 18-20, tradução própria).

Não obstante, é possível identificar outras tendências de que a expansão material chinesa realiza-se sob a expansão financeira e a crise sinalizadora estadunidense. Além da gradual transferência da expansão da produção material para a China, esta já é o país líder em reservas internacionais, a destacar os títulos públicos dos EUA (MEDEIROS, 2006). Como descrito por Arrighi, nos CSA, o ciclo de acumulação decadente busca manter o resquício da sua capacidade hegemônica por meio do controle das finanças, o que atualmente reflete-se no financiamento chinês da expansão financeira estadunidense. Portanto, é necessário destacar as assertivas estratégias de expansão material chinesas, mescladas por processos mercantis com controle estatal em suas principais atividades. Tal rápida e bem-sucedida estratégia de inserção no processo de globalização trouxe novamente o Estado chinês, cerca de dois séculos depois, à posição de liderança na economia mundial, como é ilustrado na tabela a seguir:

PPP rank	2014		2030		2050	
	Country	GDP at PPP (2014 US\$bn)	Country	Projected GDP at PPP (2014 US\$bn)	Country	Projected GDP at PPP (2014 US\$bn)
1	China	17,632	China	36,112	China	61,079
2	United States	17,416	United States	25,451	India	42,205
3	India	7,277	India	17,138	United States	41,384
4	Japan	4,788	Japan	6,006	Indonesia	12,210
5	Germany	3,621	Indonesia	5,486	Brazil	9,164
6	Russia	3,559	Brazil	4,996	Mexico	8,014
7	Brazil	3,073	Russia	4,854	Japan	7,914
8	France	2,587	Germany	4,590	Russia	7,575
9	Indonesia	2,554	Mexico	3,985	Nigeria	7,345
10	United Kingdom	2,435	United Kingdom	3,586	Germany	6,338
11	Mexico	2,143	France	3,418	United Kingdom	5,744
12	Italy	2,066	Saudi Arabia	3,212	Saudi Arabia	5,488
13	South Korea	1,790	South Korea	2,818	France	5,207
14	Saudi Arabia	1,652	Turkey	2,714	Turkey	5,102
15	Canada	1,579	Italy	2,591	Pakistan	4,253
16	Spain	1,534	Nigeria	2,566	Egypt	4,239
17	Turkey	1,512	Canada	2,219	South Korea	4,142
18	Iran	1,284	Spain	2,175	Italy	3,617
19	Australia	1,100	Iran	1,914	Canada	3,583
20	Nigeria	1,058	Egypt	1,854	Philippines	3,516

Tabela 1 - Lista dos vinte países por maior Produto Interno Bruto (PIB ou GDP em inglês) por Paridade do Poder de Compra (PPC ou PPP em inglês), em dólares americanos, em comparação de 2014 com as previsões de crescimento para 2030 e 2050.

Fonte: Pricewaterhouse Coopers - PwC (THE WORLD..., 2015).

Percebe-se que a China, nesta década registrando acumulação ligeiramente superior aos EUA, dobra a sua produção em 2030, e registra um valor três vezes e meio maior em 2050. Também é importante destacar a massiva presença de países emergentes entre as dez maiores potências econômicas em 2050, sendo sete emergentes presentes: China, Índia, Indonésia, Brasil, México, Rússia e Nigéria.

Segundo Pires e Mattos (2016), tal rápida ascensão chinesa, acelerada a partir da década de 1980 – início da expansão financeira estadunidense, exposto por Arrighi como um sinal da crise sinalizadora de hegemonia – advém de uma série de fatores, a saber:

É preciso remarcar que a rápida ascensão da China foi resultado da combinação de estratégias acertadas no processo de mercantilização da economia, tanto pela coordenação do processo de liberalização de preços como pelo controle estreito das principais variáveis econômicas, que ainda hoje continuam sob comando do Estado. Por outro lado, correspondeu a uma leitura acertada do processo de globalização, o que gerou uma estratégia de inserção internacional bem

sucedida. Ressalte-se que, por conta das políticas de modernização, o capital estrangeiro foi admitido com ou sem parcerias chinesas e, a China, em 30 anos de ‘Abertura e Reforma’, tornou-se a segunda maior economia do mundo e a primeira nação exportadora. (PIRES, MATTOS, 2016, p. 78).

Portanto, a partir de tais dados comparativos da economia mundial, constata-se que o processo sustentado de ascensão chinesa projeta-se como protagonista no sistema internacional, o que resulta em questões políticas cruciais, principalmente o processo gradual de transferência de hegemonia dos EUA e Europa para a China e Ásia-Pacífico. Tal colossal expansão produtiva suscita a observação de um possível novo ciclo sistêmico em gestação, que ao passar do século XXI ofusca os tradicionais centros da atual ordem internacional ocidental. Como afirmam Silver e Arrighi (2012), “a sobreposição indica um fato de que um novo ciclo sistêmico de acumulação emerge ao mesmo tempo em que o ciclo dominante está chegando aos seus limites”, e assim configura-se a competitiva disputa de hegemonia entre Estados Unidos e China no século XXI.

A interdependência econômica gerada entre as duas potências, com as exportações chinesas destinadas ao mercado dos EUA e os títulos públicos deste financiados pela China, gera uma dinâmica contraditória entre ambos, ora de cooperação, ora de competição. Se, por um lado, a China parece oferecer complementaridade ao atual ciclo sistêmico, ao financiar a expansão financeira estadunidense por meio da aquisição da sua dívida pública, diversas esferas de disputa surgem em outras temáticas; a influência na Ásia-Pacífico é um dos principais elementos de rivalidade.

Tal disputa hegemônica põe em confronto dois projetos distintos: o “Século da América no Pacífico”, de 2011, e a estratégia chinesa de “Desenvolvimento Pacífico”, do mesmo ano. A primeira foi lançada pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, em 2011, às vésperas de uma reunião de cúpula da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC). Esta baseia-se em uma tentativa de contenção da expansão da presença chinesa na costa asiática do Pacífico, assim clamando pelo apoio dos aliados. A tentativa de restabelecimento de uma total zona de influência estadunidense – e como consequência um isolamento chinês - surge em um momento no qual a China é o principal consumidor de produtos de tradicionais aliados dos EUA, como Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Assim, a estratégia estadunidense apoia-se na exploração de rivalidades regionais (PIRES, MATTOS, 2016). Clinton (2011) afirma que o século XXI seria o “século da América no Pacífico”, de modo a clamar os seus aliados na região.

Em contraste com a resolução estadunidense para o Pacífico, a estratégia chinesa do “Desenvolvimento Pacífico” busca uma expansão da influência chinesa a nível mundial; a princípio, focada na cooperação para o desenvolvimento, e não em termos militares. Entretanto, para o desenvolvimento chinês, é natural que a Ásia-Pacífico seja a sua principal zona de influência, o que decerto causa choques com os objetivos de manutenção de hegemonia estadunidense, principalmente em termos de superioridade militar. Como destaca o Livro Branco chinês de 2011,

A China deve desenvolver a si mesma por meio da defesa da paz mundial e contribuir para a paz mundial por meio do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento por meio dos seus próprios esforços e pela realização de reformas e inovações. Ao mesmo tempo, deve abrir-se para o mundo e aprender com os outros países. Deve procurar o benefício mútuo e o desenvolvimento comum com outros países de acordo com a tendência da globalização econômica. Deve trabalhar com outros países para construir uma paz durável e a prosperidade comum. Este é o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum (CHINA, 2011).

Com tais objetivos em voga, as ações de expansão da influência chinesa na Eurásia incorporam a noção de cooperação internacional e desenvolvimento em conjunto nas suas iniciativas regionais. A iniciativa econômica e geopolítica da Nova Rota da Seda, a ser abordada no capítulo 4, é a principal manobra chinesa para a sua inserção internacional no século XXI. Os desdobramentos no sistema internacional da ascensão chinesa põem em conflito de interesses a potência dominante e a emergente. Portanto, de modo a forjar uma ordem internacional que traga mais benefícios a si e a aliados, o Sonho Chinês objetiva atrair outras potências emergentes, a partir de uma lógica de “benefícios a outros países”. Tais benefícios geralmente são atrelados à intensificação comercial e construção de infraestrutura, proposta pela China a diferentes regiões, como as rotas terrestres e marítimas estabelecidas pela *Belt and Road Initiative* (BRI), especialmente com a Eurásia, África, e mais recentemente os movimentos para a inclusão da América Latina a partir do Foro China-Celac. Outros desdobramentos de uma estratégia concorrente de ordem internacional incluem iniciativas de estruturas financeiras alternativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e as próprias crescentes reservas internacionais em Renmimbi.

Com a exclusão de Washington de tais iniciativas, a China surge como forte concorrente e fundadora de instituições paralelas e com objetivos semelhantes às fundadas pelos EUA durante o

seu ciclo de hegemonia, principalmente o FMI e o Banco Mundial. Assim, a primeira surge como interessada em uma ordem multipolar, com diversas instâncias de poder compartilhado, o que claramente não é do interesse da potência hegemônica. Segundo Wallerstein:

Há cinquenta anos, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo baseava-se em uma combinação de eficiência produtiva que superava de longe a de qualquer rival, uma agenda política mundial que era calorosamente apoiada por seus aliados na Europa e na Ásia, e uma superioridade militar. Hoje, a eficiência produtiva das empresas americanas enfrenta forte competição, principalmente por parte das empresas dos seus aliados mais próximos. A agenda política mundial dos Estados Unidos já não é tão calorosamente apoiada, e, muitas vezes, é claramente contestada, mesmo por seus aliados, especialmente depois do desaparecimento da União Soviética. O que resta, no momento, é a superioridade militar (WALLERSTEIN, 2004, p. 211).

Justamente devido à perda recente de capacidades nas esferas econômica e política, a superioridade militar é o principal artifício dos EUA, junto ao controle do capital financeiro, na tentativa de manter a perpetuação de seu ciclo hegemônico. Assim, há posições políticas conflitantes nos EUA em relação à melhor estratégia a ser adotada para a conjuntura de ascensão hegemônica chinesa no sistema internacional. Ainda de acordo com Wallerstein (2004), há um debate aberto na política interna estadunidense, entre a estratégia da contenção a partir de aliados na Ásia-Pacífico, como exposto anteriormente, e a adoção de uma postura bélica, de confronto aberto, o que elevaria perigosamente os níveis de tensão em segurança internacional. Nesse sentido, os “falcões” da política externa estadunidense creem que o declínio dos EUA é contínuo desde o conflito no Vietnã, e que a solução para a sua política mundial advém de uma posição enérgica, em demonstrações de força e superioridade militar (WALLERSTEIN, 2004, p. 305).

Tal postura de confrontação, se ampliada pela potência hegemônica, poderá causar níveis de tensão insustentáveis na Ásia-Pacífico, visto que a China considera a região sua zona de influência natural; o que corresponde historicamente às relações imperiais com os povos vizinhos, especialmente coreanos, japoneses e vietnamitas, além das relações de desconfiança da Índia com as pretensões chinesas no Índico. Portanto, antes de estipular uma estratégia militar de confronto direto, os EUA usam as rivalidades regionais como artifício para tentar isolar a China, diplomaticamente, em seu território. De acordo com Zajec, o acesso da frota chinesa ao alto-mar é de importância crucial no Mar da China Meridional. Ademais,

A ambição que visa priorizar o ‘soft power’ deve ser colocada numa perspectiva que leva em conta o cenário regional e expressa duas estratégias centrais. A primeira diz respeito às reivindicações territoriais sobre Taiwan e, de maneira mais ampla, sobre o perímetro das águas territoriais chinesas, que define a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Da satisfação dessas pretensões depende o livre acesso aos vastos espaços oceânicos do Pacífico e aos corredores marítimos do Sudeste Asiático, para além da península indochinesa. A segunda estratégia é a proteção das rotas marítimas de abastecimento em hidrocarbonetos, para um país que se tornou o segundo maior importador mundial de petróleo (ZAJEC, 2008).

A estratégia de garantia de controle sobre os fluxos marítimos comerciais e rotas de acesso está intimamente ligada à iniciativa da *Belt and Road Initiative*, principal plataforma de expansão da presença chinesa no continente eurasiático expandido – e assim para o resto do globo – para o século XXI. Porém, tais projetos se chocam com uma presença massiva da 7ª Frota dos EUA, a Frota do Pacífico, por toda a expansão marítima da Ásia-Pacífico, com ênfase na proteção de Taiwan. Portanto, em uma primeira etapa, é crucial para a marinha chinesa o domínio da sua costa, o que inclui projeções do Japão à Indonésia. Em um perímetro prolongado, certamente haverá oposição da marinha estadunidense – a 7ª Frota -, principalmente em Taiwan.

Com tais análises, percebe-se a construção de uma crescente disputa hegemônica entre Estados Unidos e China, de territórios econômicos a questões de segurança e defesa. De um lado, a potência hegemônica decadente tenta conter o avanço da potência emergente por meio de acordos estratégicos com rivais históricos, que possuem disputas territoriais com o crescente asiático. Já a China, como garantia de sua contínua expansão material, busca os seus interesses estratégicos na região tentando acomodar os interesses estadunidenses, sem entrar em confrontação direta; enquanto, ao decorrer do século XXI, acumula poder relativo, majoritariamente a partir de sua expansão material e poder econômico.

A seguir, será exposta a Era Asiática de Gunder Frank, sobre a ascensão chinesa no sistema internacional, sob uma perspectiva histórica em negação do eurocentrismo, o que suscita um debate teórico com o conceito dos CSA sobre o processo histórico da acumulação material e o poder hegemônico proveniente deste.

2.2 GUNDER FRANK E A ERA ASIÁTICA

Assim como Arrighi, Gunder Frank analisa a ascensão da região da Ásia-Pacífico no sistema internacional, especialmente a ascensão chinesa, a partir de uma perspectiva histórica de

longa duração. Entretanto, os dois apresentam visões distintas sobre as origens e sobre como se dá o processo de acumulação. Gunder Frank, ao buscar uma perspectiva holística da acumulação, analisa a economia-mundo como um processo não originário na Europa, e que tal visão é derivada de uma concepção orientalista da Ásia. O autor, inclusive, afirma que tal divisão entre Oriente e Ocidente foi criada a partir de uma afirmação historiográfica europeia sobre a história mundial, a partir de uma ideia de superioridade eurocêntrica (FRANK, 1998). Frank salienta as diferenças vistas em termos de nível econômico e padrão tecnológico entre Oriente e Ocidente como geradas pela interação dos atores no sistema-mundo, que define a posição relativa de cada um destes. Assim, não seria uma excepcionalidade regional que explicaria a ascensão europeia ou asiática na hegemonia de poder internacional, e sim a disposição das regiões nos padrões de interação dentro do sistema. Frank destaca que as tentativas de estabelecimento de padrões e fatores de desenvolvimento alheias às funções desempenhadas no sistema negligenciam os aspectos essenciais das relações centro-periferia. Portanto, somente uma perspectiva holística do sistema-mundo, mais do que meramente a soma de suas partes, seria adequada para a compreensão de como os atores estatais interagem; e assim analisar propriamente a economia-mundo (FRANK, 1998, p.13).

O autor afirma que há uma recorrente transferência de hegemonia entre o que se denominou Oriente e Ocidente, devido a processos de reorganização da economia-mundo a partir do implemento de novos processos de produção. Frank destaca os processos de substituição de importações e promoção de exportações de economias industrializadas como o despertar de uma ascensão de acumulação material. Assim, de modo a posteriormente analisar as organizações do sistema-mundo anteriores à ascensão europeia, este afirma que a ascensão do Ocidente na Europa deve ser vista como um processo maciço de industrialização – *Newly Industrializing Economy* (NIE) -, de substituição de importações e promoção de estratégias de exportação, de modo a ultrapassar a capacidade produtiva das economias asiáticas. Consequentemente,

O declínio (cíclico?) das economias asiáticas e as hegemonias regionais facilitaram essa escalada europeia, pois o declínio renovado subsequente do Ocidente facilita agora também a ascensão renovada do Oriente. A ascensão do leste asiático à proeminência econômica mundial torna ainda mais urgente o foco na longa continuidade histórica da qual os dois processos fazem parte (FRANK, 1998, p. 17, tradução própria).

Portanto, a partir de tal continuidade histórica destacada, Frank analisa a existência do sistema-mundo anterior à ascensão europeia, baseado principalmente em uma região afro-eurasiática, dito pelo autor como, de oeste a leste, composto por: Europa, Mediterrâneo, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Mar Arábico, Baía de Bengala, Mar do Sul da China e Ásia Central. Tais regiões são ilustradas na figura 2, conforme o mapa a seguir:

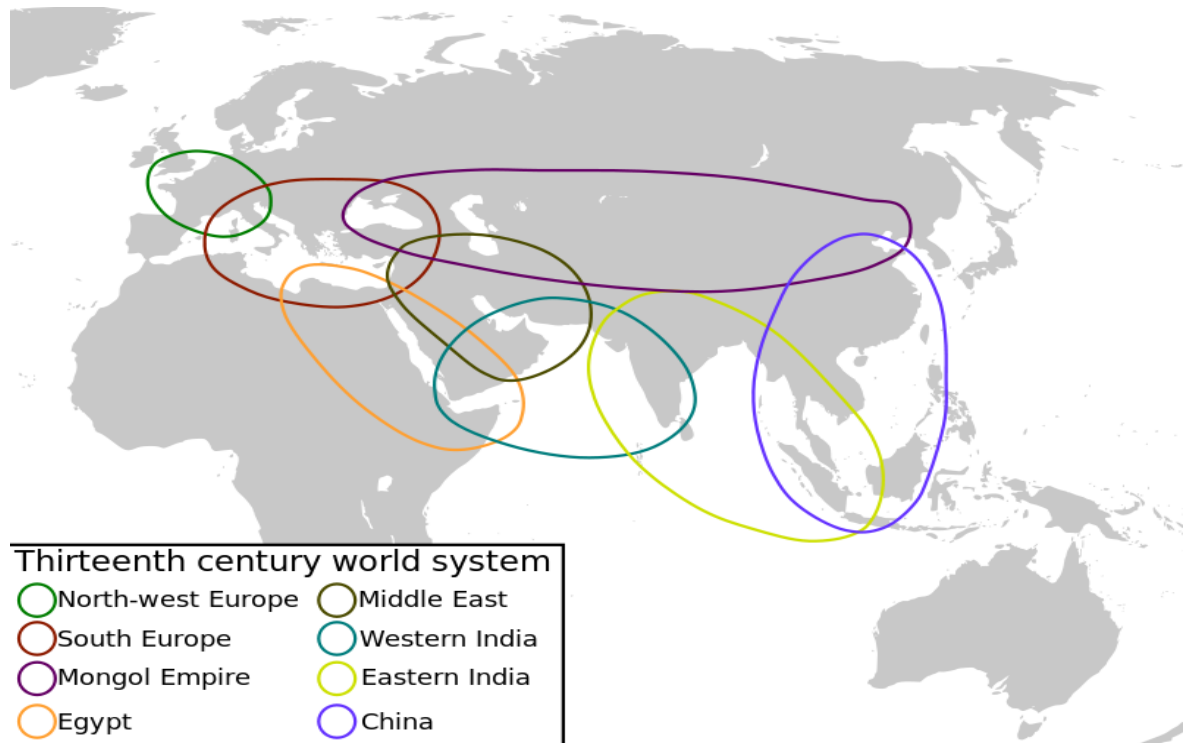


Figura 2 – Mapa que descreve o sistema-mundo do século XIII. Neste, destacam-se as regiões de contato entre as de maior dinamismo econômico, Índia e China, com a Ásia Central, Mar Vermelho e o Mediterrâneo.

Fonte: Abu-Lughod (1989).

Na configuração de tal sistema-mundo, assim como na de posteriores, havia uma divisão internacional do trabalho, na qual Frank afirma que as Américas, o Japão, a África e a Europa tinham déficits comerciais, por possuírem menor produtividade e competitividade em suas trocas. Tal déficit gerava superávits para as regiões centrais do sistema, Índia e China, as quais Frank descreve como duas grandes regiões geradoras de superávit, com posição central na economia-mundo. Esta centralidade estava baseada na produtividade manufatureira, na indústria, agricultura e comércio superiores.

A maior produtividade, competitividade e centralidade da China se refletiu em sua balança comercial mais favorável. [...] Essas exportações, por sua vez, fizeram da China a reserva de prata do mundo, equilibrando o excedente quase perpétuo de exportação da China (FRANK, 1998, p.19, tradução própria).

A partir de tal centralidade chinesa, o comércio foi estabelecido em círculos concêntricos, alcançando outras regiões da Ásia, especialmente a Ásia Central, o Sudeste Asiático, a Coreia e o Japão, o que configura a formação de dinâmicas de centro-periferia. Tais dinâmicas, com a predominância econômica asiática, como afirmado por Frank, demonstram o mito eurocêntrico do “milagre tecnológico” como causador excepcional da ascensão europeia posterior; pois, assim como destacado por Kissinger, Frank ressalta que, em 1750, a Ásia, responsável por dois terços da população mundial, produzia 80 por cento do PIB global, enquanto a Europa ainda era responsável por menos de 20 por cento deste. Da mesma forma, o PIB *per capita* asiático, especialmente o chinês, também era maior que o europeu, o que demonstra a total centralidade asiática no sistema-mundo até o século XVIII (FRANK, 1998).

O autor finalmente conclui a sua análise teórica afirmando os principais fatores para a ascensão europeia no sistema-mundo: a inovação tecnológica como um fator sujeito a oferta e demanda, assim como os preços relativos do capital, do trabalho e da terra. Portanto, o que permitiu à Europa ascender na hegemonia do poder do sistema interestatal foi a abundância de capital, que investido em tecnologia, resultou em tecnologia produtora de energia e poupadora em trabalho. Este investimento, no estabelecimento de novos ciclos tecnológicos, como analisado no próximo capítulo, fez a ascensão europeia em relação às outras regiões do sistema. A dificuldade chinesa em adaptar-se ao uso de novas tecnologias no século XIX manteve o país alheio aos ganhos de produtividade em sequência; a balança comercial manteve-se favorável, mas a centralidade, mantida a partir do domínio tecnológico, esvaiu-se nas décadas seguintes (FRANK, 1998).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do analisado neste subcapítulo, conclui-se que a ascensão para a centralidade de alguma região no sistema-mundo não é feita a partir de alguma excepcionalidade, e sim devido às posições relativas dos atores no sistema. A ascensão europeia não foi obtida a partir de alguma superioridade natural do continente, mas sim devido a um processo de inovação tecnológica, feito

a partir da abundância em capital - este gerado por relações de superávit com as suas colônias - o que projetou a possibilidade do salto tecnológico necessário para o alcance da hegemonia na economia-mundo. Portanto, há uma continuidade histórica na análise do sistema-mundo se for abandonada a visão eurocêntrica de que este foi fundado por europeus, quando o que ocorreu fora uma transferência de hegemonia, prevista como nos CSA de Arrighi. Porém, enquanto Arrighi os projeta somente até o século XVI, tendo início na Europa, Frank expõe as dinâmicas do sistema interestatal anteriores a esta época; tal análise permite afirmar que o atual processo de centralidade da hegemonia na região da Ásia-Pacífico, especialmente na China, não é excepcional, e sim ocorreu em grande parte da história do sistema interestatal; portanto, ocorre a “reorientalização” proposta por Frank, visto que a China foi o centro econômico mundial na maior parte da história humana – como afirma Kissinger, em dezoito dos últimos vinte séculos.

A seguir, o capítulo 3 tratará sobre as bases econômico-tecnológicas da ascensão chinesa, sob uma perspectiva capitalista histórica, a partir da conceituação e aplicação dos Ciclos Longos de Kondratiev; o papel catalisador do Estado, previsto em Mazzucato; e o desenvolvimento em perspectiva histórica proposto por Chang.

3 OS CICLOS LONGOS DE KONDRATIEV, O ESTADO CHINÊS E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE DESENVOLVIMENTO

Os Ciclos de Kondratiev, desde a sua teorização, têm se mostrado importantes para compreender a dinâmica capitalista da economia mundial na longa duração. O principal trabalho teorizado por Kondratiev, na sua versão em espanhol chamado *Los ciclos largos de la coyuntura económica* (1926), conclui que os ciclos de expansão do capitalismo são organizados em períodos de 48 a 60 anos, divididos em fases A, de crescimento econômico, e B, de recessão (MARTINS, 2011). Ademais, tais ciclos possuem uma faixa de incerteza, que varia entre cinco e sete anos, para que sejam determinadas as bases evolutivas do novo ciclo Kondratiev. Desta forma, o sistema capitalista demonstra-se como um sistema de expansão, de equilíbrio móvel, e tais oscilações determinam qualitativamente a intensidade de tais expansões. De acordo com Martins (2011, p. 86) e Korotayev e Tsirel (2010, pp. 2-3), a periodização dos ciclos apresentam a seguinte ordem: o primeiro ciclo teria uma fase ascendente, de 1789 até 1810-1817, e outra descendente, até 1844-1851; no segundo, a ascensão iria de 1844-1851 até 1870-1875, enquanto

o descenso se localizaria entre 1870-1875 e 1890-1896; finalmente, há um terceiro ciclo iniciado em 1891-1896, cujo ascenso dura até 1914-1920, quando há o descenso. Kondratiev, fuzilado pelo regime stalinista em 1938, não pôde analisar os ciclos econômicos posteriores.

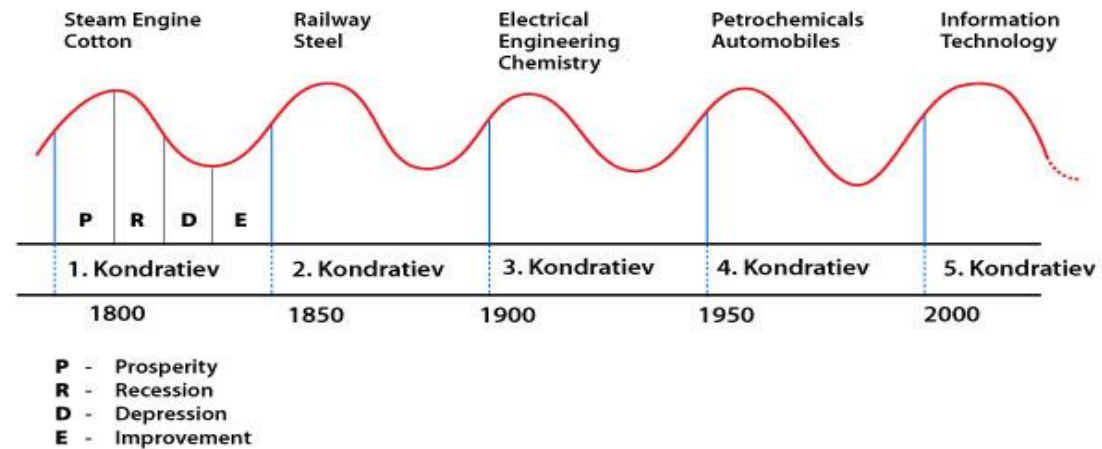
Em tal periodização de expansão cíclica, Kondratiev estabelece os principais fatores responsáveis pela expansão capitalista, em uma relação de obsolescência-demanda e de desgaste-tempo de produção, que, ainda de acordo com Martins, são especificados da seguinte forma:

- a) Os bens de consumo, matérias-primas e meios de produção que requerem pouco tempo e gastos para sua produção. A eles correspondem os ciclos descobertos por Kitchin, de aproximadamente quatro ou cinco anos.
- b) Os meios de produção que requerem um prazo médio para serem construídos e certo volume de gastos; descobertos por Juglar dão lugar a ciclos de sete a onze anos.
- c) Os meios de produção básicos que propiciam os ciclos longos. Eles funcionam por dezenas de anos, requerem gastos e tempo consideráveis para serem construídos, além de formação de força de trabalho qualificada (MARTINS, 2011, p. 86).

Tais ciclos Kitchin e Juglar são conjugados dentro de um Kondratiev, ciclo mais duradouro de expansão, que impõe a sua característica de longa duração aos outros dois menores. Estes sucedem-se por introdução de inovações na produção capitalista, o que muda a estrutura de preços em favor da produção inovadora, por meio da redução dos custos e aumento na produtividade. Porém, há um significativo atraso entre a disponibilidade da inovação e a sua aplicação em massa na produção, organizados por Kondratiev em quatro pressupostos transformadores da inovação em seu uso: a liquidez de capital necessária para a introdução da inovação; a lucratividade do investimento, dependente de um nível de acumulação superior ao processo anteriormente estabelecido; a concentração de capital em centros; e a constituição de um sistema de crédito que disponibilize o capital de forma abundante e barata. A seguir, a figura 3 ilustra as inovações tecnológicas responsáveis pela introdução de cada Kondratiev:

Kondratiev Waves

A schematic drawing showing the "World Economy" over time according to the Kondratiev theory



Period	Date	Innovation	Saturation Point
First Industrial Revolution	Circa 1800–1850	Cotton based technology; spinning weaving, etc.	1810 –end of Napoleonic Wars
Second Industrial Revolution	Circa 1850–1900	Age of steam; railways, shipping, heavy industry, iron and steel, etc.	1870s
Third Industrial revolution	1908–1947	Petrochemicals, internal combustion engine, electrification.	Inter-war slump 1920s and 30s
Post-war Boom	1947–1991	Consumer goods, electronics, etc.	1973
Contemporary Era	1991 – present	Internet, wireless technology, biotechnology, etc.	2010's

Figura 3 - Os cinco Kondratievs existentes até os dias atuais, junto às suas principais inovações desencadeantes: primeiramente, a indústria algodoeira; segundo, as máquinas a vapor; terceiro, a petroquímica e a eletricidade; quarto, os bens de consumo em massa e a eletrônica; e o Kondratiev atual, baseado na tecnologia da informação. Cada um possui seus próprios pontos de saturação e a sua estrutura interna, baseada em prosperidade, recessão, depressão e retomada, já no próximo ciclo.

Fonte: KONDRATIEV... (2010); KOROTAYEV, TSIREL (*op. cit.*, p. 3).

Como demonstrado, cada um dos ciclos possui a sua dinâmica interna, baseada na inovação tecnológica e nas condições materiais catalisadoras do seu estabelecimento como ciclo de expansão da acumulação capitalista. Assim, estes desenvolvem-se até encontrar os seus limites de expansão, entre 25 e 30 anos após o seu início. Tais limites se mostram a partir das curvas de investimento e de acumulação; o período de descenso de um Kondratiev é marcado pelo investimento mostrar-se continuamente superior à acumulação, devido ao aumento da obsolescência da tecnologia anterior, mista à introdução da inovação, e devido ao aumento da demanda por investimento para a aplicação da inovação em um meio de intensa competição interestatal capitalista (MARTINS, 2011). Com o aumento na competição por investimentos e as taxas de lucro menores, uma espiral recessiva e depressiva instala-se, o que prepara as bases para o estabelecimento de um novo ciclo longo, pois a fase recessiva estimula a introdução de inovações que reduzam os custos de produção e estimulem o consumo e os investimentos.

De modo a defender-se de críticas e para associar a sua teoria econômica ao tempo histórico, Kondratiev destaca que as descobertas técnico-científicas não são efeitos do acaso, mas sim incorporadas aos ciclos de expansão capitalista por meio dos ciclos produtivos, já que estas estão disponíveis muito antes da sua aplicação massiva. Assim, o uso da tecnologia está ligado à necessidade da superação do esgotamento de um Kondratiev, em uma luta por acesso a mercados, territórios econômicos, e pelo rearranjo das antigas estruturas de um sistema interestatal baseado na competição capitalista. Com a inovação tecnológica sendo utilizada como um instrumento de poder na competição interestatal capitalista, as descobertas técnico-científicas estão intimamente ligadas à capacidade dos Estados em financiar os processos responsáveis por tais descobertas, isto é, o financiamento em pesquisa e inovação (P&D). Portanto, não é surpreendente deduzir que as maiores potências econômicas no sistema interestatal são as que mais financiam projetos de P&D, responsáveis por suas posições privilegiadas nos ciclos Kondratiev. A seguir, a figura 4 destaca os dez maiores orçamentos estatais em P&D:

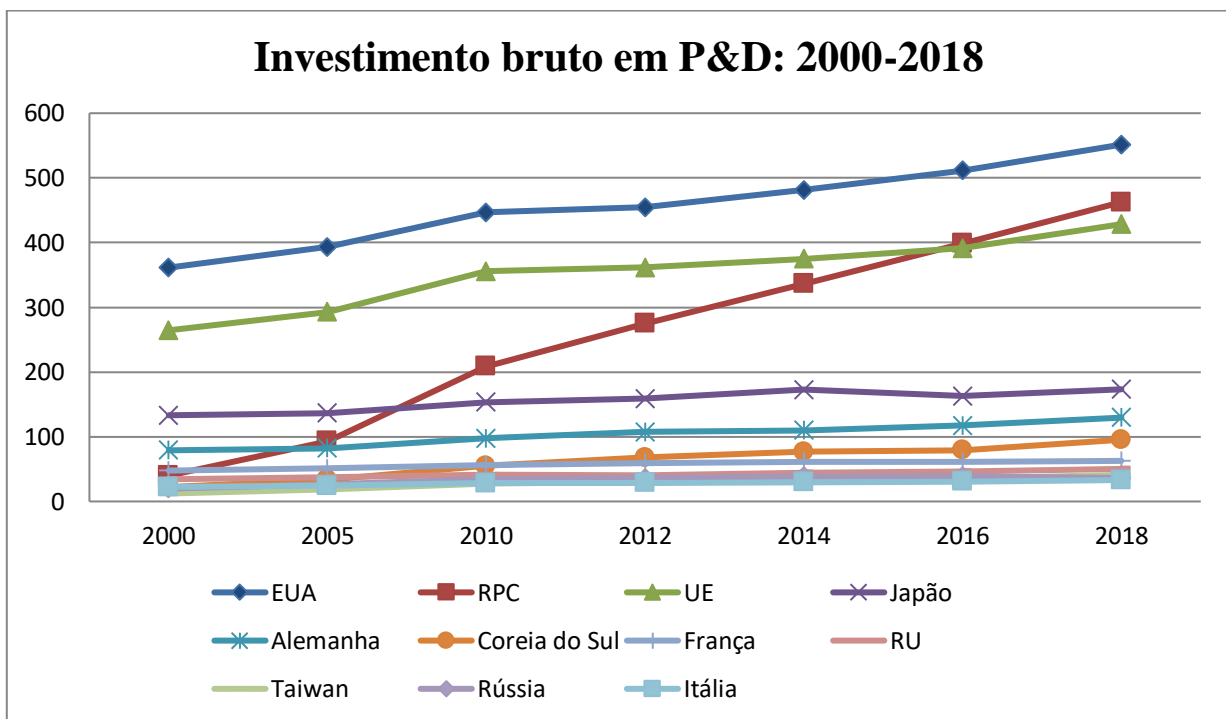


Figura 4 - Gastos nacionais brutos em P&D, em bilhões de dólares, de 2000 a 2018. Os dez maiores orçamentos destinados à inovação tecnológica destacam o vertiginoso crescimento chinês na primeira década do século XXI em diante. Tal investimento massivo indica a intenção chinesa em participar da concorrência tecnológica no quinto Kondratiev, em um momento de rápidas mudanças de padrão tecnológico devido à aplicação massiva da tecnologia da informação.

Fonte: OECD Data (2020), elaboração própria.

Ademais, outros indicativos importantes da capacidade de inovação tecnológica de uma potência são os pedidos de registro de patentes, além do nível de qualificação tecnológica da sua população, no grupo conhecido como STEM – sigla em inglês para as áreas da ciência relacionadas à inovação tecnológica: ciências exatas, tecnologia, engenharias e matemática. As figuras 5 e 6 adiante demonstram resultados similares à figura 3; isto é, os Estados que mais investem em P&D são os que detêm o maior número de patentes, assim como são os que têm o maior nível de qualificação tecnológica. Portanto, os três fatores analisados demonstram que os detentores dos mais modernos padrões tecnológicos, responsáveis pelos ciclos Kondratiev, são as potências dominantes em P&D, registro da propriedade intelectual desenvolvida e em qualificação destinada ao Kondratiev da tecnologia da informação.

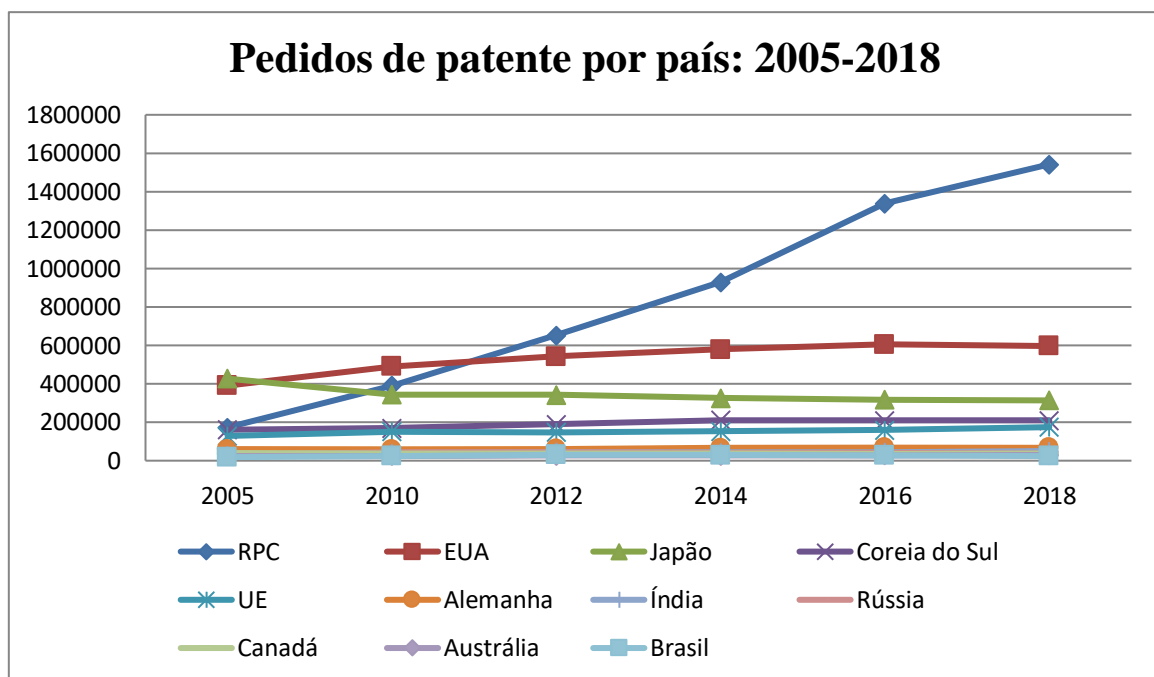


Figura 5 - Os dez maiores pedidos de registro de patentes por país, de 2005 a 2018. Observa-se uma forte correlação entre a propriedade intelectual de novos padrões tecnológicos e o nível de investimentos em P&D, pois os sete maiores investidores estão entre os que possuem mais pedidos de registro. Ademais, também é destaque o nível de produtividade tecnológica chinês, sendo o primeiro país em pedidos de registros, quando é o terceiro maior investidor em inovação tecnológica.

Fonte: World Intellectual Property Organization – WIPO, 2020, elaboração própria.

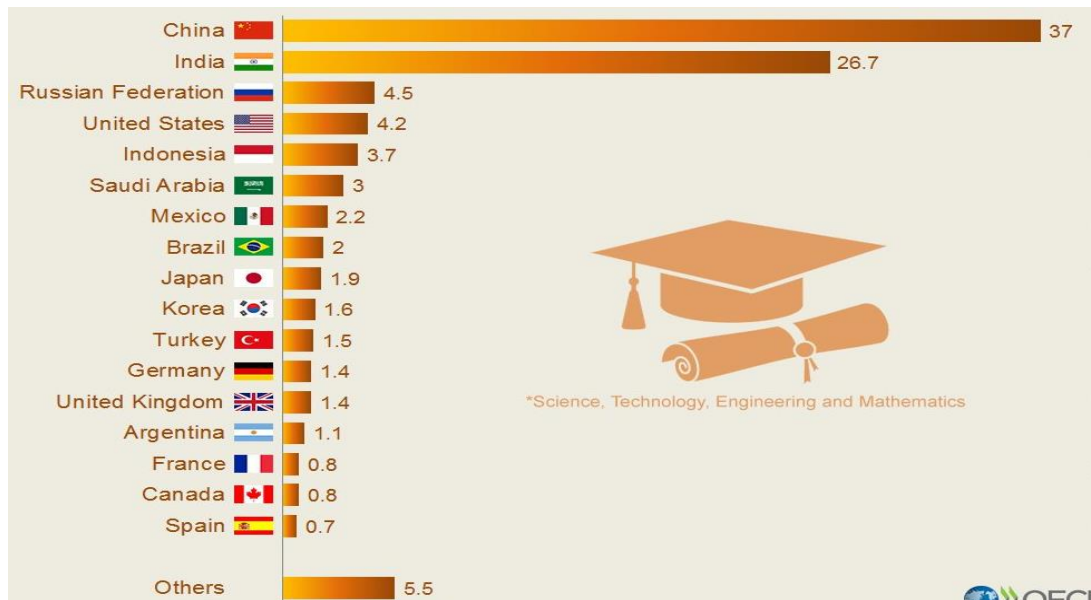


Figura 6 - Projeção do percentual dos graduados no grupo STEM entre os países da OECD e do G20 em 2030. Observa-se o domínio chinês e indiano dos graduados em áreas tecnológicas, responsáveis pelas pesquisas em P&D e por desenvolvimento de propriedade intelectual e estabelecimento de novos padrões tecnológicos. Ademais, assim como nas figuras anteriores, os mesmos sete países ou grupos estão presentes entre a liderança no grupo STEM. Assim, é importante destacar a liderança dos países emergentes no desenvolvimento tecnológico no século XXI, fazendo frente inclusive às potências centrais. Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD (EDUCATION..., 2015).

Rosales (2020, p. 170) corrobora com os dados sobre os avanços tecnológicos chineses neste século, sendo a RPC uma nova potência tecnológica de vanguarda. O peso mundial chinês em ciência e tecnologia é demonstrado a partir do seu volume em P&D: Atualmente, a RPC forma cinco vezes mais profissionais STEM que os EUA por ano; em 2015, o investimento chinês em P&D correspondeu a 21% do investimento mundial na área; o investimento chinês em P&D, ao ultrapassar o total da UE e aproximar-se ao dos EUA, espera ser a liderança mundial em investimentos dentro de seis a oito anos; desde 2018 a RPC possui o maior volume de publicações científicas, assim como nesta década também conquistou a liderança em registros anuais de patentes; e atualmente a RPC corresponde a 34% dos unicórnios e 43% do seu valor – isto é, empresas de tecnologia (*start-ups*) privadas com financiamento superior a US\$ 1 bilhão.

A partir da análise das figuras presentes neste capítulo, devido à repetição dos países em evidência nos fatores tecnológicos expostos, pode-se afirmar que a fortalecida formação de intelectualidades no grupo STEM, aliada ao massivo investimento estatal em projetos de pesquisa e desenvolvimento, resultam em descobertas de inovação tecnológica, o que gera propriedade intelectual e registros de patentes. O domínio tecnológico das grandes potências está baseado na

sua capacidade de articular de forma efetiva o conhecimento científico e o investimento em pesquisa de modo a gerar um domínio técnico com consequências econômico-políticas. Segundo Martins (2011), “a geografia, a tecnologia, os produtos e os valores em si mesmos não definem o capitalismo, mas sim a maneira de articulá-los”. Como analisado no presente capítulo, tal articulação dos Estados com o conhecimento técnico-científico e com a sua população proporciona resultados satisfatórios para a posição destes no sistema internacional, visto que possuem altos padrões de acumulação.

Os ciclos Kondratiev articulam-se com os Ciclos Sistêmicos de Acumulação a partir da premissa que a posição privilegiada do hegemom e dos seus associados está relacionada à sua capacidade de acumulação material; tal acumulação dá-se a partir do domínio tecnológico responsável pela acumulação material, ligado às inovações que trazem maior eficiência na produção e níveis mais altos de valor agregado aos bens.

Os ciclos industriais anteriores, do Império Britânico e dos Estados Unidos, formaram bases para a sua posterior projeção de poder, resultante nos seus respectivos ciclos hegemônicos. Assim como as duas primeiras revoluções industriais possibilitaram a ascensão da indústria britânica e sua demonstrada vanguarda tecnológica, com gradativa transferência tecnológica aos EUA na introdução dos motores a combustão e uso do petróleo como principal combustível, a revolução industrial da eletroeletrônica possibilitou ao ciclo estadunidense a sua consolidação. As bases industriais e tecnológicas dos EUA proporcionaram a sua ascensão como a potência hegemônica do século XX no pós-guerra, assim como a fundação das suas instituições de ordem internacional e o uso do dólar como moeda internacional - a *Pax Americana*. Os processos políticos associados às transições e exercício de hegemonia também estão associados à competição interestatal incessante por domínio tecnológico dos mais avançados padrões de produção, o que determina a posição relativa dos Estados no sistema internacional. Portanto,

[...] as guerras, revoluções e comoções sociais são parte dos próprios ciclos longos, e um componente fundamental de seu desenvolvimento. Os ciclos longos, ainda que possuam uma lógica econômica que é reitera em seu desenvolvimento, abarcam amplos processos sociais e geopolíticos. [...] Podemos afirmar que, no ciclo longo, a lógica econômica da acumulação capitalista se projeta sobre os elementos tecnológicos, sociais, políticos e geográficos, buscando funcionalizá-los ao seu desenvolvimento (MARTINS, 2011, p. 89-90).

Em tal ciclo longo, a China é o destaque, pois a lógica econômica regente tanto dos ciclos Kondratiev como dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação a põe em uma posição privilegiada, de disputa direta com os Estados Unidos em todos os quesitos indispensáveis para o estabelecimento de uma potência hegemônica – poder econômico, militar e político. Ao ser a líder mundial em novos registros de propriedade intelectual, com um investimento em pesquisa e inovação de crescimento sem concorrências no século XXI, esta estabelece uma conjuntura propícia para uma crescente acumulação material, com as inovações tecnológicas necessárias para tal no ciclo Kondratiev da tecnologia da informação. Ademais, tal acumulação material ocorre em uma conjuntura de aprofundamento do ciclo de financeirização dos Estados Unidos, que ao abandonar o incentivo à produção, conseqüentemente, perde a liderança do domínio tecnológico necessário para o estabelecimento e manutenção de um ciclo hegemônico. O quinto Kondratiev contribui para a hipótese do século XXI ser o início de um quinto ciclo de acumulação, o ciclo chinês.

3.1 O ESTADO EMPREENDEDOR CHINÊS

Nas suas concepções sobre o papel catalisador do Estado no processo de desenvolvimento, Mazzucato destaca como o financiamento público é crucial no processo de pesquisa científica que abre espaços para a inovação. A autora advoga pelo

[...] fato de que o financiamento do setor público geralmente acaba fazendo mais do que corrigir falhas de mercado. [...] o setor público pode de fato criar novos produtos e os mercados correspondentes. Dois exemplos incluem seu papel no sonho que tornou possível a internet ou a nanotecnologia quando esses termos sequer existiam. Ao vislumbrar novos espaços, [...] o Estado lidera o processo de crescimento em vez de apenas incentivá-lo ou estabilizá-lo (MAZZUCATO, 2014, p. 91-92).

A pesquisa básica, isto é, a pesquisa científica de bem público, disponibilizada a partir de universidades, elabora o acúmulo de conhecimento necessário para aplicações complexas disponibilizadas em novos mercados, de tecnologia disruptiva – a que eleva de forma permanente os níveis de produtividade.

A Destruição Criadora schumpeteriana das tecnologias disruptivas busca elevar a produtividade industrial a cada novo ciclo tecnológico. Estas são chamadas de destrutivas por Schumpeter, pois estão em um ciclo econômico de acumulação progressiva. O impulso

fundamental da acumulação, portanto, vem do estabelecimento de novos processos de produção e transporte, novos mercados e novas formas de organização industrial. Esta inovação incessante “destrói” as tecnologias estabelecidas anteriormente, em um processo sucessivo de inovação tecnológica em níveis superiores de produtividade. Esta expansão incessantemente revoluciona a estrutura econômica por dentro, incessantemente criando um novo padrão (SCHUMPETER, 2003, pp. 81-83). A formação de oligopólios, detentores da tecnologia de vanguarda, possibilita patamares superiores de acumulação, ao prevenir a formação de concorrência e baixas nas taxas de lucro, concentrando a produção – e o lucro – em poucos agentes.

A inovação tecnológica como fator crucial para o desenvolvimento e acumulação também encontra entendimento na Revolução Científico-Técnica (RCT) de Theotonio dos Santos. As três etapas do avanço tecnológico na RCT – invenção, inovação e difusão – buscam aperfeiçoar a base tecnológica existente, a partir da introdução de novos processos e geração de novos produtos. A partir deste processo, surgem novas indústrias e setores econômicos. Portanto, os câmbios tecnológicos e a aplicação do conhecimento na produção, a partir da inovação e difusão, provocam efeitos nos ciclos de acumulação. Tais ciclos são disputados por Estados nos seguintes termos:

[...] Os resultados da atividade do conhecimento são progressivamente monopolizados e se transformam em instrumento da luta interempresarial. A pesquisa fundamental e aplicada, e, principalmente, o desenvolvimento final dos produtos, passam a conformar um momento essencial do ciclo do capital; a intervenção do Estado se faz então necessária para assegurar este vasto processo de produção e aplicação do conhecimento científico. A empresa capitalista, subsidiada pelo Estado, se dedica fundamentalmente ao desenvolvimento final dos produtos e à pesquisa aplicada; os centros de pesquisa estatais se concentram em pesquisas aplicadas de interesse social e militar e as universidades se especializam na pesquisa fundamental e aplicada de maior alcance a longo prazo (SANTOS, 2020, pp. 143-144).

Da mesma forma, o Estado garante a diminuição do risco vindo da aplicação de novas tecnologias, garantindo mercado e consequente consumo. O financiamento estatal “[...] assegura à empresa contratista o monopólio sobre a invenção subvencionada pelo Estado. [...] Tal comportamento do Estado se manifesta sobretudo nos setores militar e espacial (SANTOS, 2020, p. 146)”, notadamente os principais setores fornecedores de inovação para a indústria civil, após adaptados de aplicações militares e estratégicas vindas de compras governamentais.

Igualmente, as tecnologias símbolo de cada ciclo Kondratiev, a máquina a vapor, a estrada de ferro, a eletricidade, a eletrônica, o automóvel, os computadores e a internet, contribuíram para o processo de acumulação material a partir da introdução de padrões superiores de produção. Mazzucato afirma o caráter central do Estado no investimento em pesquisa que possibilitou o surgimento de tais tecnologias, de modo que a intervenção estatal as incentivou (MAZZUCATO, *op. cit.*, p. 93-94).

Atualmente, o ciclo tecnológico disruptivo em disputa é a chamada Indústria 4.0 – alusão à Quarta Revolução Industrial -, que consiste em várias Tecnologias de Propósito Geral (*General Purpose Technologies - GPTs*), tais como Sistemas Ciber-Físicos (CPS), *Big Data*, Computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT), 5G, inteligência artificial, entre outras (IEDI, 2017, p. 2; PEDERNEIRAS, 2019). Tais tecnologias são disruptivas e desencadeiam um novo ciclo tecnológico-industrial, pois são capazes de infiltração por vários setores; melhoram com o tempo e reduzem os seus custos de escala; além de facilitarem a geração de outros novos produtos e processos (MAZZUCATO, *op. cit.*, p. 97). As GPTs possuem a capacidade de conectar digitalmente toda a cadeia de produção, de modo a aumentar a produtividade e competitividade a partir de uma maior integração das cadeias de valor. As suas aplicações, dentre outras tecnologias, são muito diversas:

- a) os Sistemas Ciber-Físicos são utilizados para melhorar a eficiência em linhas de produção;
- b) a Internet das Coisas, aliada ao 5G, permite um tráfego de dados capaz de coordenar redes de veículos autônomos;
- c) assim como a inteligência artificial permite níveis de automação inéditos (MUNIZ, NASCIMENTO, 2018).

Tais inovações tecnológicas têm a capacidade de se tornarem GPTs com o potencial de fundamentar novos níveis de produção para organizações e países que investirem em suas aplicações.

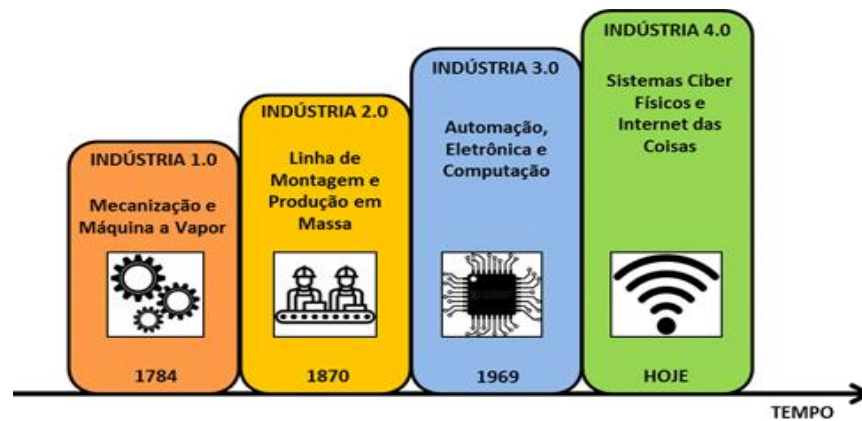


Figura 7: Linha do tempo das revoluções industriais, de acordo com as suas principais GPTs. Ao longo do tempo, estas foram empregadas de modo a tornar os processos produtivos mais competitivos e eficientes.

Fonte: MUNIZ, NASCIMENTO, *op. cit.*



Figura 8: Esquema informativo, apresentando as principais GPTs associadas à Quarta Revolução Industrial. Este conjunto de inovações é capaz de impactar tanto os processos fabris quanto a vida cotidiana de usuários domésticos.

Fonte: MUNIZ; NASCIMENTO, *op. cit.*

De modo a disputar o estado da arte da competição tecnológica no século XXI, o investimento chinês em P&D cresce exponencialmente, com destaque para as tecnologias da Indústria 4.0. O programa governamental *Made in China 2025* foca na digitalização e automação do processo produtivo, de modo a aprofundar os objetivos do Plano Quinquenal 2016-2020 e do Programa de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da C&T 2006-2020 (MLP 2006-2020). A estratégia governamental visa, principalmente: a inovação como estratégia de desenvolvimento; apoio à manufatura avançada; foco nas indústrias emergentes da tecnologia da informação, assim como nas estratégicas – aeroespacial, nuclear e biológicas; e a manutenção das

metas de investimento de 2,5% do PIB para P&D, 60% do crescimento econômico derivado de tecnologias avançadas, e o limite de dependência de tecnologias estrangeiras em 30% (ARBIX, MIRANDA; TOLEDO, ZANCUL, 2018, p. 149-150). Para atingir tais metas, a competição pelo padrão de propriedade intelectual - o registro internacional de patentes – também é um campo de disputa entre as potências do sistema internacional de inovação.

Apesar do investimento bruto total em P&D ainda não ser o maior disponível, em algumas áreas a China já lidera os esforços das potências para implementar os novos padrões tecnológicos da Indústria 4.0. Os maiores financiamentos em inteligência artificial, o maior registro de patentes e o maior volume de artigos científicos publicados na área já são assumidos pela posição chinesa, além de uma indústria nesta área avaliada em US\$150 bilhões (ROBLES, 2018).

Com o investimento em ciência e tecnologia em altas crescentes, é esperado que a China dispute a liderança tecnológica com os Estados Unidos no século XXI. A posição estadunidense quanto a esta disputa é retoricamente ambígua, mas de prática estatal, assim como a chinesa. Mazzucato destaca

[...] a abordagem proativa do Estado para moldar um mercado a fim de impulsionar a inovação. [...] os Estados Unidos são também um lugar onde o Estado desempenha um papel empreendedor, fazendo investimentos em áreas radicalmente novas. O Estado forneceu o financiamento em estágios iniciais onde o capital de risco fugiu, ao mesmo tempo em que comissionava no setor privado uma atividade altamente inovadora que não teria acontecido sem políticas públicas com visão e estratégia definidas (MAZZUCATO, *op. cit.*, p. 109).

As experiências internacionais de desenvolvimento evidenciam o protagonismo do Estado quanto ao fomento da inovação tecnológica e formação de novos mercados com maior valor agregado. Apesar da retórica favorável ao liberalismo econômico de estilo *laissez faire*, também faz parte da realidade estadunidense o fomento estatal a áreas sensíveis e estratégicas para a manutenção do seu poderio econômico, uma das colunas cruciais de sustentação da sua hegemonia. Ainda segundo Mazzucato,

[...] nas fronteiras do conhecimento, a simples existência de um sistema nacional de inovação não é suficiente. Ao longo do tempo, resultados mais expressivos podem ser alcançados quando o Estado atua como

player importante desse sistema. [...] o Estado, através de suas inúmeras agências e laboratórios, tem potencial para disseminar novas ideias rapidamente. Também pode ser hábil, usando suas funções reguladoras e sua capacidade de comissionamento e aquisição para formar os mercados e impulsionar o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, ele atua como catalisador da mudança, a fagulha que acende o fogo (MAZZUCATO, *op. cit.*, p. 110).

Dentre as agências governamentais e ordenamentos jurídicos favoráveis à inovação tecnológica com protagonismo estatal nos EUA, destacam-se a *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA), responsável pelo fomento à indústria de defesa, importante fabricante de Tecnologias de Propósito Geral (GPTs); o *Small Business Innovation Research* (SBIR), programa de fomento à inovação de pequenas empresas, a partir do fornecimento de produtos estabelecidos como necessários pelo governo estadunidense; o *Orphan Drug Act*, que junto aos *National Institutes of Health* (NIH) produz novos fármacos e pesquisas biomédicas de alta complexidade, favorecendo o complexo químico-farmacêutico; e a *National Nanotechnology Initiative* (NNI), na qual várias agências governamentais coordenam pesquisas para aplicação de nanotecnologia como soluções para diversas áreas, de forma a beneficiar o uso comercial e o público. Junto ao apoio estatal e o seu fomento à P&D, a colaboração entre tais agências governamentais resultou em diversas tecnologias que sustentam o poderio econômico estadunidense, tais como os computadores, jatos, energia nuclear e biotecnologia (MAZZUCATO, *op. cit.*, p. 110).

A Indústria 4.0 demanda um alto volume de investimento em recursos para que os ganhos de escala resultem em níveis superiores de produtividade, o que restringe a maior parte das suas aplicações industriais, em um primeiro momento, às grandes potências em ciência e tecnologia. Os registros de propriedade intelectual das GPTs, nas próximas décadas, determinarão as principais potências competidoras pelo padrão tecnológico a ser utilizado na indústria a nível mundial neste século; a partir das iniciativas do Estado chinês na modernização de seu parque industrial, a inserção chinesa em tal processo está em estágio avançado, o que provoca uma competição com a indústria da inovação dos EUA.

Tal disputa tecnológica é evidenciada na guerra comercial atualmente em andamento. O tratamento dispensado à Huawei, companhia chinesa de tecnologia, explicita as tensões crescentes entre as duas principais potências tecnológicas a nível mundial. A disputa em torno do estabelecimento da tecnologia 5G tem provocado embates entre o governo dos EUA e a

companhia; desde pedidos de extradição de funcionários de alto escalão (Al Jazeera, 2018), até leis de banimento do uso de sua tecnologia em áreas sensíveis, sob acusações de possível espionagem. O Reino Unido e a União Europeia são exemplos de possíveis parceiros reticentes em relação ao uso da tecnologia chinesa em áreas como sistemas de defesa e energia nuclear (STEVIS-GRIDNEFF, 2020).

3.2 ESCALANDO A ESCADA: CHANG E O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Em suas postulações sobre as estratégias de desenvolvimento em uma perspectiva histórica, Ha-Joon Chang argumenta que, de modo a fazer prevalecer a sua superioridade tecnológica, as grandes potências industriais advogam pelo “livre comércio” na economia internacional, estratégias de política industrial e fiscal fracas ou inexistentes, de modo a impedir o desenvolvimento de concorrentes no longo prazo. Após uma trajetória protecionista no período histórico da sua indústria nascente, os hoje chamados países desenvolvidos (PADs para Chang) praticam tarifas baixas, visto que a sua superioridade de escala produtiva torna os seus produtos altamente competitivos internacionalmente; tais produtos, presentes em países menos competitivos, encontram facilidade de inserção – devido ao “livre comércio” - em meio às indústrias locais com menor capacidade produtiva. O autor destaca como, em suas trajetórias históricas de desenvolvimento, no fim do século XIX,

[...] muitos países europeus aboliram substancialmente a proteção tarifária. Ao mesmo tempo, a maior parte do resto do mundo foi obrigada a praticar o livre-comércio pelo colonialismo. [...] e, no caso de algumas nações nominalmente ‘independentes’ (como as latino-americanas, a China, a Tailândia, o Irã e a Turquia), mediante tratados desiguais (CHANG, 2004, p. 34).

Portanto, o discurso liberal de não-intervenção estatal, na verdade, é uma retórica utilizada para facilitar a competição na divisão internacional do trabalho. No caso chinês, o colonialismo europeu resultou em um processo posterior de recuperação chamado de “rejuvenescimento” do Sonho Chinês. As Guerras do Ópio (1840-1842)⁴ são descritas como o

⁴ Xi descreve duramente as Guerras do Ópio como uma “guerra de agressão” e um “tratado desigual”, processo histórico no qual a China deve buscar uma inserção soberana como país em desenvolvimento: “As Guerras do Ópio foram uma guerra britânica de agressão contra a China de 1840 a 1842. Em 1840, em resposta à oposição chinesa a importação de ópio de mercadores britânicos, o governo britânico enviou

ocaso da sociedade chinesa, representando a dominação estrangeira do país, e que o “Socialismo com características chinesas” é o resultado da superação histórica deste período, iniciado há mais de 170 anos (XI, *op. cit.*, p. 37). Assim, a perspectiva histórica chinesa de desenvolvimento é da busca por autonomia na competição econômica internacional; e como já demonstrado, com uma ativa política estatal de fomento à indústria, ciência e tecnologia. Sobre a similaridade das políticas adotadas por diferentes estratégias de desenvolvimento, Chang afirma como

[...] virtualmente todos os PADs usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) intervencionistas para promover a indústria nascente durante o período de *catch-up*. [...] O Estado tanto subsidiava a indústria quanto recorria a diversos programas de investimento público, sobretudo em infraestrutura, mas também na manufatura. Incentivava-se o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna mediante o apoio financeiro à pesquisa e desenvolvimento, à educação e treinamento. [...] Ademais, alguns governos criaram mecanismos institucionais para facilitar a parceria público-privada (por exemplo, *joint ventures* público-privadas e associações industriais intimamente ligadas ao Estado) (CHANG, *op. cit.*, pp. 35-37).

A estratégia chinesa de desenvolvimento inclui e aplica todas as políticas citadas por Chang como características de um país em estágio avançado de *catch-up*, com alguns atributos, inclusive, de PADs: emprego de avançadas técnicas na produção industrial; grande volume de participação nas trocas comerciais internacionais – a China é o país com maior participação no comércio mundial, responsável por 12,4% das transações em 2017 (China Power, 2019); alto investimento público, tanto na produção como no desenvolvimento de P&D; além de participações ativas no mercado – apenas duas das vinte e cinco maiores companhias chinesas são privadas; destas, vinte e três estão entre as cem maiores do mundo (Fortune, 2019).

É inegável a intensa participação do Estado em qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. A capacidade estatal de coordenação de políticas fiscais de fomento à pesquisa, inovação e tecnologia; investimento em estatais – ou participação em empresas mistas - que introduzem novas técnicas e procedimentos na produção; e apoio à produção nacional até o estágio de maturidade para a competição internacional; é um elemento em comum entre os países que arquitetaram trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento; ironicamente, é comum que muitos dos PADs defendam o consumo de seus produtos por países com menor competitividade,

tropas para invadir a China com a justificativa de proteger o comércio. [...] Em 1842, tropas britânicas invadiram a área do Rio Yangtze e forçaram o governo Qing a assinar o Tratado de Nanquim, o primeiro tratado desigual da história da China moderna” (XI, *op. cit.*, p. 39).

enquanto os últimos são os mesmos que seguem as recomendações não perseguidas pelos formuladores de medidas de Estado mínimo como as do Consenso de Washington.

4 O MADE IN CHINA 2025 E A BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI) COMO ESTRATÉGIAS CHINESAS NO SÉCULO XXI

Este capítulo irá discutir dois projetos industriais e de infraestrutura do planejamento estatal chinês para as próximas décadas: O programa *Made in China 2025* e a *Belt and Road Initiative* (BRI); projetos respectivamente de fortalecimento da indústria chinesa nas novas tecnologias estratégicas do ciclo da Indústria 4.0, e de infraestrutura, a partir principalmente de ferrovias, rodovias, portos e oleodutos e gasodutos, de modo a conectar a partir da logística a China com parceiros comerciais em uma perspectiva mundial. Os dois projetos possuem complementaridades, a partir do desenvolvimento da inovação tecnológica internamente e projeção externa dos padrões tecnológicos chineses a partir da BRI; assim como os efeitos da intensificação das trocas econômicas resultam em aproximação com parceiros preferenciais ao longo das estabelecidas rotas de comércio.

4.1 O PROGRAMA MADE IN CHINA 2025

O programa estatal chinês destinado ao fomento da vanguarda tecnológica, batizado de *Made in China 2025*, como mencionado no capítulo 3, objetiva a liderança industrial da China no atual ciclo tecnológico da tecnologia da informação, também conhecido como Indústria 4.0. O implemento da manufatura inteligente (*smart manufacturing*) segue um esquema verticalizado *top-down* de inovação, baseado nas diretrizes estatais de manutenção da competitividade industrial chinesa. O gradual movimento à automação produtiva surge da identificação do Estado chinês da necessidade de um ciclo de crescimento liderado pela inovação tecnológica. A agenda, adotada pelo 18º Comitê Central do PCCh em 2013, lista como prioridades reformas nas empresas estatais, política fiscal e sistema financeiro. Há um receio de que a falha no implemento das tecnologias da manufatura inteligente - internet das coisas e eletrônicos de tecnologia avançada - resulte na estagnação econômica e industrial da produção chinesa – uma “armadilha da renda média” (*middle-income trap*), caracterizada pelo nível mediano de produtividade

industrial e do trabalho (WÜBBEKE; MEISSNER; ZENGLIN; IVES; CONRAD, 2016, pp. 15-17; XINHUA, 2017).

Portanto, a meta da estratégia chinesa de inserção de vanguarda no atual ciclo tecnológico é a aquisição de capacidades de competição internacional, com o estabelecimento da manufatura avançada e automatizada nas estruturas produtivas. O estabelecimento de 2025 como cronologia é uma etapa intermediária; o plano estratégico coordena os esforços chineses de automação produtiva com vistas a 2049, ano do centenário de fundação da República Popular. A estratégia visa o status de superpotência industrial-manufatureira (*Manufacturing Superpower*); sendo um plano de Estado, possui uma coordenação vertical, dada a busca por diretrizes e planejamento econômico da RPC, vide o estabelecimento de planos quinquenais. O *Made in China 2025* é coordenado a partir do Conselho Estatal e do Vice-Presidente chinês - de 2013 a 2018, Ma Kai; de 2018 adiante, Wang Qishan. A complexidade da coordenação estratégica é compartilhada por um nível ministerial, composto por pastas da ciência, tecnologia, e desenvolvimento; um nível especialista, incluídas comissões de tecnologia da informação e telecomunicações; e um nível de interação com a indústria, focado em digitalização e maquinário. A seguir, a figura 9 ilustra o organograma da estrutura burocrática chinesa destinada às coordenações do *Made in China 2025*.

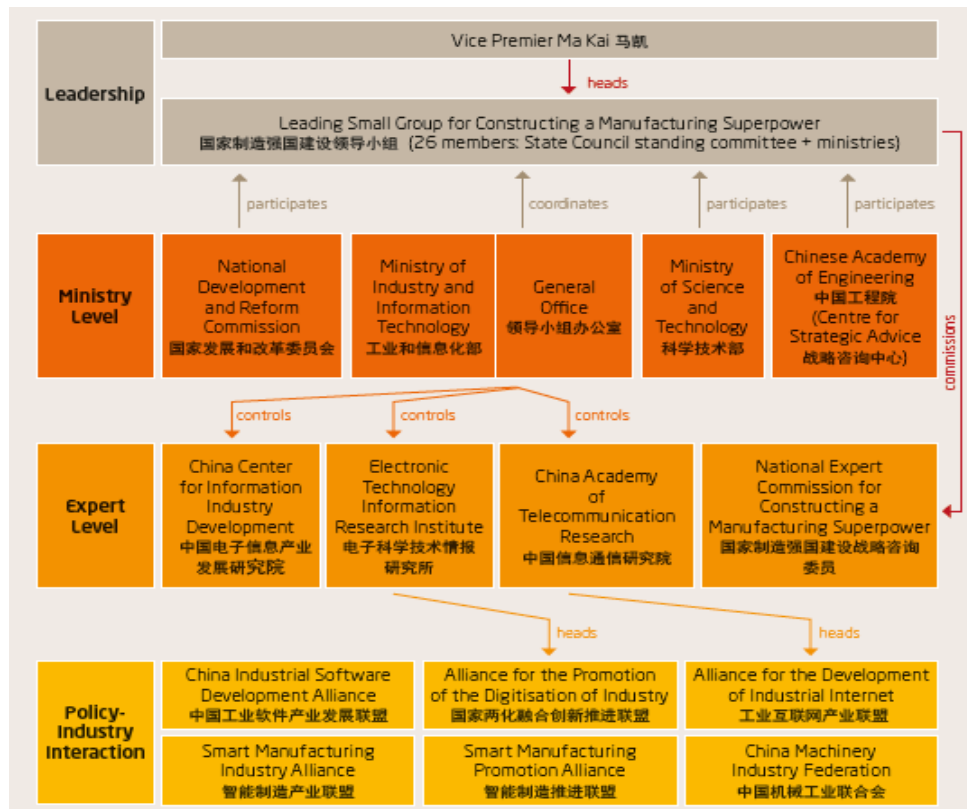


Figura 9: Organograma dos níveis de coordenação gerentes da estratégia *Made in China 2025*. A liderança estatal coordena as metas a partir de um nível ministerial, especialista, e de interação com a indústria. O destaque é o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (*Ministry of Industry and Information Technology*), responsável pela implementação das estratégias industriais de automação e TI.

Fonte: MERICS, 2017, p. 18.

O plano engloba uma ampla modernização da cadeia de produção industrial, de modo a mantê-la competitiva nos termos das tecnologias da chamada Indústria 4.0. Alguns dos principais setores industriais beneficiados pela estratégia são o automotivo e o da energia. De modo a desenvolver as cadeias produtivas, a modernização de grandes e médias empresas, públicas ou privadas, é feita a partir do emprego de fábricas inteligentes, controle computadorizado, robôs industriais e tecnologia da informação.

A política industrial *Made in China 2025* visa o progresso tecnológico da manufatura chinesa, de modo a agregar competitividade a esta frente outras potências industriais e tecnológicas mundiais. O controle de indicadores de progresso é dividido em quatro grandes grupos: inovação, qualidade, digitalização e proteção ambiental. Estes dividem-se em subgrupos, respectivamente destinados ao desenvolvimento de patentes, ganhos de produtividade, tecnologia avançada em telecomunicações e redução de intensidade em uso de recursos naturais e emissão

de poluentes. Os setores industriais chave para o plano estratégico são os dez listados a seguir (WÜBBEKE et al., *op. cit.*, p. 19):

- 1) Tecnologia da informação;
- 2) Máquinas computadorizadas e robôs industriais;
- 3) Aviação e setor espacial;
- 4) Equipamento marítimo e embarcações avançadas;
- 5) Equipamento avançado de transporte ferroviário;
- 6) Veículos de energia alternativa;
- 7) Equipamentos de energia;
- 8) Máquinas agrícolas;
- 9) Novos materiais;
- 10) Farmacêutica e equipamentos médicos avançados

É esperado que os investimentos estatais no domínio e produção destas tecnologias supracitadas cresçam nas próximas décadas, de modo a cumprir as metas estabelecidas pelas diretrizes do plano. As metas estabelecidas até o momento possuem horizonte até 2025, sendo atualizadas de acordo com os planos quinquenais. Estas destacam como metas prioritárias a elevação dos investimentos em pesquisa em relação ao faturamento; o aumento do registro de patentes por centena de milhão de Renminbi em faturamento; a melhora em índices de qualidade competitiva; o crescimento do valor agregado industrial e da produtividade média; o uso generalizado da alta conectividade no setor industrial; o uso de ferramentas de desenho digital na indústria; o crescimento do uso de máquinas computadorizadas em processos-chave de produção; a redução do uso industrial intensivo de energia; a redução da intensidade na emissão de dióxido de carbono; a redução da intensidade do uso de recursos hídricos; e o aumento da reutilização de resíduos sólidos industriais. A tabela 2 a seguir explicita os principais indicadores e metas da *Made in China 2025*.

Indicators	2013	2015	2020	2025
Innovation				
Share of R&D spending of operating revenue (in %)	0.88	0.95	1.26	1.68
Invention patents per 100 million CNY total revenue	0.36	0.44	0.7	1.1
Quality				
Quality competitiveness index*	83.1	83.5	84.5	85.5
Growth of industrial value-added (in %)	9.7	5.9	7.9	9.9
Productivity growth (in %, annual average)	7.3	6.6	7.5	6.5
Digitisation of Industry				
Broadband internet (penetration in %)	37	50	70	82
Use of digital design tools in R&D (penetration in %)	52	58	72	84
Use of numerical control machines in key production processes (penetration in %)	27	33	50	64
Environmental Protection				
Decrease in industrial energy intensity (in % compared to 2015)	-	-	-18	-34
Decrease in CO2 emission intensity (in % compared to 2015)	-	-	-22	-40
Decrease in water usage intensity (in % compared to 2015)	-	-	-23	-41
Reuse of solid industrial waste (in % of total waste)	62	65	73	79
Key technologies targeted by Made in China 2025				
<ul style="list-style-type: none"> • New generation information technology • High-end computerised machines and robots • Space and aviation • Maritime equipment and high-tech ships • Advanced railway transportation equipment • New energy and energy-saving vehicles • Energy equipment • Agricultural machines • New materials • Biopharma and high-tech medical devices 				

Tabela 2: Indicadores de metas estabelecidas para o progresso do plano estratégico *Made in China 2025*. Observa-se o estado dos indicadores da indústria chinesa em 2015 e as metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes, com balanços quinquenais. As dez indústrias-chave listadas devem alcançar os indicadores separados em grandes áreas: inovação, qualidade, digitalização e proteção ambiental.

Fonte: MERICS, 2017, p. 19.

Os indicadores supracitados são baseados em um monitoramento do progresso da indústria manufatureira chinesa e a busca por desenvolver suas capacidades tecnológicas em competitividade frente a potências econômico-tecnológicas estabelecidas, como Alemanha, Japão e EUA. As capacidades de acumulação material proporcionadas pela inovação tecnológica são instrumentalizadas em um plano geoestratégico de presença na Eurásia, em articulação no plano externo com a *Belt and Road Initiative* (BRI). A supercapacidade de produção chinesa busca

projeção externa a partir da coordenação da *Made in China 2025* com parcerias estratégicas na Eurásia.

As exportações chinesas destinadas a seus parceiros na plataforma BRI, assim como a participação chinesa na propriedade de empresas de tais países, vêm aumentando gradativamente nas últimas décadas. Enquanto gradativamente a produção chinesa agrega valor tecnológico aos seus produtos, a partir de investimentos intensivos em automação e produção de alto valor agregado – especialmente eletrônicos – se intensifica a participação de países BRI na pauta exportadora da RPC. Esta associação entre o programa *Made in China 2025* e a plataforma BRI indica oportunidades de transferência de tecnologia para parceiros chineses, assim como uma movimentação da produção de menor valor tecnológico para mercados vizinhos (OECD, 2018, pp. 23-25). Uma pauta exportadora variada e pulverizada entre vários parceiros da plataforma BRI sinaliza oportunidades de participação destes parceiros nas importações chinesas, sendo alguns dos principais destacados como produtores de alto valor agregado.

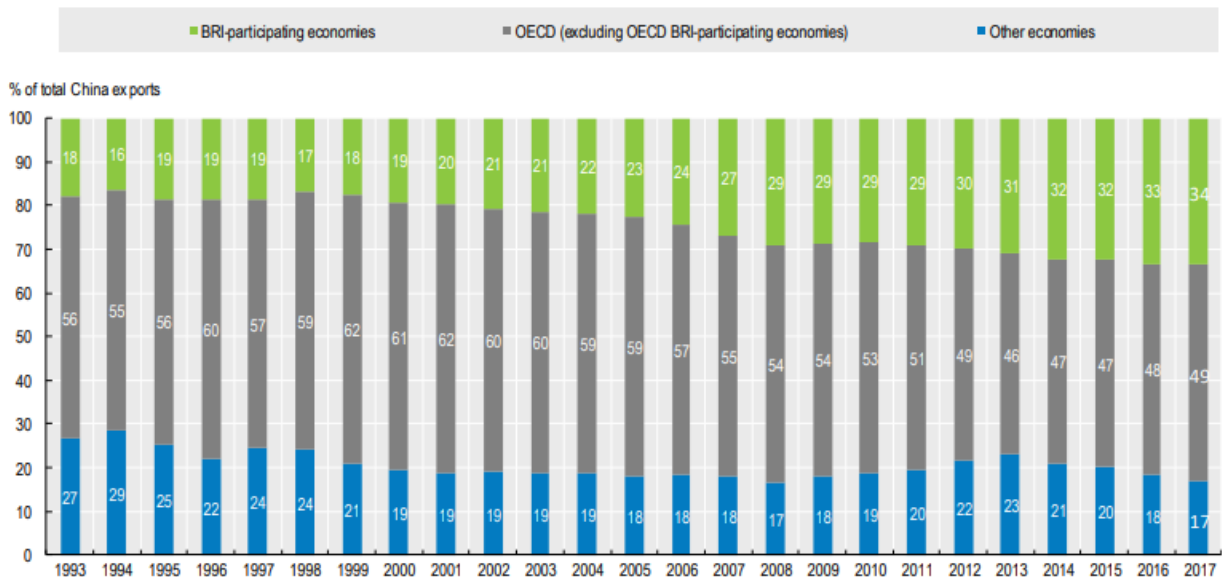


Figura 10: Destinos das exportações chinesas, separados em parceiros chineses na BRI (em verde) e integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) não-membros da BRI (em cinza). A intensificação da participação de países da BRI na pauta exportadora chinesa, especialmente a partir do século XXI, indica a aproximação concreta da China em termos econômicos com os membros da iniciativa. Muitos destes são produtores de alto valor agregado, o que suscita uma busca de reciprocidade de participação no mercado interno chinês. Fonte: OECD, 2018, p. 30.

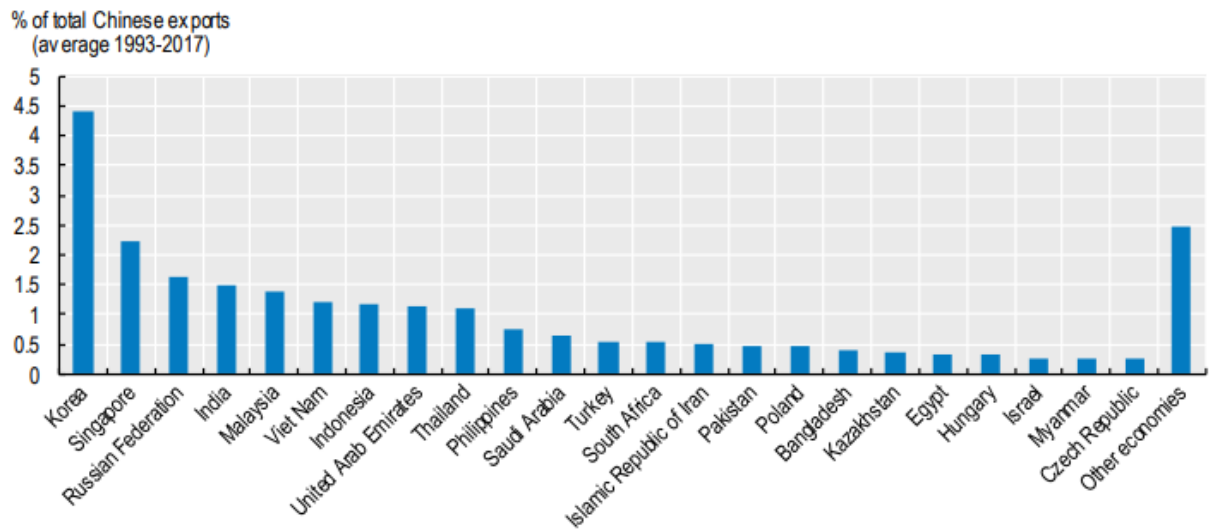


Figura 11: Participação (%), em ordem decrescente, de países-membro da BRI como destino das exportações chinesas, em média, 1993-2017. É notável a pulverização das relações econômicas chinesas; a Coreia do Sul, maior parceiro individual, é responsável em média por somente 4,5% das exportações. Dentre os vinte maiores parceiros em destino comercial, destacam-se vários membros cruciais para o sucesso da iniciativa de infra-estrutura: Rússia, Índia, Vietnã, Paquistão, entre outros. Fonte: OECD, *op. cit.*, p. 31.

A transição tecnológica chinesa em curso exige maiores investimentos nos recursos em disputa da Indústria 4.0: insumos agrícolas de alto desempenho; computação em nuvem; aviação; telefonia móvel; robótica; e energias renováveis. A inovação na produção interna é baseada na facilitação de aquisições em tecnologia; investimentos em *joint ventures* no exterior para transferências de tecnologia em economias avançadas; tratamento preferencial para importações de alta tecnologia (com proteção para a inovação local); facilitação para a instalação de capacidades produtivas em países-BRI; e promoção dos padrões tecnológicos chineses através das parcerias estabelecidas pela BRI (OECD, *op. cit.*, p. 26). Desta forma, a estratégia *Made in China 2025* articula-se com a plataforma *Belt and Road Initiative* (BRI) a partir da promoção externa da inovação tecnológica chinesa, em franca disputa pelos padrões produtivos de vanguarda na economia-mundo. A diversificação das parcerias e investimentos chineses busca a melhor inserção da China no continente eurasiático, sua região de maior proximidade e na qual está concentrada a mudança do centro de gravidade econômico na virada do século XXI.

4.2 A BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)

Em recentes mudanças na conjuntura internacional pós-Guerra Fria, as bordas asiáticas do Pacífico estão lentamente se tornando a região mais dinâmica do sistema de acumulação capitalista. Nesta conjuntura, a política externa chinesa de expansão da sua influência configura-se, paulatinamente, como essencial para a análise do futuro da política internacional na Eurásia, configurada pelas relações da potência chinesa a partir de parcerias estratégicas de cooperação. As relações político-econômicas intensificadas entre o maior ator do Extremo Oriente com os seus vizinhos geram novas convergências, a serem destacadas no decorrer do presente capítulo; principalmente as evoluções do eixo sino-russo, crucial para os planos de expansão chineses na Eurásia; a destacar a projeção internacional esperada a partir do plano de infraestrutura *Belt and Road Initiative* (BRI), de proposta chinesa, porém, de participação indispensável de outras potências para o seu sucesso.

A *Belt and Road Initiative*, lançada oficialmente durante uma visita de Xi Jinping ao Cazaquistão em 2013, configura-se como um ambicioso corredor econômico, inspirado na antiga Rota da Seda, como sendo capaz de integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, principalmente a partir da Rússia, pela sua via terrestre, e a partir do Oceano Índico por sua via marítima. Este projeto retoma as grandes iniciativas de dinastias anteriores, nas quais a Rota da Seda teve grande relevância entre os séculos II aC e o século XV (SANG, 2019, p. 13). No total, a iniciativa engloba seis corredores econômicos, que perpassam mais de 60 países no total, que contam com 60% da população global e um terço do PIB mundial (ONE..., 2015).

O *Silk Road Economic Belt*, de acordo com o *China-Britain Business Council* (ONE..., 2015), desenvolverá “pontes terrestres eurasiáticas”, em uma cadeia logística que conectará o litoral chinês ao Porto de Rotterdam, nos Países Baixos, com diversos corredores econômicos ao longo da rota, conectando a China à Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático. Esta rota terrestre possui como inspiração as antigas conexões entre os Impérios Romano e Chinês, surgida durante a Dinastia Han (século III aC – século I dC).

Ademais, a *21st Century Maritime Silk Road*, uma rota marítima, irá do litoral leste chinês, pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico, até o continente europeu, também percorrendo o chamado “Chifre da África” e o Canal de Suez. O seu objetivo é melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o desenvolvimento de um corredor marítimo no Oceano Índico – o que dependeria diretamente de

acordos benéficos à Índia, para que esta participe do projeto. O eixo marítimo da BRI busca inspiração histórica nas rotas surgidas na Dinastia Tang (século VII – século X), com seu auge na Dinastia Ming no século XV, quando o almirante Zheng He estabeleceu rotas de comércio com o continente africano, perpassando o litoral indiano e o Golfo Pérsico, tal como a atual *Maritime Silk Road* (CONTI, MOZIAS, 2020, p. 213).

A iniciativa, com o início de seu implemento em 2015, possui como objetivo “[...] conectar o vibrante círculo econômico asiático, de um lado, até o círculo econômico europeu, do outro, e alinhar países com grande potencial para desenvolvimento econômico” (ONE..., 2015). Tal estratégia desdobra-se em várias consequências, como: a promoção do crescimento econômico do interior chinês; a integração da infraestrutura dos países integrantes do corredor, intensificando suas trocas comerciais; aproximação entre os países da Eurásia, entre algumas das principais. Tais consequências visam expandir a influência chinesa, visto o seu ascendente padrão tecnológico na produção e a sua larga acumulação material já demonstrada. Ademais, Conti e Mozias (*op. cit.*, p. 213-215) destacam a BRI como resultado de um potencial acumulado chinês em termos econômicos de escala quantitativa; a superprodução chinesa requer maiores níveis de expansão externa, visto que o país, desde 2014, é a maior economia em termos de Paridade do Poder de Compra (PPP em inglês), além de desde 2009 ser a maior exportadora de mercadorias – o que com o implemento de ganhos em produtividade e competitividade do plano *Made in China 2025* tende a se consolidar - e desde 2006 possuir as maiores reservas internacionais.

De modo a financiar os projetos de infraestrutura da BRI, uma rede de fontes foi criada, composta pelo Fundo da Rota da Seda (*Silk Road Fund*, com capital inicial de US\$40 bilhões); Banco Asiático de Desenvolvimento de Infraestrutura (AIIB em inglês, com capital chinês de US\$100 bilhões); e o Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como Banco do BRICS, com US\$50 bilhões. As consequências desta expansão do poder chinês de projeção são evidentes nas disputas China-EUA vigentes,

[...] a concorrência entre a China e os EUA também está aumentando na África, América Latina, Ásia Central e no Sudeste Asiático. Ambas as potências estão interessadas nas matérias-primas e nos mercados dessas regiões. Essa nova bipolaridade emergente no mundo praticamente determina o contexto e o conteúdo do BRI: ao oferecer aos chamados países em desenvolvimento um projeto de co-desenvolvimento, a China os puxa para o seu lado (CONTI, MOZIAS, *op. cit.*, p. 215).

O convite chinês a países em desenvolvimento para que participem ativamente da BRI constitui um elemento central para a avaliação futura do sucesso da iniciativa. Os beneficiários dos projetos da BRI terão uso de tecnologias e inovações chinesas, principalmente o transporte ferroviário de alta velocidade, transmissões de longa distância, comunicações - com destaque para o 5G, tecnologia de energias renováveis – especialmente a solar e a eólica, e construção civil. As demonstrações das reformas econômicas chinesas no exterior, a partir da expansão da sua presença também política, compõem elementos do *soft power* chinês em busca de influência. A BRI cumpre uma missão histórica significativa, ao resgatar a Rota da Seda como corredores econômicos conectando a China às bordas da Eurásia e outros continentes. O projeto possui o potencial de auxiliar a China na mudança de centro gravitacional da economia mundial, reforçando a sua importância no comércio internacional e suas relações com outros países (CONTI, MOZIAS, *op. cit.*, p. 216-218); além de ressignificar a Eurásia como novamente a grande área da “reorientalização” do sistema-mundo – o que exige uma participação ativa e estratégica da Rússia. Tais relações político-econômicas fazem parte de um paradigma de ordem internacional, frequentemente chamado de diplomacia da “comunidade de destino comum” em discursos chineses. As reuniões do XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2012, expressaram uma campanha mais assertiva em busca de um desenvolvimento compartilhado com outros países e regiões em desenvolvimento (SANG, 2019, p. 14).

Para a análise dos desdobramentos do plano de ação da BRI, se faz necessário o breve acompanhamento dos principais corredores da iniciativa, com planos de parceria estratégica da política externa chinesa; e posteriormente, no capítulo 5, as possíveis repercussões de tal plano de integração de infraestrutura para além na Eurásia, visto que este permitirá um maior fluxo de trocas comerciais e uma aproximação política entre a China e diferentes potências regionais em diferentes zonas da economia-mundo. Para este fim, a BRI é esquematizada nos seguintes corredores prioritários (SANG, *op. cit.*, p. 15-16):

1) *New Eurasian Land Bridge*: Eixo conector da China à União Europeia, precursor da União Econômica Eurasiática (EAEU);

2) *China-Mongolia-Russia Economic Corridor*: Eixo conector do nordeste da China à Mongólia e à Sibéria russa, por meio ferroviário, oleodutos e gasodutos; há projetos paralelos visando fomentar o turismo, a agricultura e a ciência e tecnologia;

3) *China-Pakistan Economic Corridor*: Corredor da BRI capaz de ligar a província ocidental de Xinjiang ao Oceano Índico, a partir do porto paquistanês de Gwadar;

4) *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor*: Eixo conector da Baía de Bengala e Oceano Índico ao sul da China, através de ferrovias, rodovias, portos oleodutos e canais;

5) *China-Indochina Peninsula Economic Corridor*: Eixo conector da península do Sudeste Asiático ao sul da China, por meio de trens de alta velocidade e portos;

6) *China-Central Asia-West Asia Economic Corridor*: Eixo que perpassa a Ásia Central, Irã e Turquia, até chegar ao continente europeu.

A seguir, serão analisados os eixos da BRI cruciais e mais avançados para a expansão bem-sucedida da iniciativa na Eurásia, em dois subcapítulos. O primeiro, dedicado ao eixo sino-russo da BRI, e as negociações de cooperação com a EAEU; o segundo irá analisar o eixo representado pelos projetos na Baía de Bengala e no Oceano Índico, assim como estes impactam o sucesso da *Maritime Silk Road*.

4.3 O EIXO SINO-RUSSO DA BRI E A EAEU

A partir da gestão de objetivos pragmáticos de política externa, ambos os países aproximaram-se com o advento do século XXI, a partir da política internacional recentrada na Ásia-Pacífico. Estes, a partir de objetivos em comum, aproximam-se em um caráter de interdependência nas suas relações bilaterais (FREIRE, 2013). A partir de novas diretrizes assentadas em um novo tratado de amizade, de 2001, as relações sino-russas intensificaram-se rapidamente ao longo da última década até os tempos atuais. Diversos resultados positivos foram obtidos a partir de um maior entendimento mútuo, a destacar os seguintes: resolução das questões fronteiriças remanescentes; forte intensificação das relações comerciais; importantes programas de integração político-econômica e de infraestrutura, a destacar a BRI e o BRICS. Tais fatores são preponderantes para analisar a aproximação sino-russa como um elemento constituinte de uma dinamização da crescente integração eurasiática (MIKHAILOVA, 2013).

A convergência entre os dois atores é demonstrada nos recentes acordos feitos para o lançamento da plataforma BRI de integração de infraestrutura. A partir da plataforma sino-russa,

tanto o programa BRI como a União Econômica Eurasiática (EAEU em inglês) estão em profunda cooperação, o que engloba um corredor de alinhamento político-econômico com capacidade de integrar a Ásia-Pacífico à Europa Ocidental (ESCOBAR, 2017). Tais corredores comerciais, em conjunto com as recentes plataformas de financiamento lançadas pela China, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o *New Development Bank* (NDB), este dentro do BRICS, possuem o potencial de liderar a expansão do seu padrão tecnológico, em aliança com outras potências emergentes em plataformas de cooperação.

O conceito de parceria estratégica, o qual permeia as principais relações da China com aliados cruciais para o sucesso da BRI – principalmente a Rússia, por sua característica geográfica chave como o centro eurasiático – é expresso por Kowarski (2013, p. 108) como uma parceria que

[...] opera em um nível mais profundo: no intercâmbio de ideias e pontos de vista sobre os contornos da ordem internacional. Essa troca de perspectivas, sobre temas globais, nos quais as vozes russa e chinesa possuem entonação diferente dos Estados Unidos e dos demais países ocidentais, encontra seu lastro nos documentos oficiais e na análise da atuação comparada dos dois na ONU, assim como influencia a criação de um foro de Estados como BRIC e nos entendimentos em nível trilateral entre China, Rússia e Índia.

Portanto, é a partir da visão de parceria estratégica que é possível compreender a recente intensificação nas relações sino-russas, e como são fundamentais para o sucesso da BRI em um primeiro plano de expansão eurasiático. Em busca de mudanças na ordem internacional que os favoreça como países emergentes, China e Rússia buscam beneficiar-se mutuamente em ações coordenadas; o que se torna mais evidente com a análise das novas tendências chinesas para a economia mundial, com foco em infraestrutura e comércio, coordenada em ações conjuntas. Serbin (2019, pp. 63-65) destaca como a Rússia vem gradativamente se tornando a principal parceira energética da China, assim como uma das principais fornecedoras de armamento. As complementaridades entre os dois países resultam em posições conjuntas além do comércio de fontes energéticas; a cooperação energética, econômica e em segurança dos dois países encontraram-se na Ásia Central, principalmente a partir dos interesses russos em manter uma esfera de influência nas ex-repúblicas soviéticas, e do interesse chinês em manter a expansão de suas rotas comerciais em uma área de menor concorrência que a Ásia-Pacífico. Esta conjuntura resulta nos atuais acordos de cooperação chineses com a EAEU.

A União Econômica Eurasiática (EAEU), lançada oficialmente em 2015, é uma organização internacional crucial na política externa contemporânea da Rússia. A União representa as concepções russas sobre comércio regional, integração e inserção internacional. Antes de sua criação, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) era a principal organização regional que congregava as repúblicas pós-soviéticas, especialmente na década de 1990. Os três primeiros estados membros - Rússia, Belarus e Cazaquistão - se juntaram à Armênia e ao Quirguistão na criação da EAEU, que entrou em vigor em janeiro de 2015. Atualmente, a EAEU é uma organização eurasiática que representa 183 milhões de habitantes, possui um PIB conjunto de US\$2,2 trilhões e nível de comércio regional de US\$900 bilhões. Embora seja uma preocupação profunda a não participação da Ucrânia, devido a disputas geopolíticas em termos de alianças regionais e de segurança - especialmente em relação à UE e à OTAN - a EAEU é um avanço da atual política externa russa nos assuntos regionais e da Eurásia (SERBIN, *op. cit.*, pp. 79-80).

Atualmente, a principal aspiração da EAEU é tornar-se uma organização eurasiática capaz de representar um polo de influência entre a Europa e Ásia-Pacífico, com destaque para a China. Representa uma posição assertiva da Rússia em reformular a configuração de seu círculo interno de influência imediata; é um relançamento de uma iniciativa russa para o espaço pós-soviético, representando a visão atual do país para futuros desenvolvimentos da Eurásia. A consideração da Rússia como uma grande potência abrange suas noções de integração regional, comércio e segurança. A introdução da livre circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra, bem como políticas comuns em agricultura, transporte e energia, pode contribuir para o alargamento da organização no futuro, se mais sucessos forem demonstrados ao longo de seu desenvolvimento. Apesar da disponibilidade de recursos naturais - como energia, minerais e agricultura - os membros da EAEU carecem de um setor financeiro totalmente desenvolvido e de recursos tecnológicos que impulsionem a inovação (SERGI, 2018, p. 4). Existe uma complementaridade entre os recursos da EAEU e as capacidades chinesas, uma vez que o fortalecimento da união em uma estrutura de mercado comum impele a China a negociar com os países da EAEU como um bloco, aumentando sua influência nas relações vantajosas com Pequim.

O sentido geopolítico na criação da união converteu a Eurásia em uma região de relações multipolares, pois existe a disposição de relações trilaterais entre EAEU, UE e China, além de outros países da Ásia-Pacífico, especialmente a ASEAN. Portanto, a União faz parte de uma

estratégia russa para o restabelecimento de uma esfera geopolítica, o que garantiria estabilidade em termos econômicos e de segurança (SERBIN, *op. cit.*, p. 83).

Por fim, a EAEU estabelecida busca a China como principal parceira, pois seu crescimento ofereceu o desenvolvimento de oportunidades econômicas para a região. Desde 2015, há um alinhamento entre o EAEU e a *Silk Road Economic Belt* (SREB), por sua compatibilidade. Ao mesmo tempo em que a participação na EAEU aumenta a estabilidade econômica e a alavancagem em termos de negociações com potências econômicas, como a China, a adoção da BRI em termos de investimento e cooperação, especialmente em transporte e infraestrutura, tende a trazer desenvolvimento econômico para o extremo oriente russo, uma região estratégica para as aspirações de Moscou (LEWIS, 2018, pp. 3-4). Serbin (*op. cit.*, p. 65) enfatiza o desenvolvimento do “pivô russo à Ásia” como uma decisão geopolítica de afastamento russo do eixo euroatlântico em direção a um eixo asiático e à cooperação “não-ocidental”, especialmente após a crise com a UE a partir dos embates na Ucrânia e as sanções estabelecidas. Este giro geopolítico tornou-se crucial para uma visão multipolar da política russa, ao associar-se em parcerias na Ásia Central e com a China, resultado no eixo sino-russo da BRI em cooperação com a EAEU.

Especificamente sobre o eixo sino-russo da BRI, este se constrói a partir das rotas *New Eurasian Land Bridge* e da *China-Mongolia-Russia Corridor*. A primeira pretende transformar-se na principal passagem logística entre a Europa e a Ásia nas próximas décadas. Esta apresenta-se como mais rápida que a rota marítima atualmente existente, com o potencial de reduzir o custo logístico com um uso intensivo em economia de escala, e mais barata que o transporte aéreo (BRADSHER, 2013). Ao atravessar sete províncias chinesas, todo o Cazaquistão, a Rússia ocidental e todo o Belarus, até finalmente chegar à União Europeia, a rota demonstra a coesão para a cooperação atualmente existente entre o governo chinês e a União Econômica Eurasiática, representada pelos três últimos países. Além da integração entre os atuais sistemas ferroviários existentes em tais países, outra estratégia adotada para o devido sucesso do corredor econômico é a facilitação do desembarço aduaneiro no trajeto, com a adoção de acordos de comércio com a Polônia, Rússia e Cazaquistão.

A segunda rota, chamada *China-Mongolia-Russia Corridor*, envolve duas linhas de alta velocidade: Pequim/Tianjin/Hebei-Rússia, via Mongólia Interior, e Dalian-Chita. A partir de rotas já preexistentes, há projetos em conjunto de expansão do seu uso entre tais países. A

passagem norte será construída de modo a conectar o Círculo Econômico da Baía de Bohai (Pequim, Dalian e Tianjin) à Europa ocidental, integrando a BRI às iniciativas russas e mongóis de infraestrutura: o Plano Ferroviário Transcontinental e a Rota das Estepes, respectivamente. É importante ressaltar a estratégia de inserção do Renminbi como divisa internacional, visto que tais financiamentos foram feitos na moeda chinesa, em maio de 2015, avaliados em 25 bilhões de dólares.

A partir do investimento no comércio e nos mútuos ganhos econômicos, as autoridades chinesas visam os ganhos geopolíticos advindos da envergadura de tal projeto. Principalmente após as sanções adotadas pelos países ocidentais após a crise da Crimeia, o governo russo volta-se à China como principal parceiro, adotando uma postura de cooperação entre o seu principal projeto de integração regional e a BRI. Em 8 de maio de 2015, os dois países assinaram uma declaração conjunta, na qual pretendem, em um futuro próximo, criar uma zona comum de comércio entre a União Econômica Eurasiática e a China, o que impulsionaria qualquer projeto da BRI existente entre tais países. A estratégia de mútua acomodação de interesses foi positiva em ter um acordo comum, no qual o governo chinês adota a postura de estabelecer acordos com os países-membros da EAEU em bloco, e não separadamente, o que mantém a estrutura da integração regional liderada pela Rússia (GABUEV, 2015). Assim, ambos os países acomodam os seus principais interesses na região; a expansão econômica e comercial chinesa, que necessita de novos mercados para seus produtos, e a manutenção da zona de influência russa pós-soviética, focada principalmente em termos de segurança.

4.4 O EIXO ÍNDICO DA BRI

Diferentemente do eixo de cooperação com a Rússia em relação à BRI, as características do projeto da BRI na Baía de Bengala envolvem rotas terrestres como complemento às marítimas, especialmente a partir do porto de Calcutá. O entendimento e convergência na região em torno da iniciativa é mais frágil, sobretudo devido a históricas divergências em demarcações de fronteiras e as relações entre Índia, China e Paquistão.

Primeiramente, em relação a questões de infraestrutura do projeto, o que concerne aos países atêm-se ao *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor* (BCIM), um eixo de integração inspirado na região sul da Rota da Seda. Assim, o novo corredor pretende tornar tal

antiga rota em uma nova opção de rota de comércio entre tais países, além da melhoria logística para exportação por toda a *21st Century Maritime Silk Road*, isto é, para o restante do Sudeste Asiático, África e Mediterrâneo. O mapa a seguir ilustra o trajeto do corredor econômico proposto.



Figura 12 - O corredor econômico BCIM ligará o sul da China, de Kunming, na província de Yunnan, até Calcutá, Índia, cruzando Mandalay, no Mianmar, e Dacca, capital do Bangladesh. Este será mais uma opção logística de produção de todos os países, além de um importante resultado de cooperação entre China, Índia e países do Sudeste Asiático. Fonte: JOHN, Emanuel (2014).

Assim, a partir de um viés econômico de cooperação, a partir da proposta de ganhos mútuos, o governo chinês propõe tal aproximação com a Índia, que atualmente está entre os seus dez principais parceiros comerciais. Tal posição política também é adotada como uma forma de superar antigos conflitos. Além da delicada questão fronteiriça entre ambos, nas quais a China não reconhece o tratado limítrofe de 1914 entre a Índia Britânica e o Tibete - conhecido como Linha McMahon, há uma crescente aproximação entre China e Paquistão, que também possui contenciosos de fronteira com a Índia na região da Caxemira.

O *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC), também incluído na BRI, desperta desconfiança no governo indiano, visto os vultosos investimentos diretos prometidos ao seu principal rival regional em questões de segurança. O corredor logístico que ligará o extremo oeste chinês ao porto de águas profundas de Gwadar, sul do Paquistão, passará próximo à contestada região da Caxemira, o que o governo chinês considera uma questão delicada a ser tratada com a Índia para o sucesso do projeto. Este demonstra-se estratégico para o sucesso da BRI, visto que o

seu exitoso implemento permitiria um acesso exclusivo da China ao Oceano Índico independente da rota marítima pelo Estreito de Malaca - estreito entre a Indonésia, Malásia e Cingapura, uma das rotas marítimas estratégicas no comércio internacional, devido à sua estreiteza e falta de alternativas tão eficientes quanto para efeitos de logística. Portanto, é presumível que o governo chinês promoverá uma postura trilateral pragmática entre os países, de modo que o ganho econômico com a BRI possa promover uma distensão regional.

Com este objetivo, foi promovida a entrada de Índia e Paquistão como membros plenos da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), em 2016. Sendo fundada como uma organização para a discussão da segurança internacional na Eurásia, a presença de ambos rivais, com incentivo chinês, ressalta a importância estratégica da manutenção da paz regional para as estratégias de longo prazo da BRI.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 27):

[...] a entrada de Índia e Paquistão na OCX eventualmente sinalizaria um novo momento para a Eurásia pós-guerras do Afeganistão e Iraque. O caminho para a reaproximação sino-indiana poderia estar justamente no gerenciamento conjunto com Paquistão e Rússia (e possivelmente com alguma participação do Irã) das questões securitárias da Ásia Central. Pensando de forma pragmática, os indianos atualmente necessitam mais do acesso a fontes energéticas do que resolver a longa disputa pela Caxemira.

Assim, pela via pragmática de ganhos econômicos mútuos entre China e Índia, os principais emergentes no século XXI, os projetos de integração entre os dois países têm como vinculante a manutenção da paz regional. Com este objetivo, os governos Modi e Xi divulgaram documento bilateral, no qual a resolução das questões fronteiriças foi classificada como objetivo estratégico, o que ressalta a importância da manutenção da cooperação sino-indiana e a mitigação das possíveis questões geradoras de conflito, principalmente a Linha McMahon e as relações sino-paquistanesas (CHOWDHURY, 2014). Portanto, segundo Jaffrelot (2011),

Essas relações bilaterais complicadas não impedem os dois países de se encontrarem – e convergirem – cada vez mais frequentemente nas instâncias multilaterais. A diversidade das instituições que reúnem países asiáticos, ou mais amplamente, países emergentes, aumenta a frequência e a intensidade das participações: Índia e China são atualmente membros de cerca de meia dúzia de organizações desse gênero em escala regional ou intercontinental. Além do Triângulo Estratégico, que agrupa Rússia, China e Índia, a mais emblemática, certamente, é o grupo chamado Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Entretanto, a crescente rivalidade China-EUA afeta o estado das relações entre Índia e China. Com a crescente influência chinesa em todo o seu entorno, a partir do reforço dos laços de cooperação desenvolvidos em torno do conceito geopolítico de Ásia-Pacífico, uma contraposição dos EUA reivindica a região como o Indo-Pacífico, em uma reação à influência chinesa, cada vez mais vista como ameaça. Devido ao fracasso da Parceria Transpacífico (TPP) como um acordo comercial que isolasse a China frente a parceiros no Pacífico, a reação estadunidense concentra-se em aspectos de segurança. Como reação ao que é visto como uma ordem sinocêntrica no Pacífico, o *Quad* – quadrângulo formado por EUA, Japão, Austrália e Índia – promove a geoestratégia do Indo-Pacífico como uma alternativa de “segurança democrática” às iniciativas chinesas, em uma narrativa mais próxima à contenção militar que a cooperação econômica proposta pela China (SERBIN, *op. cit.*, p. 33). Estas disputas geopolíticas, junto a tensões fronteiriças e as desconfianças por parte da Índia com a aproximação sino-paquistanesa fizeram este eixo da BRI perder ímpeto com o governo Modi, a partir do estabelecimento do Indo-Pacífico como geoestratégia rival de contenção da China por parte dos EUA. Deste modo,

Washington uniu-se a Tóquio, Nova Déli e Canberra para fincar um Indo-Pacífico ‘livre e aberto’ como contrapeso à China, mas com um tom diferente. A estratégia de segurança nacional de Trump qualifica a China sem rodeios como um ‘competidor estratégico’ nas esferas políticas, econômicas e militares, e uma ‘potência revisionista’ que busca ‘dar forma a um mundo que constitui a antítese dos valores e interesses dos Estados Unidos’ (KOTANI, 2018 *apud* SERBIN, *op. cit.*, p. 34, tradução própria).

A seguir, o capítulo 5 analisará a estratégia do Indo-Pacífico como rival à Ásia-Pacífico mais detalhadamente, a partir das disputas geopolíticas China-EUA em torno da Eurásia e suas geoestratégias concorrentes.

Como visto no atual capítulo, a *Belt and Road Initiative* possui uma grande capacidade de proporcionar projeção econômica à China, especialmente no continente eurasiático expandido, sua zona de influência político-econômica mais imediata. Entretanto, as relações trilaterais China, Índia e Paquistão são de grande complexidade, e a aproximação sino-paquistanesa é vista com muita cautela por Nova Déli, além das tentativas de aproximação dos EUA como contrabalanço à China. A questão pragmática do desenvolvimento econômico e da intensificação do comércio encontra como desafio os contenciosos de fronteira e os conflitos históricos da região,

especialmente as frágeis relações Índia-Paquistão e as eventuais escaramuças nas zonas desmilitarizadas ao largo da fronteira entre China e Índia.

O capítulo 5 buscará analisar as principais diretrizes geoestratégicas sino-russas na Eurásia, assim como as repercussões da BRI na região e a aproximação geopolítica das duas potências, com reflexos nas disputas hegemônicas China-EUA na região com relação à liderança da economia-mundo.

5 A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA

O supercontinente eurasiático é uma zona geopolítica chave em termos territoriais no sistema internacional. Segundo Moniz Bandeira (2017, p. 1-2), a Eurásia é a massa de terra que se estende da Europa à Ásia, tendo o seu *heartland* essencialmente na Ásia Central. Essa “área pivô”, como denominada por Mackinder (1904) no clássico geopolítico *The Geographical Pivot of History*, atribui ao seu controle a vantagem do poder terrestre - a *World Island*. Conhecida como “a maior fortaleza natural da Terra”, o ator que domina o *Heartland*, na lógica do poder terrestre, domina a Eurásia; portanto, a configuração geopolítica russa é essencial para os desenvolvimentos políticos na Eurásia, e seu território é de importância geoestratégica vital para a Rússia. Ao longo do desenvolvimento da geopolítica como escola de pensamento, diferentes teóricos destacaram a importância do poder terrestre na conjuntura política internacional. Diferentes poderes ao longo da História realizaram tentativas de estabelecer hegemonia conquistando a Eurásia; atualmente, é uma prioridade da política externa dos Estados Unidos impedir que outras potências emergentes - especialmente China e Rússia - sejam hegemônicas eurasiáticas. De acordo com Lukin (2020, pp. 175-176),

O principal imperativo dos EUA [...] seria evitar o surgimento de um único Estado ou aliança de Estados capaz de unificar a Eurásia não-europeia contra os Estados Unidos. [...] Assim, foi reconhecido que o perigo para os Estados Unidos não seria um regime político em particular, mas simplesmente todos os principais Estados independentes e influentes [...] a saber, a perda de controle de Washington sobre a Eurásia resultante do aprofundamento e reaproximação entre as duas principais potências da Eurásia: Rússia e China (tradução própria).

Em seus escritos sobre os desenvolvimentos geoestratégicos da Eurásia, como ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Brzezinski enfatizou a importância da geopolítica da Eurásia para o grande jogo de poderes nas relações internacionais. Sendo um dos

principais objetivos da política externa dos Estados Unidos a prevenção de uma parceria rival contra-hegemônica eurasiática, a identificação e a “tutela” de potências-pivô na Eurásia é uma estratégia constante da política externa dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, especificamente na década de 1980, a estratégia dos Estados Unidos contra a URSS tornou-se o levantamento de insurgências contra o *Heartland*. Em um cenário pós-URSS, foram várias as iniciativas na Ásia Central lideradas pelos EUA na tentativa de incluir seus países na esfera de influência euro-atlântica; portanto, estas são tentativas de controlar o desenvolvimento político na Eurásia (BANDEIRA, *op. cit.* pp. 6-27). Seguindo a mesma estratégia geopolítica, Brzezinski afirma que

A identificação dos principais pivôs geopolíticos da Eurásia pós-Guerra Fria, e protegê-los, é, portanto, também um aspecto crucial da geoestratégia global da América. [...] Nas atuais circunstâncias globais, pelo menos cinco atores geoestratégicos importantes e cinco eixos geopolíticos [...] podem ser identificados no novo mapa geopolítico da Eurásia. França, Alemanha, Rússia, China e Índia são atores importantes e ativos. [...] Potencialmente, o cenário mais perigoso seria uma grande coalizão de China, Rússia, e talvez Irã, uma coalizão "antihegemônica" unida não por ideologia, mas por reclamações complementares (BRZEZINSKI, 1998, pp. 41-55, tradução própria).

Após um breve período de iniciativas unipolares dos EUA na década de 1990, o realinhamento de Rússia e China em uma parceria eurasiática tornou-se mais claro como uma alternativa às tentativas hegemônicas estadunidenses no século XXI. Ambas são grandes potências centrais na Eurásia e estão reivindicando seus próprios projetos de integração: a *Belt and Road Initiative* (BRI) e a União Econômica Eurasiática (EAEU). Recentemente, as duas potências têm se mostrado dispostas a convergir os interesses de ambas estratégias, ao invés de promover um choque de prioridades geoestratégicas. Portanto, o paradigma da Grande Eurásia (*Greater Eurasia*) visa estabelecer uma Parceria Econômica Eurasiática (*Eurasian Economic Partnership*), ao conectar as fronteiras do Pacífico às fronteiras da União Europeia.

Os conceitos e paradigmas geoestratégicos da Grande Eurásia reivindicam suas raízes em uma Rússia imperial, em um complexo equilíbrio de prioridades entre a Europa e a Ásia. A realidade geopolítica contemporânea de uma ascensão asiática, centrada na China, juntamente com um confronto russo com o Ocidente, especialmente após a crise da Criméia, convergiram para uma guinada russa para o Oriente. O conflito ucraniano em curso em 2014 tornou-se um ponto de guinada na política externa russa contemporânea, quando as aspirações de aproximação

junto à Europa foram abandonadas devido a restrições mais fortes da OTAN nas fronteiras russas; portanto, buscou-se equilibrar as pressões políticas vindas dos EUA e de seus aliados em uma reaproximação para o leste (LARUELLE, 2017, pp. 156-157).

A necessidade de equilibrar uma pressão ocidental, uma preocupação constante que desenvolveu o conceito de Grande Eurásia, visa a prioridade geoestratégica russa de estabelecer uma parceria autônoma - não buscando um papel subordinado em uma ordem voltada para o Atlântico, nem ignorando a ascensão asiática para o leste. A integração eurasiática apoiada pela Rússia enfrenta um dilema - entre uma parceria fracassada com a União Europeia e os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito às restrições de segurança pressionadas pela OTAN, precisamente sua presença ao longo das fronteiras ocidentais da Rússia, na Ucrânia e na Geórgia (BANDEIRA, *op. cit.*, p. 61); e uma Ásia crescente, especialmente a China, que busca uma parceria progressiva com outras potências emergentes, como no estabelecimento e no desenvolvimento do AIIB, BRICS e BRI. A configuração do mapa geopolítico da Grande Eurásia, portanto, é baseada na complementaridade do comércio chinês e seus interesses econômicos, juntamente com as preocupações russas sobre segurança e governança em toda a rota que abrange a EAEU e a BRI liderada pela China (SERBIN, *op. cit.*, p. 41).

O desenvolvimento da Grande Eurásia como uma parceria estabelecida entre as geoestratégias russas e chinesas foi incorporada nas declarações oficiais conjuntas das relações sino-russas. Para comemorar o aniversário de 15 anos do Tratado de Amizade, Vizinhança e Cooperação de 2001 - que abriu caminho para o desenvolvimento de uma maior cooperação entre Rússia e China – as duas potências afirmaram, em relação à EAEU e à BRI:

As partes enfatizam a importância primordial que atribuem à implementação do acordo russo-chinês de cooperação em conjunto com a construção da União Econômica Eurasiática (EAEU) e do Cinturão Econômico da Rota da Seda, conforme registrado na Declaração Conjunta relevante de 8 de maio de 2015. Rússia e China são a favor da criação de uma parceria abrangente eurasiática baseada nos princípios de abertura, transparência e levando em consideração interesses mútuos, incluindo o possível envolvimento dos países da EAEU, da OCX e da ASEAN. Nesse sentido, os Chefes de Estado encarregaram os governos dos dois países de atuar junto aos órgãos competentes e propor medidas para a implementação da iniciativa, a fim de contribuir para o aprofundamento dos processos de integração na região (Совместное..., 2016, tradução própria).

Portanto, formada com base na EAEU e na BRI, a parceria da Grande Eurásia assenta-se nos seguintes seis pontos: a) Reaproximação sino-russa, ligando a BRI e a EAEU; b) Agrupamentos não-ocidentais, especialmente OCX, ASEAN e BRICS; c) Parceria de Estados não-ocidentais nos objetivos da Grande Eurásia; d) Convergência de interesses políticos e econômicos para a superação da percepção de unipolaridade buscada pelos Estados Unidos, em um movimento semelhante à Conferência de Bandung de 1955; e) As parcerias econômicas servem como um caminho para maior cooperação, especialmente através da Ásia Central e Europa, com o estabelecimento do Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt* - SREB), e da Rota da Seda Marítima através de parceiros da ASEAN, ambos setores da BRI; f) A Grande Eurásia é uma parceria aberta, desde que respeitados os princípios da não-interferência e da multipolaridade; portanto, países europeus e outros possíveis parceiros podem ser incluídos (LUKIN, *op. cit.*, pp. 177-178). A fim de analisar como a parceria da Grande Eurásia é planejada como um esforço conjunto sino-russo, a seguir são abordados os principais aspectos da União Econômica Eurasiática (EAEU).

5.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DA UNIÃO ECONÔMICA EURASIÁTICA (EAEU)

A União Econômica Eurasiática (EAEU), oficialmente lançada em 2015, é uma organização internacional crucial na política externa russa contemporânea. A União representa as concepções russas sobre comércio regional, integração e inserção internacional. Anteriormente à sua criação, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) era a principal organização regional a congregar as repúblicas pós-soviéticas, especialmente na década de 1990. Os primeiros três Estados membros - Rússia, Belarus e Cazaquistão - juntaram-se à Armênia e ao Quirguistão na criação da EAEU, que entrou em vigor em janeiro de 2015. Atualmente, a EAEU é uma organização regional na Eurásia que representa 183 milhões de habitantes, em um PIB combinado de US\$ 2,2 trilhões e trocas comerciais de US\$ 900 bilhões. Embora seja preocupante a não participação da Ucrânia, devido a disputas geopolíticas em termos de alianças regionais e de segurança - especialmente em relação à UE e à OTAN - a EAEU é um avanço da atual política externa russa nos assuntos regionais e da Eurásia (SERBIN, *op. cit.*, pp. 79-80).

Atualmente, a principal aspiração da EAEU é tornar-se uma organização eurasiática capaz de representar um polo de influência entre a Europa e a Ásia-Pacífico, especialmente no que diz

respeito à ascensão chinesa no sistema mundial. Representa uma postura assertiva da Rússia em remodelar a configuração de sua zona de influência imediata; é um relançamento de uma iniciativa russa para o espaço pós-soviético, representando a visão atual do país para os desenvolvimentos futuros da Eurásia. A consideração da Rússia como uma grande potência abrange suas noções de integração regional, comércio e segurança. A introdução da livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, bem como políticas comuns de agricultura, transporte e energia, podem contribuir para uma ampliação da organização no futuro, se mais sucessos forem demonstrados ao longo de seu desenvolvimento. Apesar de possuírem abundância de recursos naturais - como energia, minerais e o setor agrícola - os membros da EAEU carecem de um setor financeiro plenamente desenvolvido e de recursos tecnológicos que impulsionem a inovação (SERGI, 2018, p. 4). Há uma complementaridade entre os recursos da EAEU e as capacidades chinesas, uma vez que o fortalecimento da União num quadro de mercado comum impulsiona a China a negociar com os países da EAEU em bloco, aumentando a sua influência nas relações de barganha com Pequim.

O sentido geopolítico na criação da União converteu a Eurásia em uma região de relações multipolares, visto que há a disposição de relações trilaterais entre a EAEU, a UE e China, bem como outros países da Ásia-Pacífico, especialmente a ASEAN. Portanto, a União faz parte de uma estratégia russa de restabelecimento de uma esfera geopolítica própria, o que garantiria maior estabilidade em termos econômicos e de segurança (SERBIN, *op. cit.*, p. 83).

Finalmente, a EAEU busca a China como principal parceiro, pois sua ascensão ofereceu maiores oportunidades econômicas para a região. Desde 2015, busca-se um alinhamento entre o EAEU e o *Silk Road Economic Belt* (SREB), por serem considerados complementares economicamente. Ao mesmo tempo que a participação na EAEU aumentaria a estabilidade econômica e uma alavancagem em termos de negociações com potências econômicas como a China, o paradigma da Grande Eurásia descarta a parceria chinesa como uma ameaça; pelo contrário, abraça as iniciativas da BRI em termos de investimento e cooperação, especialmente em transporte e infraestrutura; essa parceria tende a trazer desenvolvimento econômico ao extremo oriente russo, uma região estratégica para as aspirações de Moscou (LEWIS, 2018, pp. 3-4).

China e Rússia, ao longo do século XXI, estão articulando suas estratégias e paradigmas de política externa, com base em suas próprias visões projetadas com foco na Eurásia.

Atualmente, ambas as potências têm atritos em suas relações com países ocidentais, especialmente em visões diferentes e muitas vezes conflitantes da ordem internacional. Portanto, buscando alternativas às dificuldades nas relações com o Ocidente, especialmente os Estados Unidos e aliados da OTAN, as relações sino-russas desenvolveram-se rapidamente ao longo das últimas duas décadas, após o estabelecimento de novas diretrizes bilaterais - e posteriormente confirmadas em 2016 - em 2001. Apesar de terem prioridades diferentes em suas orientações geoestratégicas, China e Rússia têm buscado interesses complementares na Eurásia, especialmente no que diz respeito a uma maior integração econômica e ao estabelecimento de parcerias preferenciais. A União Econômica Eurasiática, liderada pela Rússia, juntamente com a *Belt and Road Initiative*, liderada pela China - especialmente o *Silk Road Economic Belt* - demonstraram sinergias no sentido de construir uma parceria estratégica sino-russa de modo a influenciar desenvolvimentos futuros na Eurásia, em um movimento de ambas as potências em seus termos geoestratégicos.

O paradigma da Grande Eurásia abrange a parceria estratégica sino-russa na política internacional, que combina principalmente as perspectivas e objetivos econômicos da China, juntamente com as preocupações de segurança e estrutura regional da Rússia. Portanto, a fim de moldar as futuras relações interestatais eurasiáticas, ambas as potências estão contribuindo para construir suas capacidades conjuntas na região, combinando seus principais interesses geopolíticos e geoestratégicos de maior prioridade. Mesmo que haja grandes desafios para o desenvolvimento desta estratégia - principalmente a atração de futuros parceiros para a EAEU e o desenvolvimento de tecnologia, por parte da Rússia; e a implementação de uma iniciativa de tal magnitude sem possíveis retiradas, especialmente em um cenário de guerra comercial e reações dos EUA, pela China - ambas as potências podem se beneficiar da EAEU e da BRI, em uma perspectiva geopolítica da Grande Eurásia.

5.2 AS DISPUTAS CHINA-EUA NA EURÁSIA

A intensificação das disputas comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China impactou as relações político-econômicas na Eurásia. Os avanços chineses em produção, finanças e tecnologia mudaram o cenário da disputa. O país asiático tem grande capacidade de ação, dadas as suas enormes reservas cambiais, que chegam a cerca de US\$3 trilhões; uma grande capacidade

de importação que rivaliza com o volume dos EUA; uma estratégia para apoiar investimentos produtivos e de infraestrutura em todo o mundo por meio da *Belt and Road Initiative* (BRI); e, recentemente, avanços tecnológicos no setor de tecnologia da informação, como a criação de uma base competitiva para Internet 5G e sistemas de inteligência artificial que também rivalizam com os EUA. Todos estes fatores tornam a RPC uma forte concorrente e parceira econômica preferencial na Eurásia, estabelecendo acordos desde a União Europeia – a partir da inclusão do Sul da Europa na BRI – passando pela Ásia Central, a partir da EAEU, ao Sudeste Asiático, por diferentes padrões de acordos comerciais.

Ademais, além da BRI como proposta chinesa de iniciativa econômica para a Eurásia – principalmente a partir dos expostos *Silk Road Economic Belt* (SREB) e a *21st Century Maritime Silk Road* – a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) é percebida como a iniciativa econômica capaz de aproximar a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) da China como novo centro de gravidade da economia mundial. A RCEP surge como acordo de comércio substitutivo à Parceria Transpacífico (TPP), iniciativa liderada pelos Estados Unidos e frustrada pelas visões isolacionistas do governo Trump, tendo a saída destes do acordo decretada em 2017 (PIRES, NASCIMENTO, 2020, pp. 9-10).

A RCEP consolidou-se em 2020 como um acordo de comércio entre 15 países da Ásia-Pacífico - 10 membros da ASEAN e 5 dos seus maiores parceiros comerciais – sendo: Austrália; Brunei; Camboja; China; Coreia do Sul; Filipinas; Indonésia; Japão; Laos; Malásia; Mianmar; Nova Zelândia; Singapura; Tailândia e Vietnã; 9 destes membros da frustrada TPP, a qual não obteve ratificações suficientes para entrar em exercício, e teve de ser reformulada sem os Estados Unidos – portanto perdendo a maior parte da sua relevância econômica. Esta em exercício congrega em um único acordo comercial – o maior da história - um terço da população e economia mundiais sem a presença dos EUA (WONG; ZHOU, 2020) o que deixa a RPC em vantagem para uma retomada econômica mundial em uma conjuntura pós-pandemia de Covid-19.

Devido a sobreposição dos acordos, e o efetivo sucesso da RCEP em exercício, esta é uma vitória chinesa em meio às disputas econômicas e geopolíticas com os EUA na Eurásia – assim como o crescente interesse de mais membros no supercontinente em aderir à BRI, atualmente integrando 138 membros, 65 destes no supercontinente e na Ásia-Pacífico (Green

BRI, 2020). Desta forma, uma acirrada disputa por espaços de influência e integração econômica configura-se, com recente vantagem relativa chinesa no sucesso de seus projetos geoestratégicos.

A denominada guerra comercial ainda em curso e a imposição mútua de tarifas iniciada em 2018 está imbricada na acirrada disputa tecnológica pela vanguarda na chamada Indústria 4.0, especialmente o estabelecimento mundial do 5G como novo padrão de telecomunicações. Está em curso uma tentativa por parte dos EUA de isolamento do 5G chinês como padrão, sugerindo o seu banimento aos seus aliados mais próximos na União Europeia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (PIRES, NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 11). Conforme estabelece a *National Defense Strategy*, de 2018,

O desafio central para a prosperidade e segurança dos EUA é o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo pelo que a Estratégia de Segurança Nacional classifica como poderes revisionistas. Está ficando cada vez mais claro que China e Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário - ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações (DEPARTMENT..., 2018, tradução própria).

A posição defensiva dos EUA na Eurásia é sobretudo representada pelo *Quad* – EUA, Japão, Austrália e Índia – e pela visão geoestratégica de contenção do Indo-Pacífico. Esta narrativa geopolítica da Eurásia busca uma contraposição à gradativa preponderância chinesa na região da Ásia-Pacífico. O Comando do Pacífico dos EUA promove esta visão com relação à Eurásia desde a Guerra Fria, quando a influência soviética passou a ser mais presente rumo a saídas para o Índico. A atualização desta narrativa regional acompanha as preocupações sobretudo de segurança de Austrália, Índia e Japão, que temem o estabelecimento de um alinhamento sinocêntrico na denominada Ásia-Pacífico, pondo o Indo-Pacífico como uma visão concorrente de contenção (SERBIN, *op. cit.*, p. 30).

A estratégia do Indo-Pacífico busca alternativas de contrabalanceamento da iniciativa RCEP, que põe a China em uma posição privilegiada em acordos comerciais por acesso aos mercados da Ásia-Pacífico, sobretudo o Sudeste Asiático a partir da ASEAN. A ausência da Índia na conclusão dos acordos da RCEP é um reflexo das desconfianças mútuas nas relações sino-indianas, apesar da importância da Índia para que os planos de integração de infraestrutura da BRI no Índico sejam bem-sucedidos. A “Santa Aliança geoeconômica e geopolítica dos EUA, Índia, Japão e Austrália” (El Horizonte, 2017 *apud* SERBIN, *op. cit.*, p. 31) é uma contraposição

em construção frente à RCEP - apesar da ausência de um acordo comercial estabelecido nesta visão do Indo-Pacífico, as preocupações pela segurança regional são expressadas principalmente pela construção da Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), na qual o Índico é crucial para o seu desenvolvimento.

Na competição estratégica China-EUA, a contenção estadunidense frente ao avanço chinês é a tônica da disputa por parcerias geoestratégicas na Eurásia; a China a partir de sua preponderância econômica na região, e os EUA usando do seu maior poder militar, apesar das perdas de liderança no poder econômico. Nestes planos concorrentes, o poder de barganha de países como Índia, Indonésia e Austrália eleva-se, em como estes serão inseridos nos acordos estabelecidos por Pequim e Washington. A posição marginal da Índia no plano da Ásia-Pacífico pode reforçar sua predileção pelo plano estadunidense, apesar da falta de um plano econômico melhor estruturado frente ao chinês. Sua posição geográfica torna-se estratégica e melhor privilegiada na configuração do Indo-Pacífico. Serbin destaca que

O mais óbvio ganhador é a Índia, uma potência regional que tem um crescente impacto mundial e um protagonismo maior no processo de globalização tanto pelo seu rápido crescimento econômico, como pelo seu peso demográfico. Por outra parte, sua privilegiada localização geográfica entre o Oceano Índico e o Pacífico – por onde transita 90 por cento do comércio global – ‘situam a Índia na vanguarda geopolítica global’. O conceito de Indo-Pacífico lhe outorga uma posição central frente à marginalização geográfica que a deixa na concepção habitual da Ásia-Pacífico, e, por sua vez, se constitui em um estímulo para desenvolver sua Armada e converter-se em uma potência naval. Precisamente a Estratégia de Segurança Marítima que a Armada indiana elaborou em 2015 já menciona o Indo-Pacífico [...] entre as zonas de interesse marítimo primário inclui os gargalos entre os dois oceanos: os Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok (SERBIN, *op. cit.*, p. 33, tradução própria).

A União Europeia, visto o caráter eurasiático da geoestratégia do Indo-Pacífico defendida pelos EUA, também está incluída por este em um plano de contenção da influência chinesa no supercontinente. A partir de parcerias em segurança regional estabelecidas principalmente no âmbito da OTAN, grandes potências do bloco europeu – como Alemanha, França e Reino Unido - estão incluídas nos interesses estadunidenses de segurança e de contenção na Eurásia a partir do oeste, frente a Rússia e a EAEU.

Entretanto, o caráter concorrente do Indo-Pacífico e do *Quad* em relação à BRI, especialmente em termos de segurança regional, pode enfrentar resistências internas nas instituições europeias, especialmente de países que são membros da BRI e buscam investimentos chineses em infraestrutura e comércio, como Portugal, Itália, e os países do Grupo de Visegrado – Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria. O mercado interno europeu, de cerca de 450 milhões de habitantes (o grupo EU-27), e de um PIB *per capita* superior a 30 mil euros, é de extrema relevância pela sua capacidade de consumo – o que, assim como o mercado chinês, incentiva a cooperação econômica sino-europeia. Os investimentos europeus na China, assim como o mercado comum europeu, são vantajosos sob o paradigma econômico e comercial chinês, pela União Europeia ser uma assídua consumidora de produtos chineses, além de prover fontes de investimento estrangeiro direto. Igualmente, o investimento chinês em infraestrutura, tecnologia e aquisições na Europa, assim como a negociação desde 2014 de um tratado comercial, demonstra o caráter indispensável da União como parceira chinesa (SZCZUDLIK; KULESA, 2020, pp. 12-13) – sendo um importante polo da BRI e de essencial importância geoestratégica na Eurásia.

Porém, a oportunidade de cooperação econômica é contrabalanceada por preocupações geopolíticas e de segurança, visto a similaridade dos membros da UE e da OTAN – e portanto dos precursores da geoestratégia do Indo-Pacífico. De um modo geral, o grande desafio da União Europeia é acomodar interesses concorrentes de diferentes parceiros e seus planos geoestratégicos conflitantes (KUO, 2018); no caso, a concorrência das configurações da Ásia-Pacífico e do Indo-Pacífico e os diferentes planos de inclusão da União Europeia nas duas estratégias: o primeiro plano aponta para um aprofundamento da cooperação nos planos econômicos e de infraestrutura, enquanto o segundo enfatiza uma estrutura de segurança e de contenção da influência chinesa.

Estes movimentos de ambas as potências – avanço por parte da China, especialmente na Ásia-Pacífico, e contenção dos EUA, na Europa e na estratégia do Indo-Pacífico principalmente, mostram uma posição cooperativa chinesa, enquanto a posição estadunidense é de ameaça e defensiva, a partir de uma lógica de segurança e contenção. Ao invés do oferecimento de planos de cooperação econômica paralelos aos chineses na Eurásia, de mesma magnitude, houve uma ausência dos EUA em alternativas econômicas no continente, o que retira uma possível concorrência da parceria sino-russa, e a aproxima da ASEAN e da Ásia-Pacífico. As perdas tecnológicas e os questionamentos das capacidades de concorrência com o padrão chinês no atual

ciclo tecnológico e de acumulação em disputa põem os EUA em posição defensiva nas bordas eurasiáticas, enquanto acordos na Eurásia com liderança chinesa avançam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a ascensão chinesa nas últimas décadas, a partir de um conjunto de estruturas de longa duração do tempo histórico, baseadas na inovação tecnológica como promotora de uma sólida base industrial para o desenvolvimento; na acumulação material procedente, no caso chinês, de um processo de estabelecimento e disputa de novos padrões tecnológicos com gradativos ganhos de produtividade e competitividade; e nos estudos dos ciclos hegemônicos sistêmicos ao longo da história das relações interestatais do sistema-mundo. O surgimento de um novo ciclo no século XXI – o ciclo chinês – reorientado à Ásia-Pacífico traz consequências para o sistema em discussão; principalmente, como é o foco nesta dissertação, para a Eurásia como supercontinente na geopolítica mundial – e portanto uma importância estratégica das relações sino-russas contemporâneas nesta região.

O primeiro capítulo, a partir de aportes sobre a política e economia chinesas – e das ideias formadoras do Socialismo com Características Chinesas – traz a reflexão acerca do processo histórico de (re)ascensão desta civilização, a qual foi ao longo da maior parte da história a maior economia mundial. Desde 1949 fundada como República Popular, a China retoma um polo da economia mundial mantido até o século XVIII, antes das revoluções industriais europeias e das perdas comerciais e territoriais por processos de colonização e tratados desiguais. O Estado socialista possui uma importância crucial na retomada deste processo, que culmina até o presente momento na RPC como maior economia mundial em paridade de compra e nas disputas pela vanguarda tecnológica com os EUA.

O segundo capítulo, a partir dos aportes teóricos dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, situa no tempo histórico os processos cíclicos e sistêmicos de hegemonia no sistema internacional, com ascensões e quedas de diferentes potências e diferentes configurações. Tendo o processo de ascensão baseado em virtuosos ciclos produtivos, a partir de ganhos de produtividade e consequentes investimentos de excedentes, potências em disputa hegemônica projetam sua liderança tecnológica – obtida a partir da inovação produtiva – no estabelecimento de novos mercados, internos e externos, em um ciclo superior de produção e acumulação; o que

acarreta em cumulativos ganhos de poder estrutural, com consequências não somente econômicas, mas em acúmulo de poder militar, geopolítico e de projeção de seus valores perante uma ordem internacional. Esta posição chinesa reflete um processo de reorientalização (*reorient*) do sistema-mundo em curso, centrado na China, porém com concentração em toda a Ásia-Pacífico como novo centro de gravidade da economia mundial. Este processo possui como catalisador os sequentes ganhos tecnológicos e de produção sustentados por políticas exitosas de planejamento industrial ao longo das últimas décadas, especialmente desde 1979, e resultantes na disputa aberta por um quinto ciclo de acumulação em curso – o ciclo chinês.

O terceiro capítulo trata sobre os ciclos tecnológicos como catalisadores de patamares superiores de acumulação; ao introduzir novas técnicas produtoras de excedentes cada vez superiores. Os Ciclos Kondratiev são baseados em tecnologias disruptivas, as quais estabelecem novos padrões de produtividade e novos ciclos industriais, assim como novos produtos e patamares superiores de consumo e em maior renda. Tais ciclos estão em incessante disputa interestatal, devido ao monopólio tecnológico gerado pelo estabelecimento destes novos padrões e pelo caráter arriscado dos investimentos necessários em pesquisa e inovação, no qual o setor privado é avesso aos aportes necessários. As compras governamentais e os investimentos em pesquisa garantem às potências tecnológicas pioneiras nos novos ciclos o monopólio dos ganhos produtivos, portanto níveis superiores em competitividade na liderança dos ciclos hegemônicos. As revoluções científico-técnicas resultam em novos ciclos tecnológicos, que retroalimentam os Ciclos Sistêmicos de Acumulação na medida que expansões financeiras buscam novos investimentos produtivos quando novos patamares de acumulação pelo monopólio são obtidos. Neste sentido, a atual conjuntura conforma a atual expansão produtiva chinesa em um cenário de expansão financeira estadunidense, com visíveis perdas tecnológicas deste na vanguarda das novas tecnologias da chamada Indústria 4.0. Esta crise sistêmica apresenta-se como uma potência hegemônica decadente em tentativas de conter a ascensão de um novo ciclo por manobras geopolíticas, baseado nos fatores apresentados anteriormente – especialmente novos padrões tecnológicos e superiores níveis de acumulação.

O quarto capítulo articula a produção interna chinesa e a sua acumulação – a partir dos planos industriais estratégicos chamados de *Made in China 2025* - com seus planos de expansão externa, principalmente a partir da *Belt and Road Initiative* (BRI). O maior plano de investimentos produtivos do atual século visa reforçar o papel da China na liderança econômica

mundial, reforçando as trocas econômicas em todos os continentes – porém com maior foco na Eurásia, região de influência imediata do poder estrutural chinês. Os planos de infraestrutura anunciados propõem aos parceiros acesso aos padrões tecnológicos chineses de vanguarda, principalmente em transporte, logística e comunicações. Esta iniciativa aumenta o poder de influência chinês na geopolítica mundial, e reforça as trocas econômicas na Eurásia e a convergência de interesses na região; o que a aproxima da China e a afasta dos planos de contenção estadunidenses.

Finalmente, o quinto capítulo analisa as consequências geoestratégicas na Eurásia do processo chinês em seu estabelecimento de um ciclo de liderança hegemônica; em parcerias regionais, principalmente com a União Econômica Eurasiática (EAEU) e a ASEAN a partir do RCEP, integrados em conjunto no projeto BRI. Especialmente a partir da intensificação do comércio e de aberturas de novos mercados, a RPC congrega novos parceiros em suas iniciativas econômicas. As trocas estabelecidas não são limitadas à exportação de alto valor agregado e importação de produtos primários; novos parceiros produtores de alto conteúdo tecnológico são atraídos pelo tamanho do mercado interno chinês e o crescente consumo de sua classe média, um mercado consumidor maior que os de origem, resultante em desenvolvimento econômico mútuo e investimentos diretos. Estes fenômenos têm consequências geopolíticas para a Eurásia – principalmente o reforço da parceria sino-russa. A partir desta, os interesses econômicos chineses e seu consequente desenvolvimento são garantidos a partir do trânsito sobre o vasto território russo – das fronteiras com a União Europeia ao Pacífico; e em retorno, os interesses russos em segurança regional e integração das anteriores repúblicas soviéticas são salvaguardados. Ambos possuem tecnologias sensíveis em diferentes campos, e podem beneficiar-se mutuamente da cooperação e de maiores ganhos conjuntos em uma ordem internacional multipolar, pelo estabelecimento de um polo dissonante ao estadunidense e mais vantajoso a potências emergentes – as quais se somam às iniciativas chinesas.

A partir do exposto nesta dissertação, defende-se que os novos ciclos chineses, de liderança econômica e tecnológica, no século XXI estão baseados em múltiplos polos de poder – destacados nesta dissertação como a União Europeia, a União Eurasiática, a RCEP-ASEAN, os EUA - na ordem internacional, menos concentrada no Ocidente e balanceada com a ascensão do Oriente. Esta configuração multipolar traz maiores vantagens e oportunidades aos países em desenvolvimento, maiores integrantes dos planos de cooperação com a China; em contraste, os

EUA e aliados próximos sustentam a rivalidade em disputas comerciais e tecnológicas com os chineses. Porém, nas tecnologias de vanguarda do atual ciclo tecnológico – especialmente o 5G – a RPC possui significativa vantagem, o que deixa estes em situação de pouca barganha enquanto não puderem oferecer tecnologias de padrão factível de concorrência com as chinesas. Entretanto, por ser uma conjuntura posta em andamento, os resultados do estabelecimento do atual ciclo tecnológico, e portanto dos ciclos de hegemonia e de acumulação, estão em aberto, com avanços e contenções das duas posições em disputa.

Há, atualmente, uma alternativa chinesa à crise sistêmica em andamento, principalmente após as sucessivas crises econômicas desde 2008 e a atual pandemia de Covid-19. Esta alternativa está em consideração e fortalecimento no sistema-mundo, principalmente a partir da dimensão econômica e tecnológica. Quanto às outras dimensões de poder estrutural – especialmente na militar e na financeira – as capacidades estadunidenses buscam conter o avanço chinês. O atual desenvolvimento do tempo histórico no século XXI poderá demonstrar os limites da capacidade de contenção da maior economia mundial em franco processo de ascensão, e da inevitável reacomodação do sistema-mundo e suas distintas visões de ordem internacional frente ao processo em andamento de reorientalização.

A ascensão chinesa demonstra-se como uma realidade estrutural, e suas consequências sistêmicas – nos ciclos de acumulação, tecnológicos, e de liderança hegemônica – estão em andamento e em acomodação nas disputas interestatais, especialmente com os Estados Unidos. Os outros polos de poder ressaltados nesta dissertação – principalmente as bordas da Eurásia, representadas pela União Europeia e pela ASEAN – estão neste processo de acomodação às disputas China-EUA presentes, com acirramentos e distensões; o que irá continuar por todo o presente século durante a atual transição hegemônica. O andamento da atual transição nas dimensões do poder estrutural irá influenciar qual plano geoestratégico – o Ásia-Pacífico ou o Indo-Pacífico – irá prevalecer na Eurásia, atualmente com o Ásia-Pacífico na dianteira econômica, e a contenção militar planejada pelo Indo-Pacífico. O futuro da geopolítica na Eurásia será influenciado pela preponderância de uma destas configurações geoestratégicas; porém, o que está em andamento é o estabelecimento de uma Eurásia multipolar, com diversas associações preferenciais e constante acomodação de interesses. Estas acomodações indicam uma reestruturação da ordem internacional de modo a incorporar a China como um polo de liderança,

com as consequências econômicas, geopolíticas e geoestratégicas abordadas ao longo desta dissertação.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, J.L. *Before european hegemony: the world system A.D. 1250-1350*. Nova York: Oxford University Press, 1989.

AGNEW, J. *Geopolitics. Re-visioning world politics*. Londres: Routledge, 2003.

ARBIX, G.; MIRANDA, Z.; TOLEDO, D.; ZANCUL, E. Made in China 2025 e Industrie 4.0: a difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. *Tempo Social*, v. 30, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/144303/148939>>. Acesso em: 08/08/2020.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BAI, Yang. *Classe média chinesa é a mais numerosa do mundo*. Diário do Povo, 2018. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0309/c309806-9435018.html>>. Acesso em: 10/12/2019.

BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. 6 ed. Lisboa: Presença, 1990.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*. Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHINA. The Information Office of the State Council. *White paper on China's Peaceful Development* (full text), São Paulo: Consulado Geral da república Popular da China, 2011. Disponível em: <<http://saopaulo.china-consulate.org/pl/xwdt/t855996.htm>> Acessado: 08/08/2020.

CHINA POWER. *Is China the World's Top Trader?*. 2019. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/trade-partner/>>. Acesso em: 08/08/2020.

CHOWDHURY, J. *Modi warms up to Xi keeping 'border' as the key word*. RT, Sep. 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/op-edge/189688-india-china-border-talks-visit/>>. Acesso em: 08/08/2020.

CLINTON, H. *America's Pacific Century*. Washington: *Foreign Policy*, 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 08/08/2020.

CONTI, B; MOZIAS, P. A Iniciativa Cinturão e Rota: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, 2020.

DEPARTMENT OF DEFENSE. *National Defense Strategy The United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge*. (Summary Version). Washington DC, 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 11/12/2020.

DUFFIN, E. *Manufacturing labor costs per hour: China, Vietnam, Mexico 2016-2020*. Statista, 2019. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/744071/manufacturing-labor-costs-per-hour-china-vietnam-mexico/>>. Acesso em: 08/08/2020.

OECD. *Education Indicators in Focus*. Paris: OECD, c2015. Disponível em: <[http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/EDIF%2031%20\(2015\)--ENG--Final.pdf](http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/EDIF%2031%20(2015)--ENG--Final.pdf)>. Acesso em: 08/08/2020.

ESCOBAR, P. *Putin, Xi Jinping e parceiros na Nova Rota da Seda*. Porto Alegre: Carta Maior, 2017. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Putin-Xi-Jinping-e-parceiros-na-Nova-Rota-da-Seda/6/38105>>. Acesso em: 08/08/2020.

EVANS, G.; NEWNHAM, J. *Dictionary of International Relations*. Londres: Penguin Reference, 1998.

FRANK, A.G. *Asian Age: ReORIENT historiography and social theory*. Amsterdã: Centre for Asian Studies Amsterdam, 1998.

FREIRE, M. Confluência na Ásia? As relações Rússia-China. *Relações Internacionais*, Lisboa, n.38, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200008>. Acesso em: 08/08/2020.

FINANCIAL TIMES (FT). *Trabalhador brasileiro já ganha menos do que um chinês, aponta estudo*. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1862186-trabalhador-brasileiro-ja-ganha-menos-do-que-um-chines-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 08/08/2020.

FORTUNE. *Global 500*, 2019. Disponível em: <<https://fortune.com/global500/2019/search/?hqcountry=China>>. Acesso em: 17/12/2019.

GABUEV, A. *Eurasian Silk Road Union: towards a Russia-China consensus?* Tóquio: The Diplomat, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/06/eurasian-silk-road-union-towards-a-russia-china-consensus/>>. Acesso em: 08/08/2020.

GREEN BELT AND ROAD INITIATIVE CENTER. *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. Pequim, 2020. Disponível em: <<https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri?cookie-state-change=1607656613607>>. Acesso em: 10/12/2020.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). *Indústria 4.0: A Quarta Revolução Industrial e os Desafios para a Indústria e para o Desenvolvimento*. Julho 2017. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17621/1/PREst213839_IND%204.0_compl_P_BD.pdf>. Acesso em: 08/08/2020.

International Monetary Fund (IMF). *Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER)*. IMF Data, 2019. Disponível em: <<http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>>. Acesso em: 08/08/2020.

JACQUES, M. *When China Rules the World*. Londres: Penguin, 2009.

JAFFRELOT, C. *Índia e China, conflitos e convergências*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, n. 46, maio 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/india-e-china-conflitos-e-convergencias/>>. Acesso em: 08/08/2020.

JOHN, E. *Racing to a new prosperity*. China Daily, Beijing, Jun. 2014. Disponível em: <usa.chinadaily.com.cn/epaper/2014-06/04/content_17562090.htm>. Acesso em: 08/08/2020.

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KONDRATIEV *wave economic theory*. Cork: Irensens Design, 2010. Disponível em: <<http://www.irenses.ie/2010/04/27/kondratiev-wave-economic-theory/>>. Acesso em: 08/08/2020.

KOROTAYEV, A.; TSIREL, S. A Spectral Analysis of World GDP Dynamics: Kondratieff Waves, Kuznets Swings, Juglar and Kitchin Cycles in Global Economic Development, and the 2008–2009 Economic Crisis. *Structure and Dynamics*, vol. 4, n. 1. University of California Irvine, 2010.

KOTANI, T. *Can the Indo-Pacific compete with China?* The Japan Times, 2018. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2018/01/10/commentary/japan-commentary/can-indo-pacific-compete-china/>>. Acesso em: 21/12/2020.

KOWARSKI, A. *Fortalecendo laços: o conceito chinês de parceria estratégica aplicado às relações bilaterais sino-russa e sino-brasileira*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

KUO, M. *What the EU Thinks of the US 'Indo-Pacific' Strategy*. The Diplomat, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/01/what-the-eu-thinks-of-the-us-indo-pacific-strategy/>>. Acesso em: 29/12/2020.

LEWIS, D. Geopolitical Imagination in Russian Foreign Policy. The Evolution of ‘Greater Eurasia’. *Europe-Asian Studies*, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1515348>>. Acesso em: 08/08/2020.

LOSURDO, D. Has China Turned to Capitalism? – Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism. *International Critical Thought*, vol. 7, n. 1, pp. 15-31. DOI:10.1080/21598282.2017.1287585

MARTINS, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, C. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul/set. 2006.

MIKHAILOVA, I. Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2, n.3, 2013. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702>>. Acesso em: 08/08/2020.

MUNIZ, J.; NASCIMENTO, L. *Indústria 4.0 – Transformação e Desafios para o Cenário Brasileiro*. São Paulo: Unespciência, n. 93, 2018. Disponível em: <<http://unespciencia.com.br/2018/02/01/industria-93/>>. Acesso em: 08/08/2020.

ONE Belt One Road: new opportunities in China and beyond. In: *A role for UK companies in developing China's new initiative: new opportunities in China and beyond*. Londres: China-Britain Business Council, 2015.

OECD. China's Belt and Road Initiative in the global trade, investment, and finance landscape. In: *OECD Business and Finance Outlook 2018*. Paris: Organisation for Economic Cooperation and Development, 2018.

OECD Data. *Gross domestic spending on R&D. Main Science and Technology Indicators*. Disponível em: <<https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>>. Acesso em: 16/11/2020.

People's Bank of China (PBC). *Official reserve assets*, 2019. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/diaochatongjisi/resource/cms/2019/11/2019110715580915686.htm>>. Acesso em: 08/08/2020.

PEDERNEIRAS, G. *A importância do 5G na indústria 4.0*. Ind 4.0 Manufatura Avançada, 2019. Disponível em: <<https://www.industria40.ind.br/artigo/18821-a-importancia-do-5g-na-industria-40>>. Acesso em: 08/08/2020.

PEREIRA, C.B.; GRISI, C.C.H. A globalização como etapa do capitalismo. In: SEMEAD – *Seminários em Administração*, 4., 1999, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 1999.

PINTO, E.C. O eixo Sino-Americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras, In: LEÃO, R. P. F. (Org.); PINTO, E. C. (Org.); ACIOLY, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. p. 19-77.

PIRES, M.C.; MATTOS, T.C.L. Reflexões sobre a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China na perspectiva do capitalismo histórico. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.5, n.9, p. 54-90, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/5856>>. Acesso em: 08/08/2020.

PIRES, M.C.; NASCIMENTO, L.G. The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations. *International Organisations Research Journal (IORJ)*, Moscou, vol. 15, n. 3. DOI: 10.17323/1996-7845-2020-03-08.

RATTNER, H. Globalização: em direção a um mundo só? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n.25, p. 65-76, 1995.

RIBEIRO, L.C.S. Ciclos sistêmicos de acumulação Arrighianos e a crise econômica de 2008: será o fim do ciclo norte-americano? *Diálogo e Interação*, Conjunto Universitário Cornélio Procópio, PR, v.2, p. 1-13, 2009.

ROBLES, P. *China plans to be a world leader in Artificial Intelligence by 2030*. South China Morning Post, 2018. Disponível em: <<https://multimedia.scmp.com/news/china/article/2166148/china-2025-artificial-intelligence/index.html>>. Acesso em: 08/08/2020.

ROSALES, O. *El Sueño Chino: Cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, Cepal, 2020.

SANG, B. *Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUCSP, 2019.

SANTOS, T. *Construir soberanía. Una interpretación económica de y para América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. 6 ed. Londres: Routledge, 2003.

SERBIN, A. *Eurasia y América Latina en un mundo multipolar*. Barcelona: Icaria, 2019.

SERGI, B. Putin's and Russian-led Eurasian Economic Union: A hybrid half-economics and half-political 'Janus Bifrons'. *Journal of Eurasian Studies*, 2018, p. 4.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, Pedro A.; VIEIRA, Rosângela L.; FILOMENO, Felipe A. (Orgs.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 77-96.

STEVIS-GRIDNEFF, M. *EU recommends limiting, but not banning, Huawei in 5G rollout*. The New York Times, 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/01/29/world/europe/eu-huawei-5g.html>>. Acesso em: 08/08/2020.

STRANGE, S. *States and Markets*. 2 ed. Londres: Continuum, 1994.

SZCZUDLIK, J.; KULESA, L. (orgs.). *How China and Russia Could Join Forces Against the European Union*. Varsóvia: The Polish Institute of International Affairs (PISM), 2020.

THE WORLD in 2050. Londres: PwC, c2015.

THOMAS, E. *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand*. Mercator Institute for China Studies, 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>> Acesso em: 08/08/2020.

XI, J. *La gobernación y administración de China*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2012.

WANDERLEY, L. A. Ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi e padrões de tecnologias. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 14., 2009, São Paulo. A Crise Financeira Mundial e as Alternativas de Desenvolvimento da América Latina. São Paulo: PUC, 2009.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WANG, H. Contemporary Chinese thought and the question of modernity: the end of history?. *Social Text*, Durham, n.55, p. 9-44, 1998.

WILLIAMSON, J. *What Washington Means by Policy Reform*. Peterson Institute for International Economics (PIIE), 1990. Disponível em: <<https://www.piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>>. Acesso em: 08/08/2020.

WONG, C. *15 Asian nations sign RCEP, world's biggest free-trade deal, after eight years*. South China Morning Post, 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109939/china-declares-victory-15-asian-nations-sign-worlds-biggest>>. Acesso em: 10/12/2020.

World Intellectual Property Organization (WIPO). *WIPO Statistics Database*. Patent – Applications for the top 20 offices. WIPO, 2020. Disponível em: <<https://www3.wipo.int/ipstats/keysearch.htm?keyId=221>>. Acesso em: 16/11/2020.

World Trade Organization (WTO). *Trade statistics – Trade profiles*, 2018. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/trade_profiles_list_e.htm>. Acesso em: 08/08/2020.

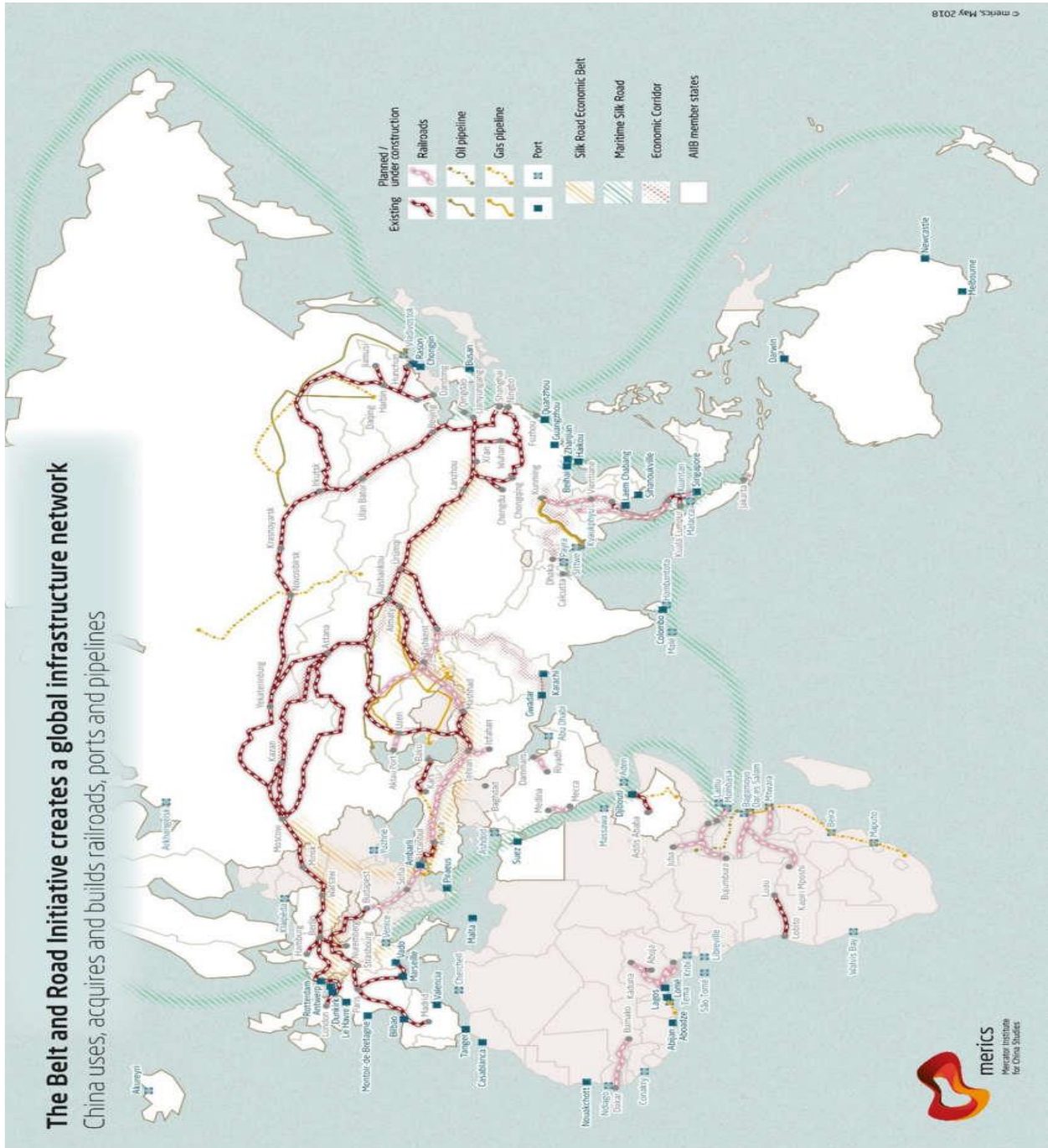
WÜBBEKE, J.; MEISSNER, M.; ZENGLIN, M.; IVES, J.; CONRAD, B. *Made in China 2025: The making of a high-tech superpower and consequences for industrial countries*. Berlim: Mercator Institute for China Studies (MERICS), 2017.

YAN, S. *'Made in China' isn't so cheap anymore, and that could spell headache for Beijing*. CNBC, 2017. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2017/02/27/chinese-wages-rise-made-in-china-isnt-so-cheap-anymore.html>>. Acesso em: 08/08/2020.

ZAJEC, O. *A China quer os mares*. Le monde diplomatique Brasil, São Paulo, set. 2008. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-china-quer-os-mares/>>. Acesso em: 08/08/2020.

ZHOU, L. *What is RCEP and what does an Indo-Pacific free-trade deal offer China?*. South China Morning Post, 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3109436/what-rcep-and-what-does-indo-pacific-free-trade-deal-offer>>. Acesso em: 10/12/2020

ANEXO – MAPA DOS CORREDORES ECONÔMICOS DA BRI



Fonte: THOMAS, E. *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand*. Mercator Institute for China Studies, 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.mercis.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>> Acesso em: 08/08/2020.